

relatório
DEGESTÃO
ECONTAS23

SANTA
CASA

Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.

Am

7

g

Largo Trindade Coelho
1200-470 Lisboa
Tel. 213 235 000
Fax. 213 235 060

www.scml.pt

SANTA
CASA

Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.

rGC23

Ab

5

M

2

2.

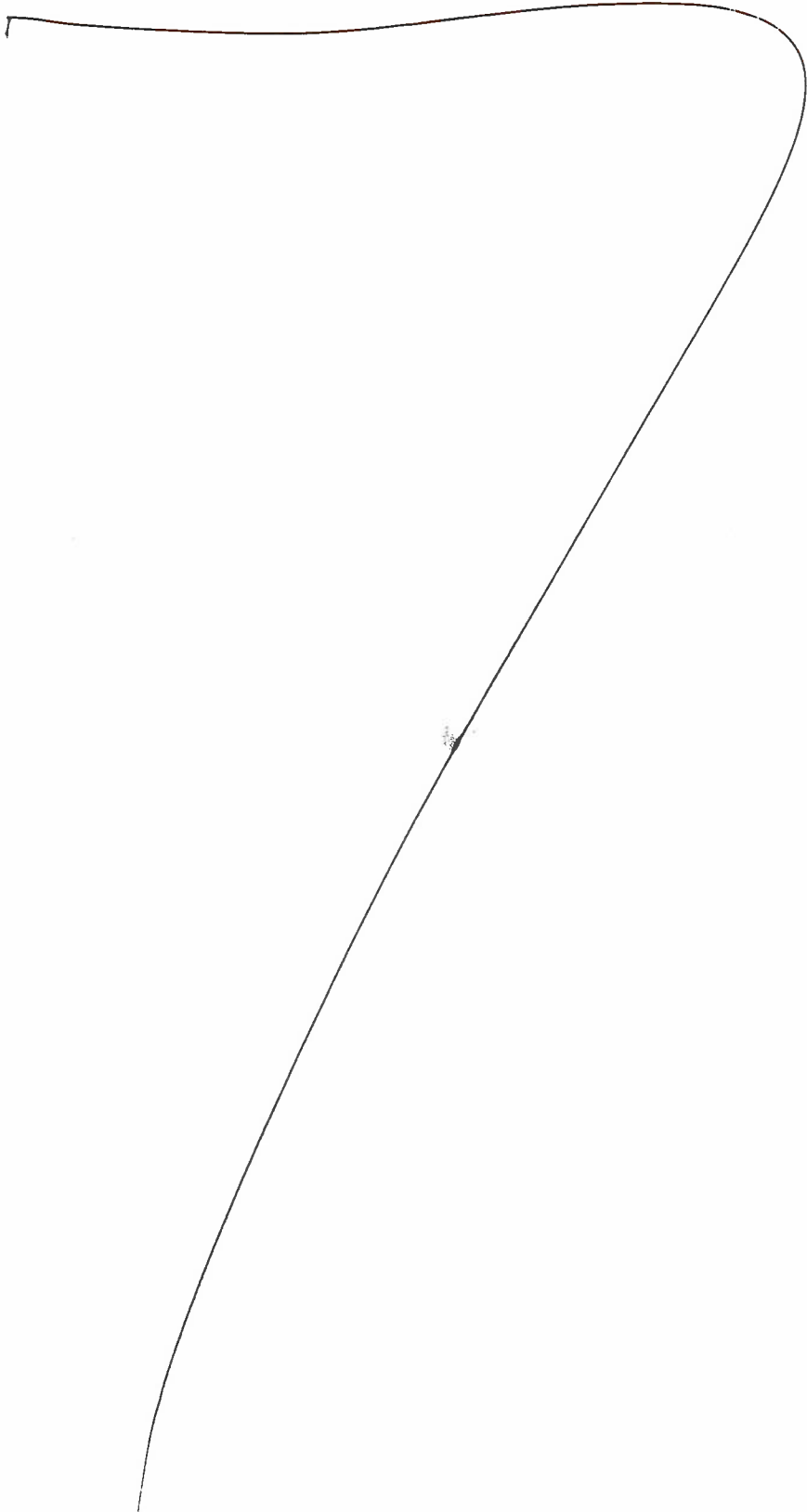
RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2023

Abril de 2024

F. ~~to~~

LD MA

af



1. Mensagem do Provedora

A transparência é apanágio na forma empenhada, séria e genuína com que tenho estado, quer no percurso cívico, quer profissional ao longo da vida.

Não é novidade para nenhum de vós que 2023, ano em que esta Mesa assumiu a governação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, não foi um ano fácil.

Tivemos de nos adaptar a uma situação financeira muito difícil, essencialmente devido ao projeto de internacionalização dos Jogos Santa Casa. Realizámos uma auditoria forense à Santa Casa Global. Além desta auditoria, realizámos uma outra, financeira, às contas de 2021 e 2022 já encerrada e aprovada e que obrigou a SCML a realizar reajustamentos que decorrem das conclusões, repondo a normalidade da instituição.

Os resultados da auditoria forense foram enviados para Tribunal de Contas, Ministério Público e Governo. E os resultados das auditorias às contas de 2021 e 2022 enviados para Tribunal de Contas e Governo.

Solicitámos uma auditoria ao Tribunal de Contas e está a decorrer no Ministério Público um processo para o qual sempre manifestei total disponibilidade em colaborar.

Devido às referidas auditorias financeira às contas de 2021 e 2022, e só a isso, obtivemos por parte do Governo e do Tribunal de Contas autorização para que este Relatório e Contas de 2023 fosse terminado um mês mais tarde. E aqui estamos a entregá-lo hoje, a 29 de abril, ainda antes do término do prazo estabelecido.

Apesar de todas estas adversidades, é essencial realçar que nos reinventámos, mas conseguimos manter a SCML no rumo para a qual foi criada, há cinco séculos.

Não nos afastámos um milímetro da Missão de solidariedade para com os nossos concidadãos, sobretudo para com os que mais precisam, os mais desfavorecidos. Mantivemos em parceria com o Estado o nosso trabalho na área social, na saúde, na educação e com as crianças e jovens que estão à nossa responsabilidade. Continuámos a desenvolver projetos de inovação social e não desistimos de ir à procura de soluções que mantivessem a sustentabilidade da SCML.

Termino com uma mensagem de esperança: os esforços que encetámos deram resultado e hoje podemos afirmar que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é e continuará a ser uma instituição sustentável e solidária.

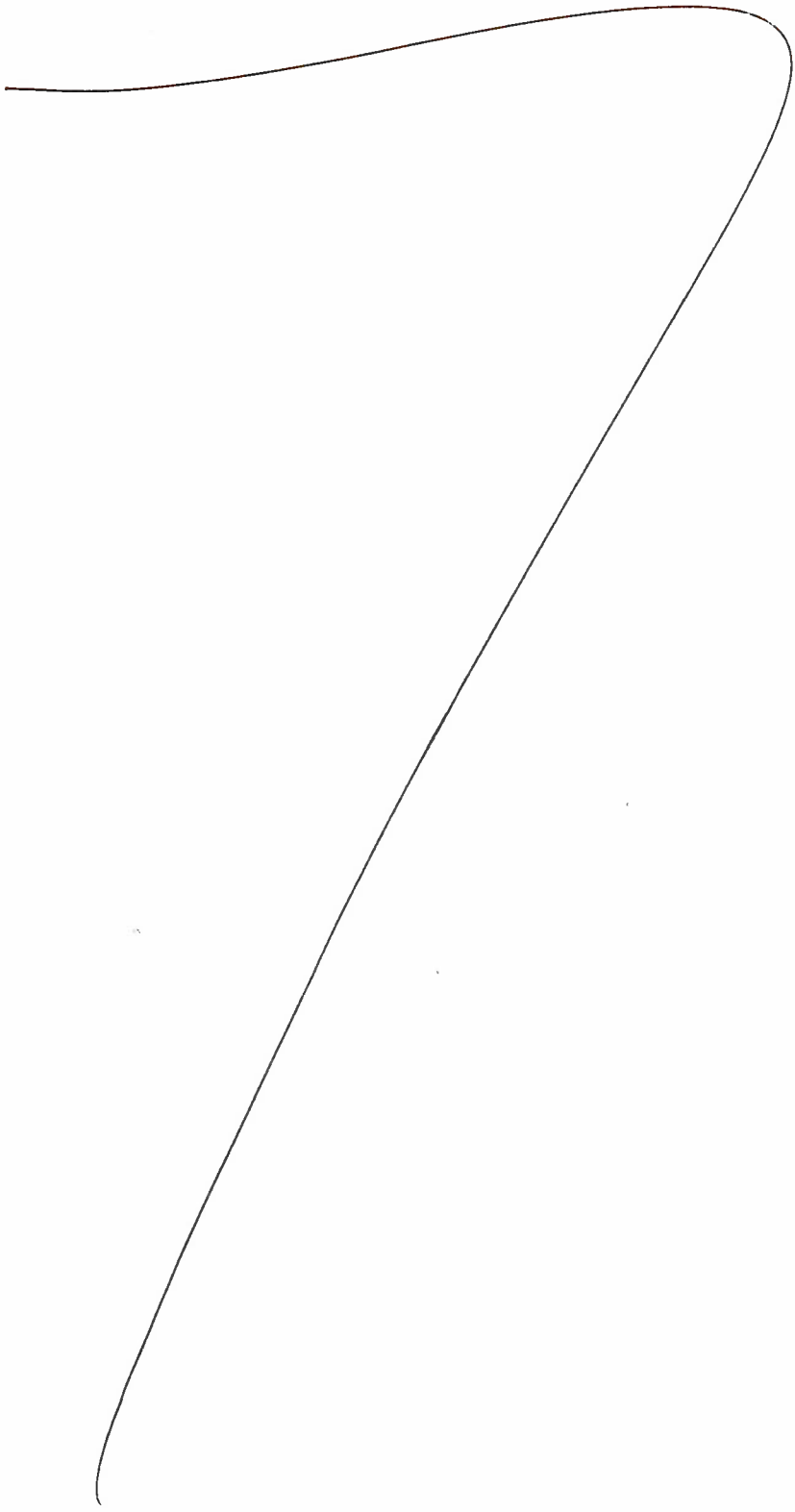
Lisboa, 29 de abril de 2024

Ana Jorge

Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

F. Ag

LS M



2. Nota Introdutória

A atual Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), que iniciou funções em 01.05.2023, deparou-se com uma situação económica e financeira muito preocupante, rapidamente detetada por um **Diagnóstico Financeiro Preliminar**, submetido à consideração da Tutela logo em 05.06.2023.

Sustentado em dados históricos e previsionais e outras informações relevantes, tanto em termos económicos, financeiros e de tesouraria, como de elevadas responsabilidades junto de várias entidades, aquele Diagnóstico evidenciou as importantes debilidades económicas e financeiras, tendo também apontado, em termos gerais, algumas orientações e medidas a adotar para as debelar. Como principais debilidades foram apontadas as seguintes:

- **Provável rutura de tesouraria:** Estimou-se um deficit de tesouraria no final de 2023, de 25 milhões de euros e uma necessidade de reforço de 55 a 65 milhões para satisfazer compromissos inadiáveis, nomeadamente, despesas com pessoal.
- **Execução orçamental:** Foram identificadas previsões excessivas nos orçamentos de receitas, como vendas de imóveis de valor elevado, que permitiam aumentar dotações de despesas sem cobertura em disponibilidades reais, o que contribuiu para agravar défices de tesouraria: entre 2021 e 2022, estes défices reduziram em 90 milhões de euros do saldo de tesouraria que, entre o início de 2021 e o final de 2022, passou de 134 milhões de euros para somente 42 milhões de euros (menos 69%).
- **Garantias prestadas:** A 30 de junho de 2023 existiam 30,4 milhões de euros de garantias prestadas, das quais 13,8 e 14,1 milhões de euros eram passivos bancários do Hospital da Cruz Vermelha – Sociedade Gestora Hospitalar e da Santa Casa Global, respetivamente.
- **Receitas dos Jogos Sociais do Estado:** Grande dependência das receitas da SCML dos rendimentos gerados pelos jogos sociais do Estado (mais de 80% em 2022).
- **Gastos com pessoal:** O peso das despesas com pessoal, que em 2022 representavam 63% das receitas totais, devido a uma estrutura de grande dimensão, excessivos níveis hierárquicos e inúmeros cargos de chefia, o que limitava fortemente os recursos utilizáveis a atividades diretamente relacionadas com os seus fins estatutários.
- **Negócios internacionais:** De grande complexidade, exigentes em capacidades de gestão e controlo inexistentes, fortes riscos financeiros e de reputação, envolvendo diversos mercados, empresas, sócios e elevados valores transferidos e garantidos, com muito insuficiente transparência, escrutínio e racionalidade económica. Estes negócios tinham sido formalmente iniciados em 09.09.2020 com a constituição da Sociedade Santa Casa Global (SCG).

As
Lig
MA
[Handwritten signature]

- **Participações na área da saúde:** Não sustentadas em avaliações e estratégias racionais, claras e sustentáveis, com especial relevância na aquisição, em 14.12.2020, de 55% do capital da sociedade gestora do Hospital da Cruz Vermelha (**CVP-SGH**).

Tendo em conta aquele Diagnóstico, a Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social determinou que a Mesa promovesse a realização de uma auditoria, por entidade externa, à SCG e suas participadas, tendo devolvido, sem homologação, os Relatórios de Gestão e Contas de 2021 e 2022, para que as mesmas pudessem refletir os factos que viessem a ser apurados em sede de auditoria.

Com esta finalidade, em 18.08.2023, foi contratada a BDO & Associados, SROC, S.A. (**BDO**), para executar uma **Auditoria Forense** à SCG e suas participadas, tendo como objetivo a verificação dos seguintes procedimentos: “A legalidade e regularidade das decisões e da atuação, em termos legais, contratuais, financeiros, contabilísticos e fiscais, bem como a conformidade dos processos de decisão relativos a negócios internacionais da SCML, da Santa Casa Global, Lda. (SCG) e das suas participadas, diretas e indiretas, tendo em conta: (i) a legislação e regulamentação aplicável em Portugal, (ii) as normas estatutárias e regulamentares das Entidades envolvidas; e (iii) o Despacho n.º 57/MTSSS/2020/XXII, de 9 de junho de 2020 da Sr.ª MTSSS.”

Esta auditoria ainda decorre, prevendo-se que possa ser concluída durante o próximo mês de maio. Face à gravidade das situações e indícios identificados nos relatórios preliminares e intercalares da BDO, a Mesa apresentou, em 18.09.2023, uma queixa-crime contra desconhecidos na Procuradoria-Geral da República (**PGR**) e solicitou, em 27.10.2023, uma auditoria ao Tribunal de Contas (**TdC**), por considerar poderem estar em causa irregularidades em matérias da sua competência.

A necessidade de alargamento do prazo desta auditoria, prende-se com as enormes dificuldades que a SCG tem vindo a enfrentar na obtenção de documentação requerida pela BDO em meados de março relativa às participadas daquela sociedade. Atendendo: (i) ao enorme volume de informação e documentos a obter junto de empresas não controladas a 100% e em geografias distantes (Brasil – São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília – Reino Unido, Peru, Canadá e Moçambique); (ii) a possibilidade de se tratar de informações muito importantes e relevantes para a auditoria; (iii) e por a SCG ainda estar a desenvolver esforços para a sua obtenção; a SCML considerou que o alargamento do prazo era essencial para reforçar e informar as conclusões desta auditoria forense.

Entretanto, na sequência de deliberações da Mesa anterior, em 12.04.2023, havia sido desencadeado um procedimento concursal de seleção da empresa responsável pela auditoria às demonstrações financeiras da SCML relativas aos exercícios de 2023 a 2025, na sequência do qual, em 01.08.2023, foi contratada a Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda (**Auditores**).

Face ao teor do referido Despacho Nº 66/MTSSS/2023-XXIII, de 12.06.2023, à previsível alteração das demonstrações financeiras da SCML de 2021 e de 2022, bem como a consequente necessidade de novo

processo de auditoria, foi celebrada, em 28.08.2023, uma adenda ao contrato celebrado com os novos auditores, de forma a contemplar a **Auditoria às Demonstrações Financeiras da SCML de 2021 e 2022**.

Em 11.03.2024, recebemos dos Auditores o **“Relatório de Conclusões e Recomendações, Auditoria Externa, Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022”**, que concluiu a auditoria às contas de 2021 e 2022 e que foi enviado, em 08.04.2024, ao Tribunal de Contas.

Em consequência e cumprindo integralmente as orientações dos Auditores: (i) as contas de 2021 e 2022 foram corrigidas; (ii) em 12.03.2024, a Mesa aprovou os Relatórios e Contas de 2021 e 2022; (iii) homologados favoravelmente, pelo Despacho n.º 71/MTSSS/2024-XXIII, de 21.03.2024; e (iv) publicados no site da SCML, onde podem ser consultados para integral compreensão dos ajustamentos introduzidos.

Em resultado do Diagnóstico Financeiro Preliminar e dos relatórios das auditorias, a Mesa tomou as medidas que vêm indicadas em cada uma das áreas que integram o Relatório, destacando-se as seguintes:

- Avaliar da possibilidade de saída controlada dos negócios e participações internacionais iniciados pela Mesa anterior, envolvendo doze empresas no Brasil, Reino Unido, Peru, Moçambique e Canadá, o que se reveste de grande complexidade e custos decorrentes de responsabilidades assumidas e ainda não totalmente apurados;
- Neste âmbito, em 14.09.2023, foi rescindido o Contrato de Compra e Venda de Ações, Investimento e Outras Avenças, celebrado, em 31.03.2023, entre SCG DF Holding, Ltda. e o BRB - Banco de Brasília, SA (BRB), uma vez que: (i) o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinou ao BRB a revisão das premissas do Plano de Negócios; (ii) o BRB não tinha obtido, no prazo definido no contrato, a autorização do Banco Central para o negócio; (iii) a manifesta falta de rentabilidade e racionalidade económica e financeira; e (iv) os riscos de uma operação com enormes necessidades de capital, só possíveis de obter com mais garantias da SCML. Em 21.03.2024, a sociedade SCG DF Holding Ltda. foi formalmente encerrada;
- Em março 2024, foi decidido retomar o processo de alienação da participação na CVP-SGH, sociedade responsável pela gestão do Hospital da Cruz Vermelha;
- Rever contratos de prestação de serviços e avenças e avaliar se os serviços em causa poderão ser assegurados com recursos internos existentes;
- Iniciar o processo de redução das estruturas orgânicas e de segregação funcional;
- Renegociar com o Governo os protocolos com o Instituto de Segurança Social e o Ministério da Saúde de modo a compensar as despesas da SCML que excedam as suas obrigações. Em 08.01.2024, foi celebrado um novo Protocolo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social; em 07.03.2024, com o mesmo Instituto foi celebrado o “Protocolo de Cooperação Creche e Creche Familiar”; e em 28.03.2024, o Conselho de Ministros aprovou as Resoluções 52 e 53, que autorizaram a realização de

Am 7.
MX

despesa para a prestação de cuidados de saúde especializados pelo Hospital Ortopédico de Sant'Ana e pelo Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, respetivamente;

- Celebrar um novo acordo de empresa, com as duas centrais sindicais, que entrou em vigor em janeiro desde ano e que representa um esforço financeiro presente e futuro.

A curto/médio prazo será indispensável melhorar a gestão global e a sustentabilidade da SCML, terão de ser decididas e implantadas as medidas e ações necessárias ao aumento de receitas e forte contenção de despesas, nomeadamente, no que se refere a:

- Cultura organizacional rigorosa, austera e transparente, totalmente orientada para apoiar os mais desfavorecidos, em todas as suas áreas de atuação;
- Novo Plano Estratégico eficaz;
- Sistema de Planeamento e Controlo Integrado de Atividades e Financeiro;
- Sistemas de forte e permanente controlo interno e externo de todas as áreas funcionais;
- Sistemas eficazes de escrutínio e total transparência interna e externa;
- Revisão dos Estatutos;
- Nova estrutura orgânica e novo sistema de *governance*;
- Aumento de receitas relacionadas com o jogo, com o vasto património imobiliário e com a obtenção de apoios e patrocínio de projetos.

A Mesa desenvolverá tudo o que está ao seu alcance para que a SCML volte a ser uma Instituição sustentável a longo prazo e se mantenha uma instituição de referência nas áreas de apoio aos mais desprotegidos.

A Mesa da SCML


(Ana Maria Teodoro Jorge, Provedora)


(Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azêvedo, Vice-Provedora)


(João José Garcia Correia, Vogal)


(Sérgio Rui Lopes Cintra, Vogal)


(Nuno Miguel Ribeiro da Silva Alves, Vogal)

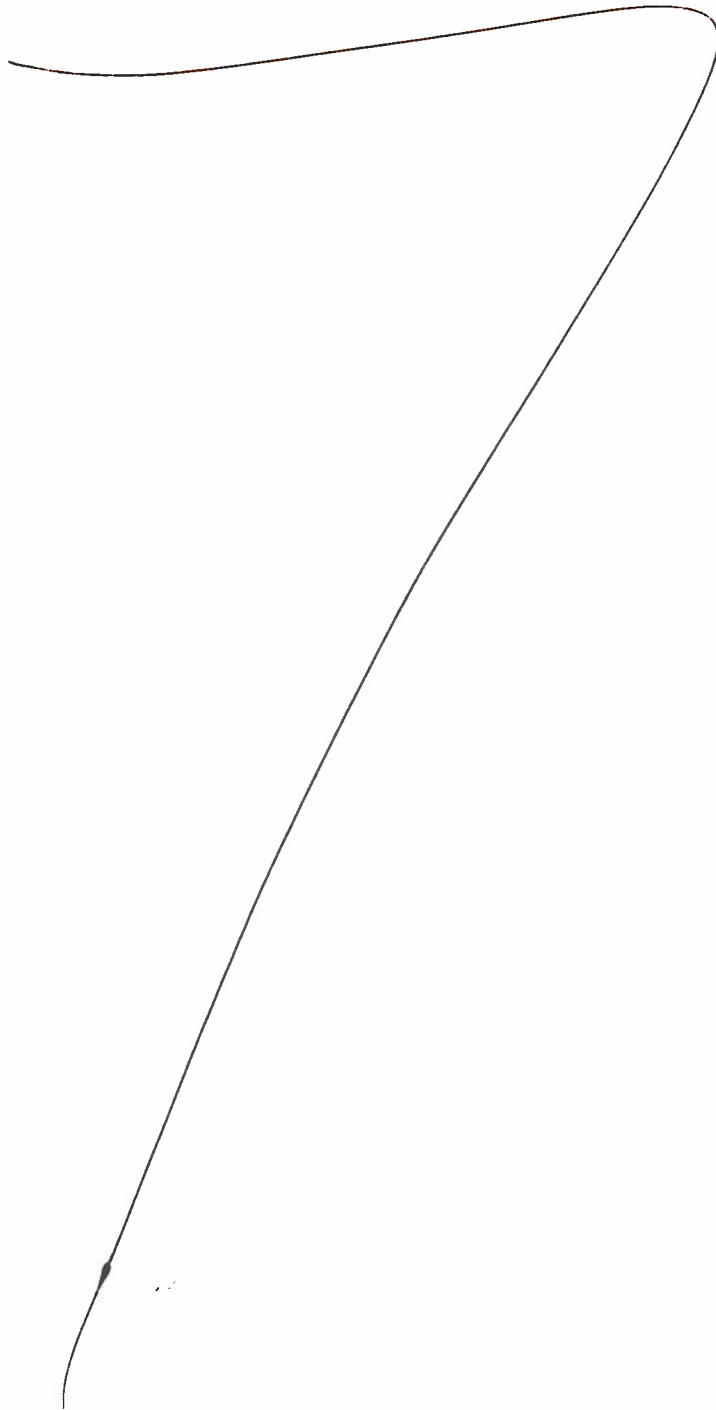

(Teresa Mafalda Andrade do Passo de Sousa, Vogal)

Li Ar
M
4 2

Índice

1. Mensagem do Provedora.....	3
2. Nota Introdutória.....	5
3. Modelo de Governação.....	11
4. Desempenho Financeiro.....	15
5. Ambiente externo de atuação.....	21
6. Atividades 2023.....	25
7. Quem Somos.....	33
8. O Que Fazemos.....	47
8.1 Ação Social.....	47
8.2 Saúde.....	63
8.3 Cuidados Continuados.....	66
8.4 Educação e Formação.....	67
8.5 Empreendedorismo e Economia Social.....	70
8.6 Património.....	71
8.7 Jogos Santa Casa.....	72
8.8 Qualidade e Inovação.....	74
8.9 Cultura.....	74
8.10 Valor T.....	75
8.11 Fundo Rainha D. Leonor.....	76
8.12 Serviços Instrumentais.....	76
9. Contas 2023.....	79
Anexo 1 - Associações nas quais a SCML participa (Órgãos Sociais).....	159

MA
Am
L
P.
A



3. Modelo de Governação

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, nos termos dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro (na redação em vigor), que se encontra sob a tutela do membro do Governo responsável pela área da Segurança Social – a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Esta tutela abrange, além dos poderes especialmente previstos nos Estatutos, a definição das orientações gerais de gestão, a fiscalização da sua atividade e a sua coordenação com os organismos do Estado ou deles dependentes.

Os órgãos de Administração da SCML são a Mesa e o Provedor, e a SCML conta com dois órgãos consultivos e um de fiscalização: o Conselho Institucional, o Conselho de Jogos e o Conselho de Auditoria.

A Mesa, composta por provedor/a, vice-provedor/a e cinco vogais é responsável pela elaboração dos planos de atividades, orçamentos e relatórios e contas de gerência. Sem prejuízo de outras competências estatutárias, desempenha ainda um papel estratégico, através da definição de orientações e objetivos a atingir pelos vários departamentos da SCML, bem como a elaboração dos regulamentos e das normas internas, a contratação de pessoal e autorização de aquisição de bens e serviços, além de criar, transformar ou extinguir equipamentos da instituição.

O/A provedor/a da SCML, sem prejuízo de outras competências estatutárias, é responsável por representar a instituição e presidir às reuniões de Mesa, do Conselho Institucional e do Conselho de Jogos, bem como dos conselhos diretivos do Hospital Ortopédico de Sant'Ana e do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão.

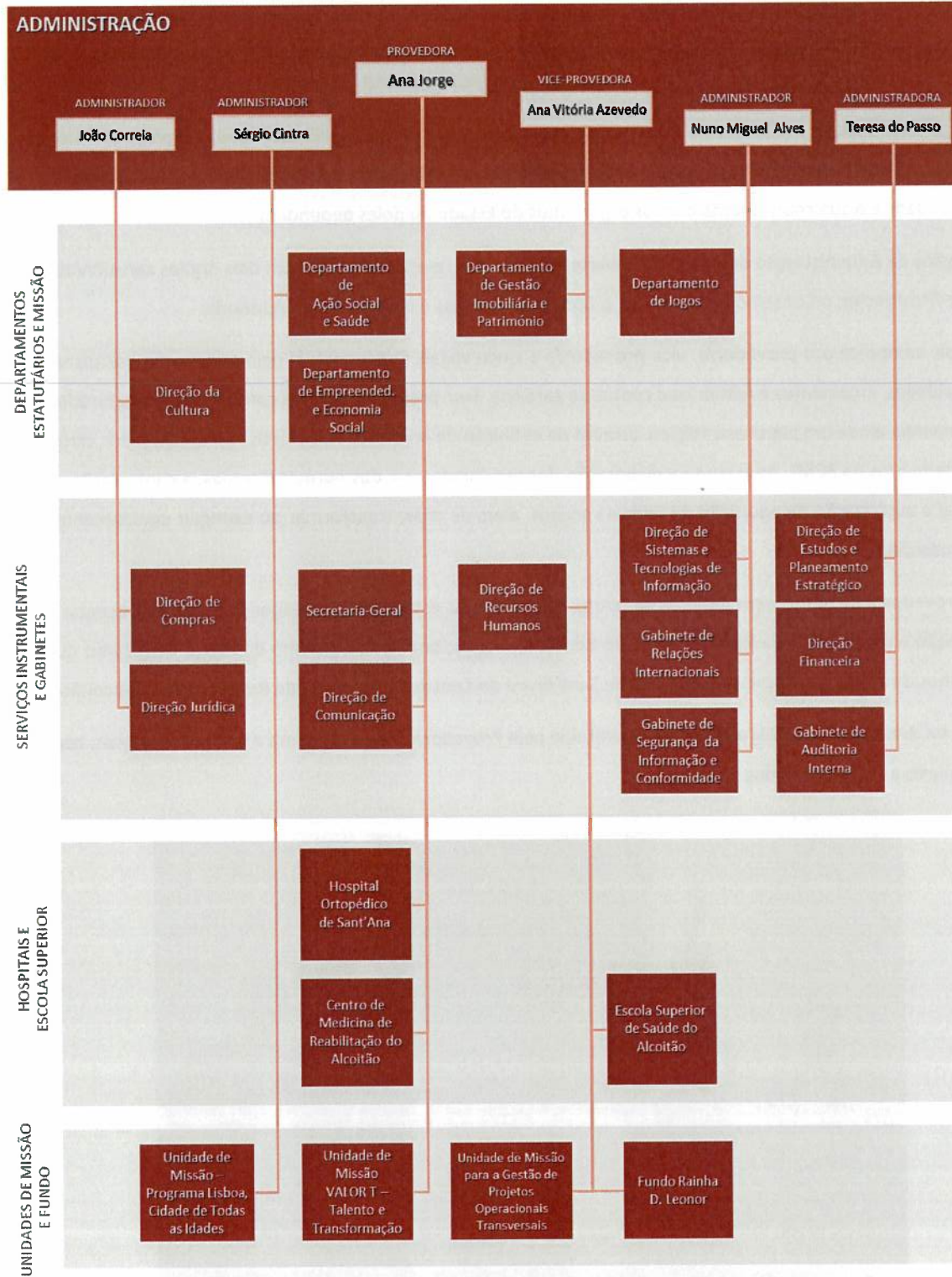
Em 31 de dezembro de 2023, a Mesa era constituída pela Provedora, Vice-Provedora e por quatro vogais, com os pelouros a seguir indicados.



Mesa a 31.12.2023: Nuno Alves, Teresa do Passo, Ana Vitória Azevedo, Ana Jorge, João Correia e Sérgio Cintra

Handwritten notes:
 2.1
 AX
 AM
 7
 [Signature]

Organograma da Administração da SCML (a 31 de dezembro de 2023)



Órgãos Estatutários

Informação a 31 de dezembro de 2023

Composição da Mesa da SCML

Ana Maria Teodoro Jorge – Provedora

Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo – Vice-Provedora

João José Garcia Correia – Administrador

Sérgio Rui Lopes Cintra – Administrador

Nuno Miguel Ribeiro da Silva Alves – Administrador

Teresa Mafalda Andrade do Passo de Sousa – Administradora

Provedora

Ana Maria Teodoro Jorge

A SCML tem os seguintes Órgãos consultivos e de fiscalização:

- a) O Conselho Institucional;
- b) O Conselho de Jogos;
- c) O Conselho de Auditoria.

a) Conselho Institucional

O conselho institucional é um órgão consultivo presidido pelo Provedor e composto por:

- a) dois representantes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social;
- b) um representante do Ministério da Saúde;
- c) um representante do Ministério da Economia;
- d) um representante da área governamental que tutela a administração local;
- e) um representante da Irmandade da Misericórdia e de São Roque;
- f) três elementos de reconhecido mérito designados pelo Provedor.

F.
Lj. Am
M

b) Conselho de Jogos

O conselho de jogos é um órgão consultivo presidido pela Provedora com a seguinte composição:

- a) um representante da tutela;
- b) um representante do Ministério das Finanças;
- c) um representante do Ministério da Administração Interna;
- d) um representante do Ministério da Saúde;
- e) um representante do Ministério da Educação;
- f) um representante do Ministério da Cultura;
- g) um representante da área governamental que tutela o desporto;
- h) um representante da área governamental que tutela o comércio e o turismo.

A

c) Conselho de Auditoria

O conselho de auditoria tem a seguinte composição:

- a) um representante do Ministério das Finanças – Vítor Miguel Rodrigues Braz;
- b) um representante do ministério da tutela – Ana Marta Carreira;
- c) um revisor oficial de contas nomeado pela tutela – António Maria Velez Belém.

F.
AS
L
A

Quadro 2 - Evolução das Despesas Correntes

(Em Milhões de Euros)

Área Intervenção	Contas 2018	Contas 2019	Contas 2020	Contas 2021	Contas 2022	Orç. 2023	Contas 2023
Ação Social	123,4	127,3	141,2	141,8	135,9	148,6	139,7
Saúde	53,7	57,0	60,0	59,2	61,1	68,0	61,6
Escola Superior	3,1	3,2	3,4	3,6	3,9	4,8	4,4
Património (DGIP)	8,6	7,8	9,0	9,0	9,2	9,2	9,5
Cultura	3,0	3,5	3,7	3,4	3,4	4,2	3,4
Outros	33,4	41,4	38,8	38,4	39,0	48,4	32,3
Despesas Correntes Total	225,2	240,3	256,0	255,3	252,5	283,2	251,0

As principais áreas da despesa corrente são a área da Ação Social (55,7%) e a Saúde (24,6%).

Quadro 3 - Evolução das Receitas Correntes

(Em Milhões de Euros)

Área Intervenção	Contas 2018	Contas 2019	Contas 2020	Contas 2021	Contas 2022	Orç. 2023	Contas 2023
Ação Social	7,4	6,8	6,5	5,9	6,6	6,2	44,7
Saúde	20,1	21,2	18,7	20,9	25,1	26,5	26,4
Escola Superior	2,0	2,0	2,1	2,4	2,6	3,5	3,1
Património (DGIP)	7,6	8,0	8,1	7,6	9,7	15,0	9,0
Cultura	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
Outros	1,5	4,3	2,7	1,4	2,1	3,5	7,5
Distr. Result. DJ	215,0	226,1	180,5	186,5	195,0	195,4	191,1
Receitas Correntes Total	253,6	268,4	218,6	224,7	241,2	250,1	281,9

As **receitas correntes**, no valor de 281,9 milhões de euros, registaram um aumento face a 2022, de 40,7 milhões de euros (+16,9%), justificado sobretudo:

- Pela celebração, em 8 de agosto de 2023, de uma adenda ao Protocolo de Cooperação celebrado entre o ISS e a SCML e que prevê que seja efetuado com caráter excecional, o pagamento de uma comparticipação única, correspondente às despesas com utentes em ERPI no período compreendido entre abril de 2020 e novembro de 2022, no valor de 34 milhões de euros por compreenderem despesas suportadas pela SCML, que não estavam contempladas no articulado do Protocolo celebrado;
- Pelos juros de aplicações financeiras (acréscimo de 6,1 milhões de euros).

A principal rubrica da receita corrente diz respeito aos resultados dos jogos sociais (191,1 milhões de euros) representando 67,8% do total da receita corrente, tendo-se verificado uma ligeira quebra de 2,0% face ao ano anterior (-3,9 milhões de euros).

4. Desempenho Financeiro

Síntese dos Principais indicadores Financeiros (não incluindo o Departamento de Jogos)

Os quadros seguintes resumem a situação financeira da SCML nos últimos anos.

Quadro 1 - Evolução do Saldo Global (Corrente e Capital)

(Em Milhões de Euros)

Designação	Contas 2018	Contas 2019	Contas 2020	Contas 2021	Contas 2022	Orç. 2023	Contas 2023
DESPESA CORRENTE							
CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	60,2	60,3	67,2	67,0	66,2	79,7	64,4
Gastos com o Pessoal	131,5	140,0	147,6	152,8	153,6	166,9	151,8
Subsídios, apoios financeiros e outros gastos	33,4	40,0	41,3	35,5	32,8	36,7	34,7
Gastos e Perdas de Financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL DESPESA CORRENTE	225,2	240,3	256,0	255,3	252,5	283,2	251,0
RECEITA CORRENTE							
Rendimentos provenientes dos jogos sociais	215,0	226,1	180,5	186,5	195,0	195,4	191,1
Prestações de Serviço Ação Social e Saúde	22,8	24,9	21,7	22,9	27,7	29,1	29,3
Rendas de Propriedades de Investimento	7,1	7,3	7,3	7,2	7,7	8,5	8,6
Outras Receitas	8,7	10,1	9,1	8,1	10,8	17,1	52,9
TOTAL RECEITA CORRENTE	253,6	268,4	218,6	224,7	241,2	250,1	281,9
SALDO CORRENTE	28,4	28,1	-37,5	-30,7	-11,3	-33,1	30,9
TOTAL DESPESA DE CAPITAL	26,9	44,3	29,4	22,1	26,9	38,2	25,1
TOTAL RECEITA DE CAPITAL	0,0	0,1	0,4	0,5	1,0	71,4	8,7
SALDO CAPITAL	-26,9	-44,3	-29,0	-21,6	-25,9	33,2	-16,4
SALDO GLOBAL	1,5	-16,2	-66,5	-52,3	-37,2	0,1	14,5

O **saldo global** da SCML é positivo em 14,5 milhões de euros em 2023, sendo decomposto por um saldo corrente positivo de 30,9 milhões de euros e por um saldo de capital negativo em 16,4 milhões de euros.

As **despesas correntes** a 31 de dezembro de 2023 atingiram os 251,0 milhões de euros, 88,6% do valor inscrito em Orçamento. Comparativamente com o ano de 2022, podemos verificar um decréscimo de 0,6% (-1,5 milhões de euros) que resulta, sobretudo, da diminuição nos CMVMC e fornecimentos e serviços externos (- 1,7 milhões de euros) e nos gastos com o pessoal (-1,7 milhões de euros). De referir, que esta diminuição nos gastos com o pessoal se deve sobretudo à diminuição dos exfluxos financeiros para o Fundo de Pensões. Excluindo a rubrica de fundo de pensões, verifica-se um acréscimo de 2,3% (3,5 milhões de euros) nos gastos com pessoal face ao ano anterior, justificado essencialmente, por um conjunto de medidas/processos transversais à SCML, como sendo a atualização do salário mínimo, do salário dos funcionários públicos, do subsídio de refeição, e ainda pela assinatura do novo acordo de empresa (em dezembro de 2023, e para antecipar algum benefício a todos os trabalhadores, ocorreu um aumento de 52 euros na remuneração).

Quadro 4 - Evolução da Despesa de Capital

(Em Milhões de Euros)

Área Intervenção	Contas 2018	Contas 2019	Contas 2020	Contas 2021	Contas 2022	Orç. 2023	Contas 2023
Ação Social	6,3	7,8	5,3	2,5	1,0	2,5	1,6
Saúde	4,7	14,2	3,2	2,2	0,9	3,0	0,7
Escola Superior	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Património (DGIP)	9,9	11,1	6,0	4,0	5,6	14,4	7,0
Cultura	0,8	1,5	1,3	0,3	0,0	0,8	0,2
Outros	0,9	0,9	1,1	0,4	0,7	3,2	2,8
Investimentos Financeiros	4,1	8,8	12,5	12,8	18,5	14,3	12,7
Despesa Capital Total	26,9	44,3	29,4	22,1	26,9	38,2	25,1

Em 2023, a **Despesa de Capital** (investimento) atingiu 25,1 milhões de euros o que representa um decréscimo de 1,8 milhões de euros (-6,7%) relativamente ao ano anterior.

Quadro 5 - Tipologia da Despesa (Investimento)

(Em Milhões de Euros)

Tipologia	Contas 2018	Contas 2019	Contas 2020	Contas 2021	Contas 2022	Orç. 2023	Contas 2023
Aquisições e Permutas de Património	4,6	5,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Informática	1,5	1,4	1,5	0,7	0,9	2,6	2,5
Obras	15,4	26,2	12,9	6,2	6,6	17,9	8,3
Investimentos Financeiros	4,1	8,8	12,5	12,8	18,5	14,3	12,7
Outros	1,3	2,8	2,6	2,5	0,9	3,4	1,8
Total	26,9	44,3	29,4	22,1	26,9	38,2	25,1

Em 2023 releva-se:

- Obras no valor de 8,3 milhões de euros nomeadamente, Obras de Reabilitação em Prédios de Rendimento (6,6 milhões de euros) e em Prédios afetos à atividade (1,6 milhões de euros);
- Investimentos financeiros no montante de 12,7 milhões de euros, destacando-se 6,0 milhões de euros para a Santa Casa Global e 6,1 milhões de euros para o Hospital Cruz Vermelha.

WA 7.
AS
S
A

Quadro 6 - Evolução da Composição dos Resultados

(Em Milhões de Euros)

Composição dos Resultados	Contas 2018	Contas 2019	Contas 2020	Contas 2021	Contas 2022	Orç. 2023	Contas 2023
Despesas Correntes	225,2	240,3	256,0	255,3	252,5	283,2	251,0
Receitas Correntes	253,6	268,4	218,6	224,7	241,2	250,1	281,9
Saldo Corrente	28,4	28,1	-37,5	-30,7	-11,3	-33,1	30,9
Outros Gastos (sem fluxo financeiro)	27,0	25,0	29,5	40,7	47,9	10,5	63,4
Outros Rendimentos (sem fluxo financeiro)	31,9	34,4	14,2	31,5	46,8	0,0	34,9
Saldo sem Fluxo Financeiro	4,8	9,4	-15,3	-9,2	-1,1	-10,5	-28,4
Resultado Líquido do Exercício	33,3	37,5	-52,8	-39,8	-12,4	-43,6	2,5

Em 2023 a **Receita de Capital** atingiu os 8,7 milhões de euros, dos quais 5,9 milhões de euros referem-se a empréstimos no âmbito do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU) e 1,8 milhões de euros ao recebimento de participação do Fundo CoRe Restart.

Globalmente, a SCML registou em 2023, um **resultado líquido** positivo no valor de 2,5 milhões de euros. Este resultado é decomposto por um saldo corrente positivo de 30,9 milhões de euros, e por um saldo sem fluxo financeiro negativo no valor de 28,4 milhões de euros, fortemente influenciado pelas perdas relacionadas com provisões e imparidades de participadas, sobretudo no que respeita aos negócios de internacionalização (6,0 milhões de euros de imparidades e 17,2 milhões de euros de provisões inerentes à Santa Casa Global).

7.
A
M

Quadro 7- Evolução do Saldo de Gerência de Execução Orçamental (em Contas Públicas – Ótica de Caixa)

(Em Milhares de Euros)

Descrição	Real 2018	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Real 2022	Orç. 2023	Real 2023
Receitas							
02 - Impostos indiretos	219,2	224,5	182,1	184,8	198,4	195,4	192,3
04 - Taxas, Multas e Out. Penalidades	0,0	0,1	0,0	0,0	0,8	1,1	0,3
05 - Rendimentos da propriedade	7,9	7,5	6,7	7,5	8,1	10,1	14,7
06 - Transferências Correntes	0,6	0,3	1,8	1,1	1,9	2,1	38,2
07 - Vendas de Bens e Serviços Correntes	29,4	28,0	26,3	25,9	29,2	33,0	25,3
08 - Outras Receitas Correntes	4,7	6,2	7,9	3,8	2,9	7,5	5,8
09 - Venda de Bens de Investimento		0,1			0,0	62,5	0,5
10 - Transferências de Capital				0,0		0,6	0,1
11 - Ativos financeiros	0,1	5,7	0,3	0,5	1,0	0,6	2,4
12 - Passivos Financeiros						8,3	0,7
Total Receitas (não inclui Saldo Gerência)	262,0	272,2	225,1	223,6	242,3	321,2	280,2
Despesas							
01 - Despesas com o Pessoal	131,5	136,1	147,0	148,4	147,1	163,6	150,3
02 - Aquisição de Bens e Serviços	62,4	65,9	70,7	66,5	66,4	81,0	66,6
03 - Juros e Outros Encargos	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2
04 - Transferências Correntes	3,1	2,0	2,3	1,3	1,5	4,2	1,7
05 - Subsídios	30,5	36,2	38,9	35,0	30,9	32,0	29,3
06 - Outras Despesas Correntes	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	1,5
07 - Aquisição de Bens de Capital	24,3	31,7	21,1	10,6	9,8	23,7	11,2
08 - Transferências de Capital	5,4	8,4		3,4	6,0	2,0	0,9
09 - Ativos Financeiros	4,1	7,4	12,5	12,3	19,0	14,3	12,7
10 - Passivos Financeiros							0,0
Total Despesas	261,6	288,0	292,7	277,6	281,1	321,1	274,2
Variação de Caixa (não inclui Saldo de Gerência)	0,4	-15,7	-67,6	-54,1	-38,8	0,1	6,0
Saldo Gerência Inicial de Execução Orçamental	217,3	217,8	202,0	134,4	80,3	41,6	41,6
Saldo Gerência Final de Execução Orçamental	217,8	202,0	134,4	80,3	41,6	41,7	47,5

No que respeita aos **recebimentos** verifica-se uma elevada dependência dos jogos sociais (192,3 milhões de euros em 2023, 68,6% do total de recebimentos), que ainda não conseguiram recuperar os níveis pré pandémicos. Releva-se também o recebimento de 34 milhões de euros em 2023 pela adenda ao Protocolo de Cooperação entre o ISS e a SCML, uma receita pontual, sem continuidade.

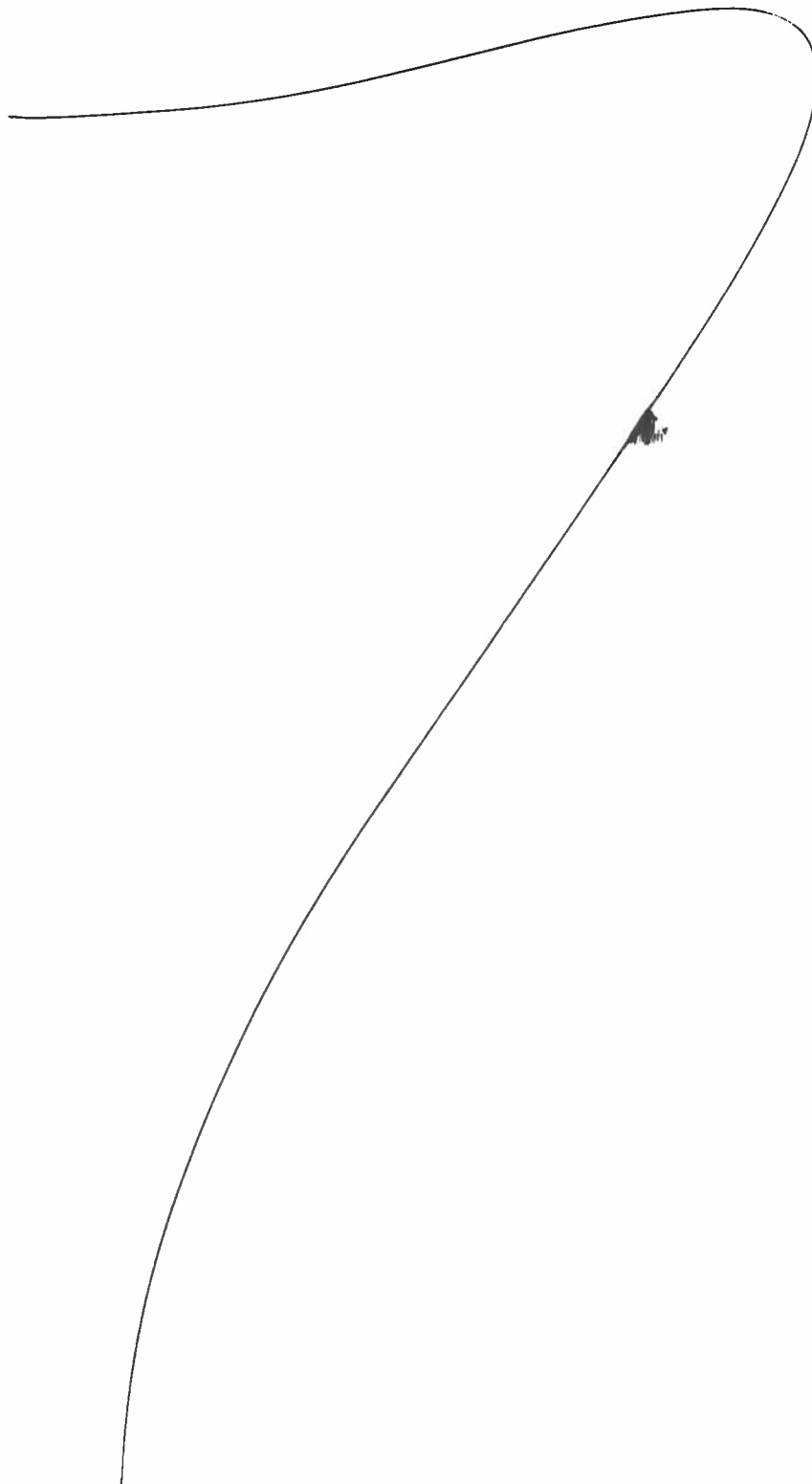
Sem esta receita proveniente do ISS, o resultado líquido final seria negativo em cerca de 31,5 milhões de euros (2,4 – 34) e o saldo de tesouraria no final de 2023 reduzir-se-ia a cerca de 13,5 milhões de euros (47,5 – 34), valor de que não conhece antecedente e que deixaria a SCML com uma gravíssima situação de pré-rotura de tesouraria.

Este facto evidencia a debilidade da situação financeira da SCML, em termos estruturais, que exigem a adoção, concretização e desenvolvimento de reformas e medidas urgentes com impacto a curto, médio e longo prazos, sem o que a solvabilidade da SCML estará ameaçada por incertezas e riscos de provável ocorrência.

A verdade é que, apesar de algum esforço de contenção de despesas, verifica-se uma estabilidade nos pagamentos face a anos anteriores, uma vez que grande parte das despesas são fixas (remunerações a pessoal, grandes contratos de fornecimentos e serviços externos, etc.) e influenciadas pela inflação verificada, sem um comportamento semelhante das receitas, muito dependentes dos resultados dos jogos.

Assim, além de uma indispensável forte contenção de despesas, importa monitorizar e atuar sobre a situação financeira da SCML, acompanhando e racionalizando a sua atividade, e respetivo financiamento, em cooperação com as entidades públicas com as quais mais se relaciona, no âmbito das respostas e apoios prestados, o que é essencial para reduzir a dependência das receitas dos jogos sociais.

F.
Lj
MA
4



F.
 Jo
 M
 A

5. Ambiente externo de atuação

Contexto económico e financeiro

Entre os países da Zona Euro para os quais há dados disponíveis, Portugal foi o segundo país a registar o maior crescimento económico (a seguir à Eslovénia com 1,1% e a par do Chipre com 0,8%). Em termos homólogos, Portugal apresentou também um dos melhores desempenhos da UE, com um crescimento de 2,2%, superado apenas pela Eslovénia (2,6%) e pelo Chipre (2,3%).

Quadro 8 - Produto Interno Bruto (PIB) - Portugal

Indicador	2021	2022	2023	4ºT 2022	1ºT 2023	2ºT 2023	3ºT 2023	4ºT 2023
Taxa de variação anual, %	5,7	6,8	2,3					
Taxa de variação homóloga, %				3,4	2,5	2,6	1,9	2,2
Taxa de variação em cadeia, %				0,5	1,5	0,1	-0,2	0,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais Trimestrais, 30 janeiro 2024 e Síntese Económica da Conjuntura, 18 janeiro 2024 | Nota: 2021- dados definitivos, 2022- dados provisórios, 2023- dados preliminares

No conjunto do ano 2023, o PIB cresceu 2,3% em volume, após o aumento de 6,8% em 2022. A procura interna e a procura externa deram um contributo positivo para a variação anual do PIB, pese embora inferior ao observado no ano anterior, devido à desaceleração do consumo privado e do investimento, mas também à desaceleração tanto das exportações como das importações de bens e serviços.

No conjunto do ano passado, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 4,3% (7,8% em 2022). Esta diminuição foi influenciada pelo comportamento dos produtos energéticos e pela desaceleração dos produtos alimentares não transformados. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), que o Eurostat utiliza para efeitos de comparação entre os países da Zona Euro e que difere do IPC por incluir a despesa de não residentes no país e excluir a despesa de residentes no exterior, registou uma taxa de variação média anual de 5,3% em 2023, inferior à taxa observada em 2022 que foi de 8,1%.

Quadro 9 - Evolução anual dos preços (taxa de variação, %) – Portugal

Indicador	2021	2022	2023	4ºT 2022	1ºT 2023	2ºT 2023	3ºT 2023	4ºT 2023
Índice de preços no consumidor (IPC)	1,3	7,8	4,3	9,9	8,0	4,4	3,5	1,7
Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC)	0,9	8,1	5,3	10,2	8,4	5,7	4,8	2,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Índice de Preços no Consumidor, dezembro 2023 e Síntese Económica da Conjuntura, 18 janeiro 2024

No terceiro trimestre do ano, a taxa de poupança das famílias atingiu 6,6%, aumentando 0,8% face ao trimestre anterior (5,8%). Este acréscimo resultou do aumento do rendimento disponível das famílias (1,9%), que cresceu acima do consumo privado (0,9%). Já na Zona Euro, a taxa de poupança fixou-se nos 14,9% no final do segundo trimestre, representando o dobro da taxa de poupança das famílias portuguesas. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) as famílias portuguesas ocupam o terceiro lugar das que mais recorreram às poupanças para enfrentar o agravamento do custo de vida, causado pelo elevado aumento

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'L', 'F.', and a large signature.

das taxas de juro desde meados de 2022. Para enfrentar este constrangimento, a OCDE calcula que as famílias terão consumido o equivalente a cerca de 1,5% do seu rendimento disponível em poupanças.

O peso da dívida pública no PIB, reduziu-se de 112,4% em 2022 para 98,7% em 2023, sendo este o rácio de dívida mais baixo desde 2009. Com este resultado, Portugal poderá descer de terceiro país mais endividado da Europa para sexto lugar. O ranking do FMI das maiores dívidas do mundo desenvolvido é encabeçado pela Grécia, seguido de Itália, França, Espanha e Bélgica. Em 2023, a dívida pública, na ótica de Maastricht, diminuiu 9,4 mil milhões de euros comparando com 2022, atingindo os 263 mil milhões de euros. Em dezembro de 2023, a redução da dívida foi de 4,8 mil milhões de euros face ao mês anterior.

Quadro 10 – Dívida Pública, em % do PIB

Indicador	2021	2022	2023	4ºT 2022	1ºT 2023	2ºT 2023	3ºT 2023	4ºT 2023
Área Euro ⁽¹⁾ , %	94,7	90,9	n.d.	90,9	90,7 ^(p)	90,3 ^(p)	89,9 ^(p)	n.d.
Portugal, %	124,5	112,4	98,7	112,4	112,3	110	107,5	98,7

Fontes: Eurostat e Banco de Portugal, 1 fevereiro 2024 | Notas: n.d. – não disponível; ^(p) - provisório

⁽¹⁾ Área Euro - 20 países (desde 2023)

A desigualdade na distribuição de rendimentos, medida pelo Índice de Gini (1), revela uma evolução positiva na redução da desigualdade em 2022, invertendo-se o movimento ascendente que se verificou em 2021. Portugal regressa assim à convergência com a média da UE, mas mantém-se como um dos países mais desiguais dos 27 que compõem a UE, suplantado apenas por três economias da antiga Europa de Leste e por Itália e com o mesmo nível de desigualdade de Espanha e da Roménia.

Quadro 11 - Índice de Gini ⁽¹⁾

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
UE ⁽²⁾ , %	30,8 ^(e)	30,6 ^(e)	30,3 ^(e)	30,4 ^(e)	30,2 ^(e)	30,0 ^(b)	30,2	29,6
Portugal, %	34,0	33,9	33,5	32,1	31,9	31,2	33,0	32,0

Fontes: Eurostat e Pordata | Notas: ^(e) - Estimativa; ^(b) - Quebra na série temporal

⁽¹⁾ Índice de Gini: Assume valores entre 0 (todos têm igual rendimento) e 100 (todo o rendimento concentrado num único agregado familiar), logo quanto maior for o valor atribuído a um país, maior o nível de desigualdade.

⁽²⁾ UE (28): 2013 – 2019; UE (27): A partir de 2020

Contexto demográfico e social

No 3º trimestre de 2023 os rendimentos das famílias registaram uma redução de 0,28%, o que, em simultâneo com o aumento dos preços de bens e serviços, conduziu à diminuição do poder de compra e a uma maior vulnerabilidade económica das famílias. O risco de pobreza aumentou na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e os serviços de apoio às pessoas em situação de sem abrigo registaram um aumento dos pedidos de intervenção.

É neste contexto que a SCML se mantém enquanto apoio necessário para muitos residentes, a quem os equipamentos e os serviços disponibilizados permitem uma vida com dignidade.

A informação divulgada pelo INE relativa aos rendimentos de 2023¹, dava nota de que 18,3% dos residentes na AML estavam em risco de pobreza, mais 1,8 pontos percentuais (p.p.) do que em 2018. A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2023, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos anuais (por adulto equivalente) inferiores a 7 095 euros (591 euros por mês).

Quadro 12 - Indicadores de Pobreza, Portugal, 2018-2023

Indicador	2018		2023		Variação p.p.	
	Portugal	A.M. Lisboa	Portugal	A.M. Lisboa	Portugal	A.M. Lisboa
Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	21,6	16,5	20,1	18,3	-1,5	1,8
Taxa de privação material e social severa	6,6	5,9	4,9	5,3	-1,7	-0,6
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais ^(a)	17,3	12,3	17,0	14,7	-0,3	2,4
Intensidade laboral per capita muito reduzida ^(a)	6,9	5,2	6,3	8,3	-0,6	3,1

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2018-2023

No extremo da escala social encontram-se os indivíduos em situação de sem abrigo, cujo número tem vindo a aumentar e para os quais não existem respostas suficientes ou capazes. Da habitação à saúde, com destaque para os comportamentos aditivos e a saúde mental, passando pelo emprego ou qualquer forma de ocupação do tempo, trata-se de indivíduos que necessitam de um suporte concentrado e prolongado no tempo. O aumento desta população deveu-se, também, à chegada de indivíduos de nacionalidade estrangeira, como timorenses, argelinos ou provenientes da América do Sul que vieram para Portugal na esperança de encontrar melhores condições de vida, alguns enganados com a promessa de um contrato pelo qual pagaram as poupanças de uma vida e chegam cá sem qualquer referência, domínio da língua ou algum familiar de suporte.

A pandemia fez aumentar o número de toxicodependentes em Portugal. A crise económica e os confinamentos sucessivos estenderam o consumo a grupos habitualmente não atingidos, enquanto a outros agravou as consequências, em virtude da progressiva adulteração das drogas. Se a maioria são consumidores ocasionais, mais de 10% tornam-se dependentes e não há serviços suficientes para lidar com este grupo que, na maioria

¹ INE (2023) Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

Ar
L
X
P.
A

das vezes, vai juntar-se aos pobres e aos indivíduos em situação de sem abrigo. Esta situação conduziu ao reaparecimento de zonas problemáticas na cidade, em freguesias como Alcântara e Campo de Ourique.

A prestação de cuidados de saúde em Portugal continua a aumentar e o número de consultas ao domicílio registou o maior aumento entre 2022 e 2023 (7,4%). Apesar desta situação, no final de 2023, havia 1,7 milhões de portugueses sem médico de família, o que representa 16% do total de inscritos nos cuidados de saúde primários. Na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), o número de lugares também aumentou, mas é ainda insuficiente para a procura que se prevê crescer com o aumento da esperança de vida.

O acesso à saúde continua desigual em Portugal e, em 2022, 2,9% dos portugueses declararam necessidades de saúde não satisfeitas devido ao custo, necessidade de deslocação ou ao tempo de espera, fatores apenas inibitórios para as classes com menores rendimentos.

Quadro 13 -- Indicadores de Saúde – Portugal

	2020	2021	2022	2023	Variação
Cuidados de Saúde Primários					
Consultas médicas presenciais	12.732.253	14.557.006	17.271.169	17.903.418	3,7%
Consultas médicas ao domicílio	130.458	156.914	169.906	182.411	7,4%
Cuidados de Saúde Hospitalares					
Consultas externas	11.130.045	12.413.119	12.584.112	13.271.893	5,5%
Intervenções cirúrgicas programadas	488.373	613.535	647.044	n/d	-
Cuidados Continuados Integrados (lugares)					
Unidades de Convalescença	1.147	1.220	1.088	1.242	14,2%
Unidades de Média Duração e Reabilitação	3.060	3.179	3.049	3.208	5,2%
Unidades de Longa Duração e Manutenção	5.115	5.194	4.919	5.167	4,8%
Total RNCCI	15.374	15.778	15.627	16.188	3,6%

Fonte: SNS, Portal Transparência

Apesar dos diversos programas dirigidos à habitação, a que acresce o montante do PRR afeto a esta área, em 2023 foram identificadas pelo Ministério da Habitação mais de 46 mil famílias a viver em condições indignas. Em Lisboa, o mercado imobiliário é cada vez menos acessível aos estratos com menores rendimentos. A capacidade financeira destas famílias dificulta o arrendamento ou a aquisição de uma casa no concelho, o que tem levado à procura de casa em zonas limítrofes, com as agravantes associadas, como o aumento do tempo de deslocação casa-trabalho e o custo dessa deslocação.

A taxa de crescimento efetivo da população de Lisboa, em 2022, foi positiva (0,65%), o que representa um aumento de 1,33 p.p. face a 2021. O acréscimo populacional verificado em 2022 resultou do aumento da taxa de crescimento migratório, para 0,95%, valor ainda assim abaixo do observado em 2019 (1,24). A taxa de crescimento natural, apesar de negativa (-0,3%), registou uma melhoria de 0,12 pontos percentuais.

Handwritten notes in blue ink: "Lj", "WA", "F.", and "23".

6. Atividades 2023

Agenda do Ano

Janeiro

5 de janeiro – Parceria entre a Valor T (a nossa agência de empregabilidade) e o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (CMRA), no âmbito da Rede Colaborativa T, com o propósito de assegurar uma resposta focada na empregabilidade das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

6 de janeiro – Selecionados os três projetos que vão participar na terceira e última fase do *RISE for Impact*, o programa de aceleração da Casa do Impacto: Sempre a Rodar, *Kindology* e Escola Oficina.

24 de janeiro – Realização de uma conferência comemorativa do 7.º aniversário da Aliança ODS Portugal, uma iniciativa da APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial e da UN Global Compact Network Portugal sob o tema “ODS – Concretização da Agenda 2030”, onde foram debatidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

28 de janeiro - Fundo Rainha Dona Leonor apoia a construção de um centro Hidroterapêutico da Misericórdia de Ovar.

31 de janeiro – Realização do encontro “Impacto na Casa” - “É o momento de olhar para dentro” no Convento de Santos-o-Novo que pretendeu refletir sobre o impacto da colaboração na inovação nos vários serviços e, simultaneamente, apoiar a criação de novas respostas para os públicos e territórios onde a instituição se insere.

Fevereiro

13 de fevereiro – Visita de uma comitiva de oito professores da província de Navarra, especializados na área da educação inclusiva, para conhecerem o trabalho desenvolvido pela Valor T, bem como a história e a intervenção da Misericórdia de Lisboa na cidade.

17 de fevereiro – Realização de uma ação de sensibilização e formação para os técnicos da Valor T promovida pelo Centro de Reabilitação de Nossa Senhora dos Anjos (CRNSA) com o objetivo de se compreender e sentir a situação das pessoas com deficiência visual.

21 de fevereiro – Assinalado o 1º aniversário do Núcleo de Infância e Juventude de Mafra.

25 de fevereiro - Fundo Rainha D. Leonor apoia as obras de restauro na Igreja da Misericórdia de Vila de Pereira em Coimbra, imóvel classificado como Interesse Público.

Março

1 de março – Apresentação na Sala de Extrações da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa do livro “Tocando Vidas: Inclusão social através da prática musical na Orquestra Geração Sistema Portugal”, de Paula Freire que evidencia o trabalho da Orquestra Geração.

P.
L. 107
X


2 e 3 de março – Realização dos jogos de apuramento para o Mundial de Futebol virtual (FIFA e *Nations Cup*) no convento de São Pedro de Alcântara, numa iniciativa conjunta entre os Jogos Santa Casa (JSC) e a Federação Portuguesa de Futebol (FPF), sob o mote *Arena Portugal*.

3 de março – Realização da 2ª edição do *Toolkit* com a organização do GRACE - Empresas Responsáveis e apoio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sob o tema “Como recrutar e integrar pessoas com deficiência” para empresas.

8 de março – Realização da 4ª edição do Fórum Reino Unido-Portugal sobre envelhecimento saudável, subordinado ao tema “Cidades para todas as idades”, tendo sido debatidos os crescentes desafios e soluções em matéria de envelhecimento saudável. Esta foi uma iniciativa organizada pela Embaixada Britânica em Lisboa em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

16 de março – Celebração dos 9 anos de apoio da Santa Casa ao projeto Café Memória, projeto da Sonae Sierra e da *Alzheimer Portugal*, destinado a pessoas com problemas de memória ou demência, seus familiares e cuidadores.

21 de março – Visita de uma delegação do Brasil à Santa Casa para conhecer a “nossa” instituição tendo sido abordados os desafios sociais e demográficos que Lisboa enfrenta, as novas abordagens e o empenho em se promover uma cidade para todas as gerações.

22 de março – Projeto “Madeira com Alma” do Centro de Dia Rainha D. Maria I dá vida a objetos e promove intergeracionalidade. O projeto desenvolvido é um atelier de carpintaria/marcenaria que faz pequenos restauros de equipamentos e construção de objetos em madeira.

30 de março - No Centro de Dia Nossa Senhora dos Anjos os utentes foram modelos para cerca de 30 apreciadores de desenho do *Lisbon Drawing Club*.

Abril

2 de abril – Participação de 30 jovens da Santa Casa no *Rugby Youth Festival* que decorreu no Estádio Universitário de Lisboa.

2 de abril - Concerto da Primavera da “Orquestra Geração Santa Casa”.

4 de abril - Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância com a promoção de várias iniciativas em diversos equipamentos.

6 de abril – Celebração do Dia Mundial da Atividade Física, iniciativa que levou cerca de 40 crianças da Santa Casa a visitarem a Academia do Sporting.

6 de abril – Apresentação dos vencedores da 8.ª Edição do Santa Casa *Challenge* que distinguiu projetos tecnológicos que responderam ao desafio da longevidade e envelhecimento ativo.

10 de abril – Realização do evento “Benfica Com(n)vida”, onde o projeto RADAR, em parceria com o Centro Clínico de Benfica, dinamizou uma Unidade Móvel que realizou rastreios de saúde e consultas de nutrição.

12 de abril – Assinatura de protocolo de cooperação entre a Santa Casa e a Associação Promotora do Ensino dos Cegos, com o objetivo de desenvolver a reabilitação e promover o bem-estar das pessoas com deficiência visual.

17 de abril – 2ª edição da Environmental, Social, Governance (ESG WEEK) onde a Santa Casa dinamizou a sessão “Governança Integrada e a Sustentabilidade de Projetos: o caso do Projeto RADAR enquanto instrumento Cidade para a prevenção do isolamento e solidão na velhice”.

25 de abril – Realização do Torneio Intercasas que contou com presença de cerca de 120 crianças e jovens da Misericórdia de Lisboa.

26 de abril - Exposição “Liberdade”, o 25 de Abril pelos olhos de utentes, jovens e crianças da Santa Casa no Centro de Dia do Centro Social Polivalente de São Cristóvão e São Lourenço;

27 de abril – Visita de delegação dos Países Baixos à Unidade de Emergência, no Cais do Gás, com o objetivo de conhecer o trabalho desenvolvido para apoiar pessoas que se encontram em situação de emergência ou risco social.

Maio

2 de maio – Cerimónia de tomada de posse da nova Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

4 de maio – Realização de *Open Days* na ESSAlcoitão onde dezenas de estudantes do secundário conheceram por dentro a Escola Superior de Saúde do Alcoitão e “sentiram” o que é ser universitário.

15 de maio - Dia Internacional da Família sob o tema “Com os pés na areia” assinalado no CAI de São José, através de uma ida à praia de Caxias com as crianças e respetivos pais onde realizaram um conjunto de atividades.

16 de maio – Assinalado o 2º Aniversário do Centro Intergeracional Ferreira Borges.

17 de maio - Dia Mundial da Hipertensão Arterial, assinalado com um rastreio à tensão arterial dos colaboradores da Santa Casa.

4, 11 e 18 de maio – Realização de três *webinars* especialmente dirigidos aos *focal points*/utilizadores da Plataforma RADAR, subordinados ao tema “Ponto de situação do projeto RADAR”.

19 de maio – Projeto “Artéria”, projeto de jornalismo comunitário dedicado ao quotidiano da cidade de Lisboa, produzido pelo PÚBLICO, com o apoio da Santa Casa.

19 de maio – Abertura ao público da exposição “Oito relíquias, Oito santos e muitas coisinhas” em São Roque.

19 de maio - *Contact Center* da SCML galardoado com duas medalhas de ouro na conferência anual da Associação Portuguesa de *Contact Centers*.

25 de maio – Presença da Santa Casa na 93ª edição da Feira do Livro com um espaço repleto de atividades.

27 de maio – Dia Mundial do Vizinho, com a participação do Centro Intergeracional Ferreira Borges (CIFB) na Festa dos Vizinhos, no Jardim da Parada, onde cultivar relações de proximidade e de vizinhança são alguns dos objetivos deste encontro.

30 de maio - Santa Casa vence Prémio Nacional de Reabilitação Urbana 2023 com a Residência Sénior Monsanto.

30 de maio - Programa “Dar Voz às Causas”, a Misericórdia de Lisboa e a RR apresentam uma rubrica e um *podcast* que dão a conhecer o trabalho desenvolvido pela Santa Casa junto das instituições e dos jovens que apoia.

Junho

2 de junho – Realização dos XIII Jogos Adaptados onde dezenas de crianças do Centro de Reabilitação e Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian puderam experimentar várias atividades com as famílias.

2 e 3 de junho – Realização da 2ª edição do projeto “Às Claras – Arte e cultura na comunidade”, iniciativa conjunta entre o Centro de Desenvolvimento Comunitário da Charneca (CDCC) e a Quinta Alegre – Lugar de Cultura, na qual se pretende promover o encontro de antigos e novos residentes do território de Santa Clara.

5 de junho - Exposição sobre desporto paralímpico e surdolímpico. Primeira paragem: CMRA, com quatro dezenas de fotografias dos atletas portugueses que competiram nos Jogos Paralímpicos de Tóquio e nos Jogos Surdolímpicos Caxias do Sul.

12 de junho – Marcha da Santa Casa volta a participar no desfile de marchas de Lisboa, na Avenida da Liberdade.

14 de junho – Criação do programa de apoio a novos empreendedores “*Impact Journey*” pela Casa do Impacto e Fundação Amélia de Mello que visa motivar jovens adultos a encontrarem soluções para quatro áreas: agroindústria, água, educação, prevenção e estilos de vida.

14 de junho – Participação da Santa Casa no seminário “Construindo pontes entre a Prática, a Ciência e as Políticas Públicas” cujo tema central foi a questão do Acolhimento Familiar.

18 de junho – Participação do Centro de Formação Profissional da Aldeia de Santa Isabel na 8.ª edição da corrida de carros solares, a *SOLAR CHALLENGE 2023*, tendo alcançado um prestigiante 8.º lugar na prova.

22 de junho - Curta-metragem da Unidade W+ premiada no festival internacional *48H Film Project* com o filme “SOLO” que venceu três categorias das cinco nas quais estava nomeado: Melhor Uso da Personagem, Melhor Uso do Objeto e Prémio Inclusão.

30 de junho – Realização do debate sobre recrutamento e inclusão de pessoas com deficiência, promovido pelo GRACE - Empresas Responsáveis e pela Misericórdia de Lisboa.

Julho

1 a 3 de julho – Realização do Festival Panda com a participação de crianças da Misericórdia de Lisboa, incluindo crianças com deficiências visuais, mostrando que a inclusão é importante desde cedo.

4 de julho – Atribuição ao Euromilhões. Pela sétima vez consecutiva, do Prémio *Marketeer* na categoria 'Jogos da Sorte'.

3 a 6 de julho – Visita a Sevilha de 20 crianças no âmbito do Prémio de Mérito Santa Casa, sobre o tema "Sevilla tiene un color especial".

6 e 7 de julho - Congresso Internacional sobre o papel da família no indivíduo, realizado na Faculdade de Psicologia como parte das comemorações dos 525 anos da Santa Casa, tendo sido discutido por vários oradores o tema "Risco, Perigo e Resiliência Familiar".

7 de julho - Fundo Rainha D. Leonor apoiou a requalificação do Lar de S. Bartolomeu em Baião, com um financiamento de 300 mil euros.

11 de julho – Atribuição de prémios pela Santa Casa e Fundação Benfca a dezenas de crianças num torneio de futsal no âmbito do projeto socioeducativo "Para ti se não faltares", que tem como objetivo combater o abandono escolar de jovens em risco.

14 de julho – Desafio "Dar a Volta", lançado pela UDIP Alta de Lisboa, com o objetivo de aproximar, apresentar novos parceiros e otimizar recursos para beneficiar as populações das freguesias de Lumiar e Santa Clara.

19 de julho – Celebração de protocolo entre a Santa Casa, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e a Estamo que determina a disponibilização de 100 frações para arrendamento a preços mais baixos, no âmbito do Programa "Arrendar para Subarrendar" do Governo.

20 de julho – Divulgação do vencedor da 2ª edição do programa *Triggers*, com o projeto *Generosa Nature*, que visa cuidar de plantas de forma sustentável.

26 de julho – Celebração do 119º aniversário do Hospital Ortopédico de Sant'Ana.

Agosto

1 a 6 de agosto – Participação da Santa Casa nas Jornadas Mundiais da Juventude, disponibilizando colaboradores para serem voluntários e instalações para receber peregrinos e voluntários.

31 de agosto – Participação de cerca de 400 crianças e jovens da Santa Casa em férias animadas com praia, acampamentos, atividades desportivas e culturais.

Setembro

3 de setembro – Realização de uma Viagem de Mérito onde crianças e jovens da Santa Casa viajaram de Lisboa a várias cidades espanholas, sendo esta viagem um prémio pelo seu mérito cívico e académico.

Handwritten notes in blue ink: "Lj P." and a large stylized signature or mark.

7 de setembro – Realização da exposição “Conheça “O Bairro do Sr. Alfredo”” no Espaço Santa Casa, que apresenta a arte de construção de casas de cartão do Sr. Alfredo, morador da Residência Assistida do Bairro Padre Cruz.

12 de setembro – Inauguração de uma nova creche no Beato, em Lisboa, com capacidade para 45 crianças, através de um acordo celebrado entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia.

25 de setembro – Nova creche na freguesia de São Domingos de Benfica, com capacidade 92 crianças.

26 de setembro – Lançamento de dez novos tipos de apostas no jogo Placard.

30 de setembro – Na celebração do seu 4º aniversário, a Ordem dos Fisioterapeutas, homenageou a Santa Casa da Misericórdia pelo seu contributo na formação da classe profissional.

Outubro

14 de outubro – Realização de atividade no Museu de São Roque, com 50 crianças e famílias, organizada pela Unidade de Apoio à Autonomização que assinalou o início do ano escolar.

20 de outubro – Participação da Santa Casa no XLII Congresso da Sociedade Portuguesa de Estomatologia e Medicina Dentária, onde apresentou uma pesquisa feita pelo Serviço Odontopediátrico de Lisboa.

20 de outubro – Realização de ação de *Team Building* no Centro de Dia Rainha Dona Maria I com colaboradores da *Ferring Pharmaceuticals*, com o objetivo de remodelar a sala de atividade deste centro.

24 de outubro – Coordenação pela Santa Casa da elaboração do Relatório do Conselho Nacional para a Adoção, instrumento importante no acompanhamento da evolução da adoção em Portugal.

24 de outubro – Devolução pelo cardeal D. Américo Aguiar do Convento do Grilo à Santa Casa, convento que tinha sido cedido pela Santa Casa para a sede da Fundação da Jornada Mundial da Juventude.

24 de outubro – Protocolo de reforço de parceira entre a Santa Casa e a Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis.

29 de outubro - Encontro de Famílias Por Adoção, sob o tema "Receitas em Família", onde cerca de 100 pessoas participaram em atividades, refletiram e partilharam experiências com famílias que enfrentam os mesmos desafios.

Novembro

2 e 3 de novembro – Arranque da 5ª edição do *Rise for Impact*, destinado a projetos em fase de desenvolvimento e validação da ideia, produto ou serviço, que contou com cerca de 60 participantes.

5 de novembro – Criação pela Santa Casa e a Fundação Sporting de um camarote inclusivo no Estádio de Alvalade para pessoas com deficiência - *The Green Box*.

6 de novembro - Programa de Voluntariado Corporativo EPIS Explicações, iniciativa conjunta da Santa Casa e da Associação Empresários Pela Inclusão Social (EPIS), com o objetivo de apoiar os percursos académicos de alunos carenciados.

-
- 10 de novembro - Exposição "Mitra: Passado e Presente" percorre os 90 anos de existência da Santa Casa, destacando a ligação entre o passado, a inovação e as boas causas.
-
- 10 de novembro – Conclusão da 35.ª Temporada de Música em São Roque que contou com a presença de cerca de dois mil espectadores.
-
- 14 de novembro – Participação de utentes da Santa Casa num evento onde foram modelos para artistas amadores.
-
- 14 de novembro – Realização do II Laboratório de Ópera Portuguesa, onde mais de 200 utentes da Santa Casa assistiram à opereta "Maria da Fonte".
-
- 15 de novembro – Celebração do 5º aniversário da Casa do Impacto, tendo sido realizado um evento em Lisboa para discutir a importância da inovação e do empreendedorismo de impacto na solução de desafios globais.
-
- 16 de novembro – Participação da Santa Casa num *workshop* sobre o projeto PREPARIO, que visa melhorar a qualidade de vida de pessoas vulneráveis através de uma nova tecnologia de aquecimento de refeições no domicílio, sendo o projeto cofinanciado pela Comissão Europeia e pela Fundação de Ciência e Tecnologia.
-
- 21 de novembro – Lançamento pela Casa do Impacto do programa "TARGET", onde comunidade e organizações se juntaram para uma conversa aberta sobre tópicos ligados à promoção da saúde mental.
-
- 22 de novembro – Criação de enfeites de Natal pelos utentes do Centro de Dia Rainha Dona Maria I para enfeitar as árvores do bairro, com a colaboração da equipa de jovens "Somos JFAN", constituída por jovens da freguesia de Avenidas Novas.
-
- 23 de novembro – Distinção atribuída na XIX edição dos Prémios Eficácia à Campanha da Lotaria Clássica "Uma em cada três é premiada".
-
- 23 de novembro – Visita de cerca de 90 idosos de ERPI e Centros de Dia da Santa Casa ao estádio de Alvalade, onde visitaram o relvado e o museu do Sporting Clube de Alvalade.
-
- 24 de novembro – Assinatura do novo Acordo de Empresa pela Santa Casa que entra em vigor em 1 de janeiro de 2024.
-
- 24 e 25 de novembro – Realização da 3ª edição das Jornadas de Integração Sensorial onde se debateram os benefícios da Integração Sensorial na ESSALcoitão.
-
- 28 de novembro – Evento sobre o Futuro da Animação Socioeducativa, realizado no Estádio da Luz, onde 40 técnicos das equipas da DIDIP se juntaram para debater o futuro da Animação Socioeducativa e melhorar a resposta da instituição.
-
- 29 de novembro – Criação de mais dois espaços virtuais de futebol para jovens nas freguesias de Marvila, São Vicente e Santa Maria Maior, através do Projeto *Corners E-Football* JSC, parceria entre os Jogos Santa Casa e a Federação Portuguesa de Futebol.
-
- 30 de novembro – Participação de cerca de 90 jovens da Aldeia de Santa Isabel em *workshops* que visavam desenvolver competências socio emocionais por meio de histórias.

Li
As
7
IX

Dezembro

1 de dezembro – Realização de mais uma edição da “Wonderland Lisboa” com o apoio dos Jogos Santa Casa.

5 de dezembro – Inauguração da obra de requalificação do Lar Nossa Senhora de Fátima, no Fundão, com o apoio do Fundo Rainha D. Leonor.

7 de dezembro – Terceira fase do programa “Lisboa Cidade de Todas as Idades” assinalada com a assinatura de um acordo para implementar o CLIC-LX, entre a Santa Casa e a CML, tendo o nome do programa sido alterado para “Lisboa, Cidade Com Vida Para Todas as Idades”.

11 de dezembro – “Annie”, o conhecido e aclamado espetáculo da *Broadway*, foi aplaudido pelas 120 crianças e jovens da Santa Casa que assistiram à representação.

13 de dezembro – Realização da Festa de Natal do Centro de Apoio Social de São Bento com participação dos utentes, familiares, amigos e técnicos do centro.

15 de dezembro – Assinatura de protocolo entre a Santa Casa e a Universidade Nova de Lisboa para a criação de um Centro Académico Clínico de Reabilitação, que vai integrar a Escola Superior de Saúde de Alcoitão, o Hospital Ortopédico de Sant’Ana e o Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão, com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas na área da reabilitação.

18 de dezembro – Realização de diversas iniciativas e oferta de presentes, promovidas pela Santa Casa e pelo Sport Lisboa e Benfica, às crianças e jovens de vários equipamentos da instituição.

19 de dezembro – Recuperação da Capela de Nossa Senhora da Vida, em Alcochete, classificada como Monumento Nacional, com o apoio do Fundo Rainha D. Leonor.

20 de dezembro – Inauguração a Residência Temporária de Sant’Ana, localizada nas instalações do Hospital Ortopédico, com capacidade para 27 utentes em situação de internamento social vindas do Serviço Nacional de Saúde.

20 de dezembro – Visita da equipa do Sporting Clube de Portugal às crianças e adultos internados no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão.

21 de dezembro – Visita de atletas do Sporting e da mascote Jubas ao Centro de Acolhimento de Santa Teresinha para passar uma tarde com as crianças.

7. Quem Somos

Perfil Organizacional

Nome da organização: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “SCML”)

Atividades, marcas, produtos e serviços: Ver capítulo “O Que Fazemos”. Mais informações em: <https://www.scml.pt/>.

Localização da sede da organização: Largo Trindade Coelho – 1200-470 Lisboa



Localização das operações: Em Portugal, na região de Lisboa e noutras áreas do território nacional.

Tipo e natureza jurídica de propriedade: A SCML é uma entidade sem fins lucrativos, definida juridicamente como pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, nos termos dos respetivos Estatutos em vigor, aprovados pelo Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de dezembro.

É dotada de um orçamento próprio, cujas receitas são provenientes da atribuição de uma percentagem dos rendimentos das receitas dos Jogos Sociais e de outros rendimentos obtidos com a prestação de diferentes serviços (Ação Social, Saúde, Cultura, Educação e Património).

Mercados Servidos: A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa assegura, no distrito de Lisboa, um vasto trabalho nas áreas da ação social, da saúde, da educação e formação e da cultura, prestando serviços a milhares de pessoas. Através dos apoios que concede a outras entidades e iniciativas nacionais, apoia boas causas em todo o País. E ao assegurar a organização e exploração dos Jogos Sociais do Estado, em nome e por conta do Estado Português, desenvolve atividade também em todo o território nacional. Ainda no âmbito da organização e exploração dos Jogos Sociais do Estado, o Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem uma delegação na cidade do Porto.

Ag
4
IX

Cadeia de fornecedores: A SCML conta com diversos fornecedores críticos respeitantes a: alimentação; manutenção; limpeza e higiene; bens de saúde; vigilância; eletricidade; água e saneamento; gás; telecomunicações; transportadoras; produção e distribuição de jogo social; software; hardware; e seguros. Estes são fornecedores de bens ou serviços, nomeadamente, empreiteiros e prestadores de serviços sociais e/ou de saúde, cuja falha de fornecimento afetam diretamente os serviços prestados pela Instituição. Na sua grande maioria trata-se de fornecedores nacionais.

Normas de comportamento: A Instituição dispõe de um conjunto de instrumentos orientadores em matéria de ética e conduta, nomeadamente:

- Código de Boas Práticas dos Trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho;
- Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Código de Conduta no âmbito da Organização e Exploração dos Jogos Sociais do Estado;
- Política de Jogo Responsável;
- Política Interna de Prevenção de Branqueamento de Capitais no âmbito da Organização e Exploração dos Jogos Sociais do Estado.

Mais informações em: www.scml.pt/sobre-nos/etica-e-conduta

Grupos de Partes Interessadas da SCML²:

COLABORADORES: São o capital essencial, a equipa que, todos os dias, materializa a missão da Instituição.

UTENTES, CLIENTES, BENEFICIÁRIOS: São as pessoas para quem a Instituição dirige a sua atividade e que utilizam nomeadamente os seus serviços de ação social e de saúde e frequentam o seu ensino, são empreendedores sociais, são os seus arrendatários e são os jogadores dos Jogos Sociais do Estado.

BENEMÉRITOS: Pessoas e entidades que, através dos importantes legados, heranças e doações que deixam à Instituição em nome das suas boas causas, têm contribuído para a concretização da sua missão.

COMUNIDADE VOLUNTÁRIOS: São as pessoas e entidades coletivas que estão na abrangência geográfica e de atividade da Instituição, na qual a mesma tem impacto direto e indireto ao nível social, económico e ambiental. Pessoas que, de forma livre e desinteressada, colocam o seu tempo e aptidões ao serviço da missão da Santa Casa, complementando a sua atividade.

MEDIADORES DOS JOGOS SOCIAIS: Constituem as pessoas singulares e coletivas que prestam serviços de assistência com vista à celebração do contrato de jogo entre o Departamento de Jogos e o jogador, recebendo o preço das apostas e procedendo ao pagamento de prémios de jogo.

² Consultar no Anexo 1 as principais Entidades.

IRMANDADE DA MISERICÓRDIA E DE SÃO ROQUE: Entidade canonicamente ereta, historicamente ligada à Santa Casa, contribuindo para a concretização das Sete Obras espirituais do seu Compromisso originário e assegurando o culto da Igreja de São Roque.

FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS: Atores fundamentais na gestão da cadeia de abastecimento da Instituição, fornecendo bens e prestando serviços especializados não passíveis de internalização e essenciais ao desenvolvimento da atividade.

ASSOCIAÇÕES E PARCEIROS ESTRATÉGICOS: Entidades com as quais a Instituição estabelece relações em prol do bem comum, apoiando ou cooperando no desenvolvimento de projetos e iniciativas, numa perspetiva de inovação, qualificação e maximização do alcance da sua ação.

ASSOCIAÇÕES SINDICAIS: Estruturas de representação coletiva dos trabalhadores, para defesa e promoção dos seus interesses socioprofissionais com as quais é mantida uma linha de diálogo regular.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA: É a entidade pública responsável pela gestão e administração direta dos recursos municipais da cidade de Lisboa, desempenhando um papel crucial na implementação de políticas locais e na prestação de serviços públicos aos cidadãos que residem, trabalham ou visitam a cidade, contribuindo de forma decisiva para a promoção do bem-estar e do desenvolvimento sustentável da cidade.

JUNTAS DE FREGUESIA DA CIDADE DE LISBOA: São as entidades públicas de administração local direta, com competências dirigidas às comunidades de menor dimensão populacional, concentrando-se nos interesses e necessidades dessas comunidades específicas, nomeadamente nas áreas do apoio social, promoção da cultura e da prática desportiva.

INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS E CIENTÍFICAS: A colaboração com instituições académicas e científicas é estratégica na procura de avanços em áreas prioritárias da sua atuação, e incluindo a formação dos profissionais.

COMUNICAÇÃO SOCIAL: Os media são parceiros estratégicos na difusão de informação sobre a atividade da Instituição e de sensibilização da sociedade para problemáticas relacionadas com as suas áreas de intervenção.

ÓRGÃOS CONSULTIVOS E DE FISCALIZAÇÃO ESTATUÁRIOS: Integram o modelo de governação da Instituição, sendo constituídos por representantes de entidades públicas estratégicas para a missão e a atividade da Santa Casa.

TUTELA E ENTIDADES PÚBLICAS EXTERNAS: O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que tutela a Santa Casa, e as demais entidades públicas, com as quais mantém uma relação de cumprimento de responsabilidades institucionais e legais, assim como também de cooperação mútua.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '7.', a signature, and a large 'A' with a checkmark.

Valor económico direto gerado e distribuído

Quadro 14 – Valor económico direto e distribuído

(Em Milhões de Euros)

Milhares de euros	2019	2020	2021	2022	2023
I) Valor Económico Direto Gerado	268 389,4	218 572,0	224 671,1	241 196,5	281 888,5
Distribuição Resultados dos Jogos Sociais	226 056,5	180 492,5	186 456,1	195 007,6	191 089,1
Atividade Ação Social	6 805,0	6 512,4	5 943,4	6 619,5	44 740,2
Atividade Saúde	21 167,7	18 693,6	20 924,1	25 059,8	26 352,1
Património	7 969,5	8 056,9	7 572,7	9 708,7	8 999,4
Escola Superior	2 006,4	2 093,2	2 351,6	2 600,2	3 102,0
Cultura	69,3	30,4	39,2	83,5	74,1
Rendimentos de Aplicações Financeiras	524,8	164,5	138,4	671,7	6 810,3
Outras Receitas Correntes	3 790,1	2 528,5	1 245,5	1 445,5	721,2
II) Valor Económico Direto Distribuído (Custos operacionais)	240 281,6	256 033,9	255 347,9	252 508,4	251 015,9
Fornecedores	60 349,8	67 150,6	66 978,1	66 157,1	64 441,1
Gastos com Pessoal	139 967,5	147 619,2	152 829,8	153 580,8	151 838,3
Subsídios a utentes, bolsas, prémios e apoios financeiros	39 226,5	40 695,8	34 897,8	31 991,7	33 823,0
Outras Despesas Correntes	737,7	568,3	642,2	778,8	913,4
III) Valor Económico Acumulado (I-II)	28 107,8	-37 461,9	-30 676,8	-11 311,9	30 872,6

Prevenção da corrupção

Em matéria de prevenção da corrupção, durante o ano de 2023 a SCML procedeu a alterações na sua estrutura orgânica de modo a responder da melhor forma à obrigatoriedade de implementação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e, a ele associado, do Regime de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPGDI), estabelecidos pelo Decreto-Lei número 109-E/2021, de 9 de dezembro, e pela Lei número 93/2021, de 20 de dezembro, respetivamente.

Realizada a referida alteração, com a atribuição de novas competências e responsabilidades a um gabinete dedicado e sob dependência direta da administração, o Gabinete de Segurança da Informação e Conformidade, deu-se início à estruturação de um sistema documentado que, incluindo os instrumentos que constituem o programa de cumprimento normativo (PCN) previsto no RGPC, garantirá a articulação dos dois regimes jurídicos em causa face à realidade organizacional da Misericórdia de Lisboa, conferindo-lhes, desta forma, a necessária coerência na sua efetiva implementação.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'IA' and a signature.

Cuidar do ambiente

Quadro 15 – Indicadores Ambientais

Indicadores Ambientais	2020	2021	2022	2023	Variação %
Energia consumida (GJ)	96 753,2	93 454,0	96 603,1	103 365,6	7%
Energia de fontes não renováveis	42 007,2	40 673,9	43 139,3	47 204,3	9%
Energia adquirida	54 746,0	52 780,0	53 463,8	56 161,4	5%
Captação de água (ML)	272,0	289,0	293,0	296,9	1%
Água subterrânea	-	0,3	0,3	0,3	0%
Água adquirida a terceiros	272,0	288,5	292,5	296,6	1%
Resíduos Perigosos Produzidos (T)	271,0	202,0	163,0	137,7	-16%
Hospitalares	254,8	193,3	147,3	123,5	-16%
Outras tipologias	16,3	8,6	15,3	14,2	-7%
Resíduos Não Perigosos Produzidos (T)	1 022,0	976,0	1 111,0	973,9	-12%
Papel/cartão	22,4	36,9	48,7	48,6	0%
Plástico/metálico	9,0	12,3	48,7	55,7	14%
Vidro	2,3	0,8	3,5	1,5	-57%
Orgânicos	12,3	14,3	28,8	138,1	380%
Indiferenciados	470,0	462,8	431,7	386,8	-10%
Outras tipologias	505,8	449,1	577,6	343,2	-41%
Emissões de CO2 e GEE	2 591,4	2 518,7	2 676,3	2 978,8	11%
Consumo de combustíveis nas instalações	1 948,0	1 817,0	1 931,6	1 737,2	-10%
Consumo de combustíveis na frota	643,0	702,0	744,7	1 241,6	67%

Dimensão da organização

Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores

Quadro 16 – Total de colaboradores por género

	2022		2023		Variação 23/22	
Homens	1 422	23%	1 381	23%	-41	-3%
Mulheres	4 658	77%	4 642	77%	-16	0%
Total	6 080	100%	6 023	100%	-57	-1%

Conforme resulta do quadro acima, o número de homens que trabalha na SCML representa apenas 23% do total de 6.023 trabalhadores.

Efetivamente, observa-se que esta é uma realidade que não tem sofrido grandes alterações ao longo dos anos, verificando-se uma preponderância constante de trabalhadores do sexo feminino na estrutura de Recursos Humanos.

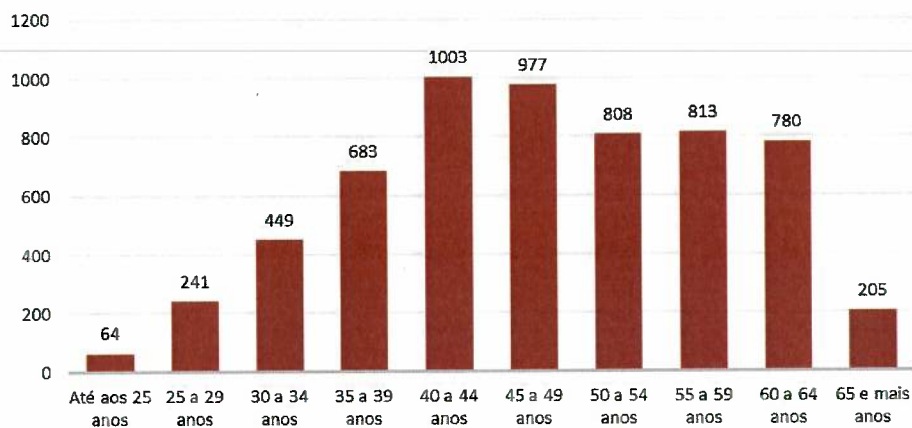
M
As
Sj
Z.
A

Demografia Laboral

A pirâmide etária da SCML destaca um dos maiores desafios para a DIRH, em particular, na área de recrutamento, no âmbito da projeção e planeamento da atividade dos Departamentos e Serviços da organização, porquanto se avizinha uma potencial necessidade de recrutamento nos próximos 5 anos, nomeadamente, por aposentações e reformas, que tem vindo continuamente a aumentar (a título de exemplo, no final de 2022 tínhamos, aproximadamente, 930 trabalhadores nessas circunstâncias e, terminámos o ano de 2023 com 985);

Este ritmo mantém-se constante a cada quinquénio.

Gráfico 1 - Distribuição por Escalão Etário



Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

No que respeita à antiguidade dos trabalhadores, conclui-se que:

- A média da SCML é de 13 anos;
- 50% dos trabalhadores concentram-se entre os 0 e os 10 anos de antiguidade;
- 15% tem uma antiguidade igual ou inferior a 2 anos.

P.
sta
si
M

Absentismo

Quadro 17 – Absentismo

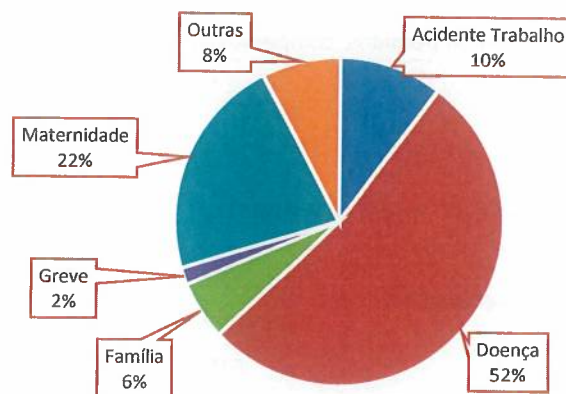
	2019	2020	2021	2022	2023
Taxa de absentismo	6,8	9,4	8,1	8,7	7,8

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

A taxa média de absentismo da SCML em 2023 foi de 7,8%, o que corresponde a uma diminuição de 0,9 p.p. face ao ano de 2022, continuando bastante superior à registada nos anos anteriores à pandemia (2019). Esta diminuição, verifica-se essencialmente com extinção do registo de ausências de COVID 19 (isolamento e família) e uma redução das ausências de maternidade relativamente ao período homologado.

Os principais motivos que estão na origem desta taxa de absentismo encontram-se representados no gráfico seguinte.

Gráfico 2 - Motivo



Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

Quadro 18 – Greve

N.º de ausências por motivo de greve	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 2023/2022
Nº de ausências	437	222	910	1 166	2 098	932

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

MA
Lj A27
P.
A

É de salientar que o nº de ausências por motivo de greve tem vindo a aumentar significativamente, nomeadamente nos últimos 2 anos. Em comparação com o ano transato, o número de ausências por motivo de greve aumentou 80% (932).

Quadro 19 – Acidentes de Trabalho

Acidentes de trabalho	2021	2022		2023			Variação	
	Total	Total	Variação	Total	Variação		23/21	
Nº Colaboradores p/ efeito de Seguro	6265	6 196	-69 -1%	6 168	-28 0%		-97	-2%
Acidentes de Trabalho	396	469	73 18%	520	51 11%		124	31%
Percentual	6%	8%	2% 33%	8%	0% 0%		2%	41%
Acidentes de Trabalho com baixa	324	387	63 19%	391	4 1%		67	21%
Dias perdidos por acidente de trabalho	9451	12 480	3029 32%	12 657	177 1%		3 206	34%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP

Em 2023 registaram-se 520 acidentes de trabalho, mais 51 do que em 2022.

Verificou-se, portanto, um aumento de 11% dos acidentes de trabalho tendo gerado um aumento de 1% do número de acidentes com Incapacidade Temporária Absoluta (ITA) face a 2022.

No que concerne ao número de dias de trabalho perdidos, comparativamente com o ano anterior, em 2023 registou-se um aumento de 1%.

Natureza dos vínculos

Quadro 20 – Vínculo Contratual (*)

Vínculo Contratual	2022	2023
Contrato de trabalho em funções públicas (Quadro Residual SCML)	354	330
Quadro Individual de Trabalho	5 682	5 656
Comissão de serviço e cedência de interesse público (Externos)	44	37
Subtotal	6 080	6 023
Prestadores de serviços	65	57
Total	6 145	6 080

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH e Relatórios de Gestão & Contas 2020 e 2021

*Nota: Foram contabilizados os trabalhadores afetos ao DJ

Em termos globais, face ao ano de 2023, registou-se uma diminuição de 57 trabalhadores na SCML.

Conforme se observa no quadro acima, a 31 de dezembro de 2023, a SCML contava com 6.079 colaboradores ao seu serviço, dos quais: 93% estão vinculados por contrato regulado pelo Código do Trabalho, 5% têm contrato de trabalho em funções públicas, 1% estão em regime de prestação de serviços (7 dos quais são ajudantes familiares e 32 são amas/baby-sitters), e os restantes 1% são os denominados “trabalhadores externos” (Comissões de Serviço e Cedências de Interesse Público).

Podemos ainda constatar uma tendência de redução do número de prestadores de serviços nos últimos anos.

R. Ag
S. M
A

Distribuição e evolução por Serviços

Quadro 21 - Distribuição e Evolução por Serviços (*)

	2022		2023		Variação 2023/2022	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
DASS-AS	3 308	54,4%	3 287	54,6%	-21	-0,6%
ADM/GAB/SG/SI	617	10,1%	591	9,8%	-26	-4,2%
CMRA	497	8,2%	521	8,7%	24	4,8%
DASS-DISSC	359	5,9%	345	5,7%	-14	-3,9%
HOSA	311	5,1%	304	5,0%	-7	-2,3%
DJ	309	5,1%	309	5,1%	0	0,0%
DGIP	141	2,3%	161	2,7%	20	14,2%
UCCI -MJNP	106	1,7%	90	1,5%	-16	-15,1%
DIC	69	1,1%	66	1,1%	-3	-4,3%
DASS-AS- ISS [1]	67	1,1%	71	1,2%	4	6,0%
UCCI- R. D. LEONOR	94	1,5%	95	1,6%	1	1,1%
ESSA	52	0,9%	55	0,9%	3	5,8%
UCCI - S. ROQUE HPV	49	0,8%	49	0,8%	0	0,0%
DQI	49	0,8%	0	0,0%	-49	-100,0%
DEES	19	0,3%	26	0,4%	7	36,8%
UM_VALORT	17	0,3%	19	0,3%	2	11,8%
DICCI	11	0,2%	13	0,2%	2	18,2%
UM_GPOTSCML	5	0,1%	21	0,3%	16	320,0%
Total	6 080	100,0%	6 023	100%	-57	-0,9%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

*Nota: Foram contabilizados os trabalhadores afetos ao DJ

Da análise deste quadro, verifica-se que o maior aumento percentual de trabalhadores ocorreu na Unidade de Missão GPOTSCML, decorrente da criação do Centro de Logística e Transportes, no final de 2023, contando com mais 16 trabalhadores face ao ano anterior resultante da integração de serviços ou de mobilidades internas.

Destacamos, ainda, os aumentos de trabalhadores verificados no DGIP e no DEES, resultantes da integração de trabalhadores por motivo da Reestruturação Interna ocorrida na SCML e da dissolução do DQI.

O maior decréscimo percentual de trabalhadores registou-se na UCCIMJNP, por via do término do protocolo entre a UCCIMJNP e o IPO em finais de 2022, resultando numa desocupação efetiva de 10 camas, o que levou à diminuição de Pessoal, nomeadamente Auxiliares de Ação Médica, Enfermeiros e Fisioterapeutas.

Num exercício de agrupamento em macro carreiras, de modo a evidenciar o rácio de dirigentes na estrutura, resulta o quadro seguinte:

Quadro 22 –Macro Carreiras

Agrupamento macro	2022		Total		Variação 2023/2022	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Dirigente	561	9%	506	8%	-55	-10%
Técnico superior	2 333	38%	2 381	40%	48	2%
Técnico profissional	746	12%	690	11%	-56	-8%
Auxiliar	2 440	40%	2 446	41%	6	0%
Total	6 080	100%	6 023	100%	6023	-1%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

Aut
Si
NA
P.

O número de Dirigentes registou uma diminuição de 10%, resultante da Reestruturação Interna ocorrida na SCML em outubro de 2023.

Remunerações complementares

Conforme resulta do quadro seguinte, nos dois últimos anos, as remunerações complementares registaram, no total, um decréscimo de 3,1%, com maior incidência nas remunerações por Horas de Prevenção e Horas Extra.

Por outro lado, em 2023, registou-se um aumento de 18,8% nas remunerações de sorteios/eventos DJ o que inclui a participação em sorteios e eventos promocionais.

Quadro 23 – Principais Remunerações Complementares

Principais remunerações complementares	2022	2023	Variação 2023/2022	
Subsídio de Turno	2 850 363 €	2 911 012 €	60 649 €	2,1%
Despesas de Representação	1 608 452 €	1 528 040 €	- 80 412 €	-5,0%
Isenção Horário Trabalho	1 375 922 €	1 278 333 €	- 97 589 €	-7,1%
Horas extra e trabalho dia feriado	1 235 152 €	1 024 431 €	- 210 721 €	-17,1%
Regime Horário Acrescido	904 887 €	875 437 €	- 29 450 €	-3,3%
Remunerações sorteios/eventos DJ	587 375 €	697 810 €	110 435 €	18,8%
Complemento de Função	616 781 €	616 271 €	- 510 €	-0,1%
Horas de Prevenção	266 698 €	225 463 €	- 41 235 €	-15,5%
Complemento de Penosidade	180 637 €	175 366 €	- 5 271 €	-2,9%
Total	9 626 266 €	9 332 164 €	- 294 103 €	-3,1%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

Teletrabalho

Foi deliberada pela Mesa da SCML a implementação de um modelo híbrido e voluntário e experimental de Teletrabalho, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2022.

No final de 2023, encontravam-se em Teletrabalho e em modelo híbrido de Teletrabalho 682 trabalhadores:

Quadro 24 –Teletrabalho

Regimes de Teletrabalho	Nº de Trabalhadores
Regime de Teletrabalho	107
Regime Híbrido de Trabalho Mensal	117
Regime Híbrido de Trabalho Semanal	458
Total	682

Handwritten notes in blue ink: "F.", "AR", "S.", "N.", and a signature.

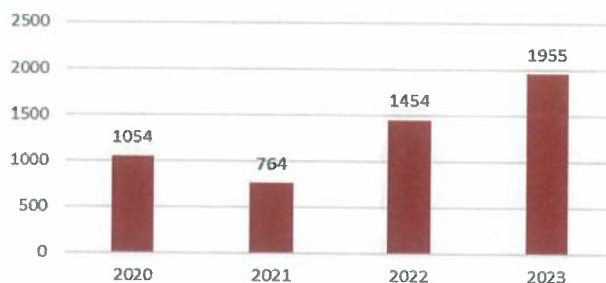
Exercem funções em regime de teletrabalho 1,7% dos trabalhadores da SCML, ao abrigo do consagrado no artigo 166º-A do Código do Trabalho.

No que respeita ao modelo híbrido de Teletrabalho, este regime aplica-se apenas a 575 trabalhadores, o que representa 9,5% relativamente ao total de trabalhadores da SCML.

6,7% dos trabalhadores em Regime híbrido de Teletrabalho, estão regime semanal, tendo por base a repartição de 3/5 dos dias da semana em regime de trabalho presencial e de 2/5 em regime de teletrabalho.

Saúde Ocupacional

Gráfico 3 - Consultas Medicina no Trabalho



Fonte: Workmed

Comparativamente ao ano de 2022, foram realizadas mais 501 consultas/exames periódicos (+ 34%).

Limitações para o trabalho

No que concerne à limitação para o trabalho, da consulta de medicina do trabalho resultaram: a emissão de 543 aptidões condicionadas e 24 inaptidões temporárias (4,2% do total de limitações).

Ressalva-se que, ao longo do ano, são emitidas várias fichas ao mesmo trabalhador que podem ter a mesma limitação ou outra.

Quadro 25 – Limitações ao Trabalho

	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Aptos condicionado	38	59	59	35	50	47	43	42	37	31	65	37	543
Inaptos	2	2	2	1	1	5	1	2	2	2	3	1	24
TOTAL	40	61	61	36	51	52	44	44	39	33	68	38	567

Fonte: Núcleo de Saúde Ocupacional

Am
Si
A
P.

Enfermagem do Trabalho

Em 2023 foram realizadas 1431 consultas de enfermagem, 550 ações de vacinação e mantiveram-se as atividades de primeiros socorros no Complexo de São Roque, que este ano ascenderam a 236.

Face a 2022, registou-se um acréscimo de 36% nas consultas de enfermagem realizadas e de 51% nas atividades de primeiros socorros desenvolvidas.

Quadro 26 – Atendimentos de Enfermagem

	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Consulta de enfermagem	0	0	93	181	175	171	88	151	109	168	199	96	1431
Primeiros Socorros e outros tratamentos	5	4	28	22	22	30	15	22	3	20	36	29	236
Vacinação	6	0	0	3	4	3	1	11	5	7	345	165	550

Programa (Re)Integrar

Durante o ano de 2023, o (re)integrar continuou o seu trabalho de acompanhamento dos trabalhadores com alterações no desempenho ocupacional em contexto de trabalho. Neste período foram desenvolvidos e implementados os Procedimentos DIRH para Trabalhadores Identificados para Novo Enquadramento Profissional (TINEP's), no sentido de potenciar a reintegração profissional dos trabalhadores que beneficiam de mudança de funções ou de local de trabalho. A 31 de Dezembro encontravam-se integrados no projeto 562 trabalhadores.

Terapia Ocupacional e Produtos de Apoio

Ao longo de 2023 foram atribuídos 15 produtos de apoio, cerca de menos 12% em relação ao ano transato.

Psicologia Laboral

A intervenção da psicologia em saúde ocupacional, visa a promoção da saúde psicológica e física dos trabalhadores, a deteção e intervenção precoce ao nível do risco psicossocial e da doença mental, e ainda intervir na perturbação e na doença, através de uma panóplia de ferramentas e em conjugação com a equipa interdisciplinar.

A atividade desenvolvida em 2023 focou-se essencialmente em 3 áreas fulcrais:

- Consulta de psicologia laboral – psicologia clínica;
- Projeto de Triagem Psicológica às Auxiliares de Geriatria e Apoio à Comunidade (AGAC's);
- Entrevistas de “Avaliação do grau de satisfação no desempenho profissional e indicadores de saúde mental e bem-estar” em Estabelecimento Residência para Pessoas Idosas;
- Participação no projeto Gestão de Incidentes Críticos.

No total, foram realizadas 437 consultas de psicologia laboral (mais 38 que em 2022) e 358 triagens a AGAC's no âmbito das quais foram detetados sinais e sintomas de depressão, ansiedade, comportamentos de adição e *burnout*.

Paralelamente foram detetados Riscos Psicossociais no que concerne às condições de trabalho, ao assédio, stress, instabilidade emocional e substância psicoativas. Foram sinalizados 48 trabalhadores para contacto de proximidade com regularidade em função do caso.

Apoio Social

Quadro 27 – Benefícios

Benefícios	2019		2020		2021		2022		2023		Var. 2023/2022	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Subs. não Reembolsáveis	38	13 194 €	65	24 248 €	50	15 075 €	19	6 615 €	1	250 €	-18	-6 365 €
Subs. Reembolsáveis	380	400 756 €	322	342 432 €	283	232 760 €	260	203 789 €	203	168 389,69 €	-57	-35 400 €
Subs. de Compl. Medicamentos	120	7 460 €	112	6 708 €	173	9 419 €	174	9 527 €	197	7 817 €	23	-1 710 €
Subs. de Proteção Infantil	4 443	589 040 €	3 752	512 001 €	4 388	476 331 €	5 120	436 939 €	4 089	402 417 €	-1 031	-34 523 €
Subs. Freq. Ensino Básico	274	11 956 €	273	13 081 €	401	9 836 €	214	9 267 €	272	8 497 €	58	-770 €
Subs. de Formação Complementar	6	564 €	1	25 €	0	0 €	1	62 €	0	0 €	-1	-62 €
Complemento de Pensão Mínima	284	61 206 €	354	82 366 €	473	103 042 €	582	109 259 €	602	136 235 €	20	26 976 €
Sub. Freq. Atividades Férias	300	33 022 €	7	767 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €
Total	5 845	1 117 196 €	4 886	981 628 €	5 768	846 462 €	6 370	775 458 €	5 364	723 605 €	-1 006	-51 853 €
Valor médio		191,1 €		200,9 €		146,8 €		121,7 €		134,9 €		

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP e Direção de Recursos Humanos – Núcleo de Apoio Social

Registou-se uma diminuição do valor atribuído a título de Subsídio de Proteção Infantil (8% em relação a 2022). O Complemento de Pensão Mínima registou um incremento relativamente a 2022, nomeadamente devido ao aumento do número de aposentados/reformados.

No que respeita aos Subsídios reembolsável e não reembolsável, registou-se uma diminuição significativa na atribuição dos mesmos. Cerca de 17% no caso dos subsídios reembolsáveis e 96% nos subsídios não reembolsáveis.

Formação Profissional

A atividade formativa registou uma ligeira diminuição, tanto no número de formandos, como no número de ações ministradas. Este decréscimo deveu-se principalmente a uma significativa redução no nº de ações de sensibilização na área da Proteção de Pessoas e Bens (DQI), bem como a uma diminuição do número de workshops da Microsoft ministrados em 2023, comparativamente com 2022.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '5' and a signature.

Quadro 28 – Tipologia de Formação

Formação	2021				2022				2023			
	Nº Partic.	Nº Ações	Nº Horas	Custos	Nº Partic.	Nº Ações	Nº Horas	Custos	Nº Partic.	Nº Ações	Nº Horas	Custos
Interna	6 604	467	59 591	387 614 €	9 122	724	68 062	387 574 €	8 779	470	70 656	266 815 €
Externa Nacional	490	207	13 054	53 581 €	532	215	13 648	111 620 €	450	212	10 024	105 844 €
Externa Estrangeiro	16	12	264	5 953 €	46	30	984	36 734 €	57	30	1 337	28 343 €
Externa Total	506	219	13 318	59 534 €	578	245	14 632	148 354 €	507	242	11 361	134 187 €
Autoformação-Estatuto Trabalhador Estudante	150	150	1 903		42	42	427		20	20	294	
Total	7 260	836	74 811	447 148 €	9 742	1 011	83 141	535 928 €	9 306	732	82 312	401 002 €

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP e dados disponibilizados pelos Serviços

Estágios Profissionais

Quadro 29 - Estágios Profissionais

Estágios Profissionais	2019	2020	2021	2022	2023	Varição 2023/2022
Estagiários/Bolseiros	12	19	34	36	33	-3

Fonte: Sistema Integrado de Gestão – SAP RH

Em 2023 tiveram início 33 estágios profissionais, cofinanciados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., no âmbito da Medida Estágios Emprego.

Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores

Quadro 30 – Diversidade na remuneração por género e Grupo Profissional

Grupo Profissional	Mulheres	Remuneração média (€) Mulheres	Homens	Remuneração média (€) Homens	Total HM	Remuneração média (€) HM
Dirigente	176	3 625,51	133	3 526,04	309	3 582,84
Director Estabelecimento	93	2 664,25	14	2 673,50	107	2 665,46
Chefia Directa	64	1 763,51	26	2 311,81	90	1 915,81
Técnico Superior	1 593	1 798,79	500	1 985,21	2 093	1 843,79
Técnico	266	1 966,01	36	2 000,06	302	1 970,18
Técnico Profissional	550	990,93	126	1 410,87	676	1 067,83
Administrativo	360	1 256,46	130	1 122,67	490	1 220,20
Operários	9	934,70	175	1 015,09	184	1 010,75
Auxiliares	1 531	906,61	241	937,86	1 772	910,70

A remuneração média das mulheres é superior à registada nos homens nos grupos profissionais de dirigente e administrativo.

40
7.
M

8. O Que Fazemos

8.1 Ação Social

A Ação Social é a essência da Misericórdia de Lisboa. Diariamente, contribuí para o bem-estar das pessoas, nas diferentes fases da sua vida, prevenindo situações de desigualdade e carência socioeconómica, vulnerabilidade e exclusão social. Atua em 7 grandes áreas: Infância e juventude; População +65; Apoio à família; População em risco; Atendimento social; Apoio à deficiência e Acompanhamento terapêutico.

Caracterização da Atividade por Áreas e Respostas Sociais

INFÂNCIA E JUVENTUDE

CRIANÇAS E JOVENS



CRECHE, CRECHE FAMILIAR E JARDIM DE INFÂNCIA

As 34 respostas de proximidade de 1.ª e 2.ª infância - Creche, Creche Familiar e Jardim-de-Infância - asseguram a promoção do bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, em parceria com as famílias e comunidade. Para além do papel pedagógico e educativo, constituem-se também como suporte às famílias mais vulneráveis, no reforço da parentalidade e conciliação da vida familiar com a vida profissional/laboral.

Quadro 31 – Infância e Juventude

AÇÃO SOCIAL	2022	2023	Variação %
Infância e Juventude			
Crianças em Creche e Creche Familiar	2 293	2 617	14%
Crianças em Jardim-de-Infância	533	440	-17%
Crianças e Jovens em Atividades Socioeducativas	387	367	-5%

Handwritten notes in blue ink: a symbol resembling a stylized 'F' or '7', the letters 'Si' and 'A' with arrows, and a checkmark.

ANIMAÇÃO SOCIOEDUCATIVA E CULTURAL

A Animação Socioeducativa e Cultural (ASE), distribuída por **7 equipamentos**, é uma resposta direcionada a pré-adolescentes, jovens e jovens adultos. Procurando colmatar as necessidades e interesses dos jovens, das famílias e da própria comunidade, a natureza comunitária em que esta resposta se enquadra favorece a promoção do desenvolvimento pessoal e social dos jovens, numa perspetiva de complementaridade com o sistema educativo formal (escola) e não formal (família e comunidade), capacitando para o exercício de uma cidadania ativa e empreendedora, prevenindo a exposição a fatores e comportamentos de risco.

CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO

A intervenção da SCML no âmbito da promoção dos direitos e proteção das crianças/jovens em perigo é transversal a vários serviços, nos diferentes níveis de intervenção, sendo realizada através das Equipas do Atendimento Social, Equipas de Intervenção e Capacitação Familiar, rede de **17 equipamentos de Acolhimento Residencial**, Núcleo de Adoção e Apadrinhamento Civil e outros com destaque no Acolhimento Familiar e nas **18 respostas de Autonomia, Pré-autonomia e Supervisão Intensiva**. Transversalmente, em matéria de Assessoria, as atribuições são cumpridas pelo Núcleo de Assessoria e Apoio Técnico ao Tribunal – Promoção e Proteção e pelos Núcleos de Infância e Juventude (NIJ).

Quadro 32 – Crianças e Jovens em Situação de Perigo

AÇÃO SOCIAL	2022	2023	Variação %
Crianças e Jovens em Casas de Acolhimento	400	364	-9%
Jovens em Apartamentos de Autonomização e Residências Autónomas*	114	116	2%
Crianças Integradas em Acolhimento Familiar	99	105	6%
Crianças Integradas em pré-adoção no ano	87	79	-9%
Famílias Acompanhadas pelas Equipas de Intervenção e Capacitação Familiar	859	817	-5%
Jovens Acompanhados pela Equipa de Integração Comunitária (Jovens com Medida de Apoio para Autonomia de Vida)	161	176	9%
Crianças/Jovens acompanhadas pelas equipas de Assessoria ao Tribunal - Promoção e Proteção **	3 610	4 022	11%
Crianças /jovens abrangidos pela intervenção das equipas de Assessoria ao Tribunal - Tutela Cível ***	3 233	3 628	12%

Nota: (*) O Indicador integra, a partir de 2022, as respostas da Unidade de Autonomia de Vida (Casa de Supervisão Intensiva e Apartamento de Pré-autonomia Migrantes)
 (***) O indicador integra, a partir de 2022, a atividade de assessoria na Promoção e Proteção dos NIJ da Amadora, Mafra, Oeiras e V. Franca de Xira e em 2023 NIJ Sintra
 (***) O indicador integra, a partir de 2022, a atividade de assessoria na Tutela Cível dos NIJ da Amadora, Mafra, Oeiras e V. Franca de Xira e em 2023 NIJ Sintra

Foram integradas em famílias adotantes e em período de **pré-adoção 79** crianças, menos 9% do que no ano anterior, encontrando-se no final do ano 73 novas crianças em situação de adotabilidade, mais 18% face a 2022.

No final do ano estavam integradas em **Acolhimento Familiar 105** crianças, das quais 36 foram colocadas em 2023.

CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA

Residências Autónomas

As **5 Residências Autónomas (RA)** são uma resposta de alojamento que funcionam em apartamento e têm por objetivo viabilizar projetos pessoais de autonomia. Estão direcionadas a jovens adultos, na faixa etária entre os 18 e os 25 anos, com comprometimento cognitivo ligeiro, funcionalmente competentes para viver em apartamento e que, mediante apoio, têm capacidade para viver de forma autónoma. Em 2023, esta resposta integrou **21** jovens diferentes.

Centro de Capacitação D. Carlos I – Residência Autónoma, Consultas Psiquiatria e Equipa Móvel

O Centro de Capacitação D. Carlos I integra uma Residência Autónoma para jovens com Deficiência Intelectual, em fase de transição para a vida adulta, Consulta de Pedopsiquiatria e Equipa Móvel com resposta multidimensional (deficiência física e intelectual, saúde mental da infância e adolescência), estas últimas para todas as Unidades da DIJF.

A Residência Autónoma distingue-se das demais pelo facto de garantir um acompanhamento em permanência por uma equipa especializada na área da multideficiência. Os jovens das RA apresentam deficiência intelectual moderada a grave, com múltiplos diagnósticos em saúde, e um potencial muito limitado de desenvolvimento de competências pessoais/sociais para transição para a vida adulta, beneficiaram desta resposta **8** jovens ao longo do ano.

Núcleos de Infância e Juventude

No âmbito da implementação do Protocolo de Cooperação com o ISS, I.P., os Núcleos de Infância e Juventude (NIJ) asseguram, entre outras atribuições, a assessoria aos Juízos de Família e Menores, através de equipas multidisciplinares, quer em matéria de Promoção e Proteção de crianças e jovens em perigo, quer em matéria Tutelar Cível, nos respetivos territórios.

F.
Lj. ds
A
IX

Quadro 33 – Núcleos de Infância e Juventude (NIJ)

Indicadores de Atividade	Realizado 2022	Realizado 2023	Taxa de Variação 2023/22
Nº de Núcleos	4	5	25%
Tutelar Cível			
Nº de Acompanhamentos de Crianças em Audição	90	220	144%
Nº de Audições Técnicas Especializadas realizadas	115	196	70%
Nº Total de crianças /jovens abrangidos	1415	1 886	33%
Promoção e Proteção			
Nº Crianças com acompanhamento	1250	2 011	61%
Nº Processos com acompanhamento	880	1 455	65%
Nº Processos entrados	384	806	110%

No âmbito do Protocolo de Cooperação, a SCML continuou a assumir responsabilidades em matéria de infância e juventude nos concelhos do distrito de Lisboa, incluídos na NUT III da área Metropolitana de Lisboa e em maio de 2023 foi criado NIJ de Sintra, passando a contar com **5 Núcleos de Infância e Juventude**.

No global dos 5 NIJ, no que concerne à atividade em matéria tutelar cível, foram abrangidas pela intervenção **1 886 crianças/jovens** diferentes, foram realizados 220 acompanhamentos de crianças em audição e 196 audições especializadas. No contexto da promoção e proteção foram acompanhados 1.455 processos abrangendo 2.011 crianças/jovens diferentes e no ano entraram 806 novos processos.

Na implementação dos NIJ foi necessário proceder ao mapeamento dos territórios de forma a identificar as necessidades e os recursos existentes e promover a aproximação às entidades no terreno com maior intervenção em matéria de infância e juventude: Tribunal Judicial, Juntas de Freguesia, Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), Câmara Municipal e Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ), agrupamento de escolas, as Unidades de Saúde, estruturas da rede de serviços de solidariedade social, forças de segurança (GNR e PSP) entre outras, por forma a desenvolver uma lógica de intervenção integrada e colaborativa.

PESSOAS MAIS VELHAS



Ao nível da intervenção com as Pessoas Mais Velhas, as respostas de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) mantiveram, mesmo nos períodos de encerramento dos equipamentos, uma grande proximidade aos utentes, recorrendo aos contactos telefónicos e visitas domiciliárias, e apostando num treino mais individual e organização de atividades para estimulação a nível cognitivo e motor.

CENTRO DE DIA

O centro de dia (CD) é uma resposta social aberta à comunidade. Os **20 equipamentos** prestam serviços e desenvolvem atividades de caráter sociocultural e terapêutico, tendo em vista a promoção da autonomia, a prevenção da dependência e a permanência da pessoa no seu meio natural de vida.

Quadro 34 – Pessoas +65

AÇÃO SOCIAL	2022	2023	Variação %
Pessoas + 65			
Utentes em Centros de Dia	1 245	1 347	8%
Utentes com Apoio Domiciliário	2 640	2 501	-5%
Utentes acompanhados pelas Equipas de Apoio a Idosos	2 870	3 112	8%
Utentes em Estruturas Residenciais para Idosos	495	513	4%
Beneficiários com Teleassistência	697	650	-7%
Processos Acompanhados em ERPI privadas	1 067	1 215	14%

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) consiste na prestação de cuidados individualizados no domicílio a pessoas que, temporária ou permanentemente, se encontrem numa situação de incapacidade física e/ou psíquica que impossibilite a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades de vida diária. Tem como principais objetivos combater o isolamento, prevenir o agravamento da dependência, evitar ou retardar a institucionalização e contribuir para uma melhor qualidade de vida na comunidade.

O **Serviço de Apoio Domiciliário Integrado (SADI)** constitui-se como resposta integrada entre a Ação Social e Saúde em caso de doença e/ou dependência dos utentes de SAD. Ao longo de 2023, o SAD assegurou a prestação de cuidados a **2 488 utentes** diferentes, registando uma diminuição de 6% face ao ano anterior. Saliencia-se um aumento de 22% nos utentes com SADI, fruto da maior proximidade entre a Ação Social e a Saúde.

EQUIPAS DE APOIO A IDOSOS

As Equipas de Apoio a Idosos (EAI) são equipas interdisciplinares de âmbito misto, integradas na Ação Social de Proximidade, constituídas por três técnicos, Assistente Social, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional e um Auxiliar

P.
S
A
IX

de Geriatria e Apoio à Comunidade. Estas equipas têm como objetivo avaliar e responder, de forma célere e atempada às situações urgentes de risco/perigo de cidadãos com mais de 65 anos, isolados, em situação de vulnerabilidade. As oito equipas, atualmente em funcionamento, cobrem todo o território da cidade de Lisboa em estreita articulação com as equipas territoriais e recursos locais.

ESTRUTURAS RESIDENCIAIS TEMPORÁRIAS, PERMANENTES E ASSISTIDAS PARA IDOSOS

A **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)** consiste numa resposta social, desenvolvida em equipamento de alojamento coletivo, de utilização **temporária** ou **permanente**, destinada a apoiar pessoas em diferentes situações de vulnerabilidade social e graus de autonomia, que não tenham condições para assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária (AVD's). O modelo de intervenção adotado é o Centrado na Pessoa, procurando ancorar uma relação de cuidado humanizada. Os **8** equipamentos acolheram em 2023, **443** residentes.

As **3** ERPI Assistidas são destinadas a pessoas com 65 e mais anos, autónomas nas suas decisões, sendo assegurado pela SCML todo o apoio necessário nas atividades da vida diária dos utentes, bem como na integração destes na comunidade. É uma resposta com uma filosofia de gestão colaborativa. Esta resposta social é assegurada em apartamentos e/ou moradias com quartos individuais ou duplos e espaços de utilização comum, tendo beneficiado desta resposta **70** utentes.

As ERPI's, para além da resposta permanente, também integram **17** lugares temporários, de natureza transitória.

ESTRUTURA RESIDENCIAL TEMPORÁRIA

No último trimestre de 2023 foi criada uma Nova Resposta que decorre de Protocolo de Cooperação entre a SCML, o Instituto da Segurança Social, I.P., a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. e a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, I.P., a **Residência Temporária de Sant'Ana**. Estão protocoladas 27 vagas. Destina-se a pessoas adultas que tendo Alta Clínica permanecem nos hospitais por motivos sociais.

Quadro 35 – Residência Temporária de Sant'Ana

Indicadores de Atividade	Realizado 2023
Número de Equipamentos*	1
Capacidade	27
Número de Utentes Diferentes	5
Número de Utentes Admitidos	5

Nota: *Novo equipamento. Sem comparabilidade com anos anteriores, abriu em dezembro 2023.

A Estrutura Residencial Temporária (ERT) é uma resposta transitória que se destina a pessoas adultas com Alta Clínica e permanecem nos hospitais, por motivos sociais. Permite desocupar camas hospitalares e providenciar

uma resposta mais adequada às necessidades das pessoas. A ERT foi inaugurada em dezembro, tendo ainda sido admitidos 5 utentes.

PROGRAMA PILAR

O Programa PILAR tem como principal objetivo garantir o acompanhamento dos residentes integrados em ERPI (privadas ou IPSS), cuja intervenção é da competência da SCML, assegurando que lhes são conferidos cuidados de qualidade e disponibilizados todos os serviços necessários.

De 2022 para 2023, verificou-se um aumento de 5 ERPI's privadas com utentes da SCML acompanhados pela equipa do PILAR. A resposta mantém a tendência de crescimento significativo verificada nos últimos anos.

TELEASSISTÊNCIA

O Serviço de Teleassistência (disponível 365 dias por ano, 24 horas por dia) é um serviço de proximidade, complementar a outras respostas sociais da SCML, cujos destinatários são os utentes de Centro de Dia, de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e ainda pessoas sinalizadas pela Unidade de Promoção do Voluntariado (UPV). Visa promover a segurança e a autonomia das pessoas em situação de isolamento, dependência e/ou incapacidade, contribuindo para a diminuição da solidão e para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar. É ainda um serviço que se constitui como uma resposta imediata em situações de emergência, com encaminhamento para os serviços competentes.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO/VULNERABILIDADE

ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

A Unidade de Emergência (UE) garante o atendimento e acompanhamento de pessoas e/ou famílias, nacionais ou estrangeiras, em situação de sem-teto ou domicílio instável, em risco social grave, garantindo-lhes as condições básicas de subsistência, para além da definição de planos de intervenção que visam a desenvolvimento de competências com vista à sua reintegração social.

A UE apoia também os requerentes de Proteção Internacional, que se encontram em fase de recurso e os recolocados. No Protocolo de Cooperação em Matéria de Apoio a Requerentes de Proteção Internacional, cabe à SCML garantir o apoio social dos requerentes de Proteção Internacional em situação de recurso da decisão de não admissibilidade do pedido de asilo por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e dos recolocados.

O Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Lisboa (NPISA) responde, especificamente, à população em situação de sem-abrigo.

Quadro 36 – Públicos Vulneráveis

AÇÃO SOCIAL	2022	2023	Variação %
Públicos Vulneráveis			
Utentes Atendidos no Atendimento de Emergência	3 701	3 893	5%
Utentes em Acolhimento de Emergência e Temporário*****	568	517	-9%
Utentes nas casas de Transição	26	27	4%
Utentes do refeitório Social	918	1 271	38%
Requerentes de Proteção Internacional acompanhados	1 212	783	-35%

Nota: (*****) O indicador integra acolhimento de Mulheres vítimas de violência doméstica e o alojamento noturno, incluindo alojamento para mulheres com filhos

Verifica-se um aumento do número de cidadãos estrangeiros atendidos, maioritariamente em situação irregular em território nacional.

CENTRO DE ALOJAMENTO NOTURNO LUGARES DE EMERGÊNCIA E LUGARES TEMPORÁRIOS

Os **2 Centros de Acolhimento Temporário e de Emergência** (CATMA e CASA) asseguram alojamento a pessoas adultas em situação de sem-abrigo ou domicílio instável, proporcionando ainda o acesso a cuidados de higiene diária e alimentação, salvaguardando as necessidades básicas de subsistência. A intervenção centra-se no treino e aquisição de competências sociais com vista à inclusão social.

Num dos Centros (CATMA) é também assegurada resposta a mulheres com filhos em situação de vulnerabilidade social, salvaguardando necessidades básicas ao nível do alojamento e alimentação, proporcionando simultaneamente um ambiente securizante e apoio na reorganização da vida familiar.

Centro de Apoio Social dos Anjos (CASA)

REFEITÓRIO

A SCML procura responder às necessidades básicas da população mais carenciada de Lisboa, em particular, à população sem-abrigo. No Centro Social dos Anjos são disponibilizadas refeições quentes (almoços e jantares) nos 365 dias do ano, bem como o acesso a cuidados de higiene e de saúde. Ao longo do ano, o equipamento recebeu **1 271 utentes** diferentes e serviu **136 526 refeições**.

Consulta de psiquiatria

Foram realizadas 533 consultas de Psiquiatria que abrangeram 145 utentes diferentes.

Atelier Ocupacional

Os ateliers ocupacionais funcionam em **2 equipamentos** da SCML e destinam-se a públicos em situação de exclusão social grave, em particular pessoas com percurso de sem-abrigo, com o objetivo de recuperar rotinas

7.
 5
 as
 A
 M

e hábitos de trabalho que lhes permitam autonomizar-se, através da participação em atividades orientadas para o desenvolvimento de competências relacionais e ocupacionais. Os **Ateliers Ocupacionais** apoiaram **170** pessoas com percurso de sem abrigo, em situação de exclusão social grave, correspondendo a mais 59 do que no ano anterior.

APOIO A EX-RECLUSOS

Casa de Transição

A Casa de Transição é uma resposta residencial, constituída por **2 espaços habitacionais**, de apoio à população do sexo masculino que não possui enquadramento habitacional, nem rede de suporte familiar, provenientes de Estabelecimentos Prisionais ou com percurso de institucionalização. Visa a reinserção e integração social, pela otimização do potencial de autonomia, promovendo o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais. Em 2023, receberam 27 utentes diferentes.

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Acolhimento de emergência e temporário

A SCML proporciona acolhimento temporário e/ou de emergência a mulheres vítimas de violência doméstica (com ou sem filhos) que se encontrem numa situação de vitimização e de risco. Para além do acolhimento, presta apoio jurídico e promove quer a proteção física e psicológica das vítimas, quer a aquisição de competências pessoais, profissionais e sociais necessárias à reorganização do seu quotidiano.

PESSOAS COM NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

A SCML promove a qualidade de vida e a integração na comunidade de pessoas com necessidade de acompanhamento terapêutico, em particular a pessoas em carência social, quando desinseridas do seu meio sociofamiliar e em situação de insuficiência económica, prestando informação/formação pertinente, encaminhamento e apoio adequados, e acolhimento residencial.

Quadro 37 – Acompanhamento Terapêutico

AÇÃO SOCIAL	2022	2023	Varição %
Pessoas em Acompanhamento Terapêutico			
Utentes em Apartamentos terapeuticamente assistidos	114	107	-6%
Utentes em Acolhimento Residencial	68	60	-12%
Utentes de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário	140	152	9%
Utentes em Acompanhamento e Vigilância Terapêutica	748	724	-3%

P.
423
A
IA

CENTRO DE DIA, APOIO DOMICILIÁRIO E CENTRO DE ACOMPANHAMENTO E VIGILÂNCIA TERAPÊUTICA (CAVT); APARTAMENTOS TERAPÊUTICOS E ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

As respostas de Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Centro de Acompanhamento e Vigilância Terapêutica (CAVT), nomeadamente a Toma Observada são asseguradas pelo Centro Santa Maria Madalena (CSMM). Estas respostas integram um conjunto de atividades com vista à satisfação das necessidades básicas dos utentes e a sua adesão terapêutica, sendo garantido o fornecimento de medicação e a vigilância na prevenção e tratamento de patologias várias, em articulação com os serviços clínicos e sociais, bem como o apoio no domicílio em situações de doença, deficiência ou outro impedimento.

Os Apartamentos Terapeuticamente Assistidos (ATA) são uma resposta social integrada destinada ao acolhimento, atendimento, acompanhamento e prestação de cuidados a pessoas carenciadas, com necessidades de acompanhamento terapêutico, que se encontrem isoladas e/ou em situação social, familiar e económica precária, visando a adesão terapêutica e a sua integração social e profissional.

O Acolhimento Residencial destina-se a pessoas com necessidades de acompanhamento terapêutico e que se encontrem em situação social, económica e familiar precária, e em situação de dependência total ou parcial. Esta resposta tem como principal objetivo satisfazer as necessidades básicas dos utentes.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A SCML, baseando-se nos princípios da cidadania plena, procura proteger e promover os direitos das pessoas com deficiência, assegurando o respeito pela sua dignidade, personalidade e participação no processo individual. São assegurados o acolhimento residencial, a prestação de cuidados de saúde, psicossociais e de reabilitação a pessoas com Dificuldade Intelectual e do Desenvolvimento (DID)/Multideficiência e a pessoas com cegueira/baixa visão.

Quadro 38 – Pessoas com Deficiência

AÇÃO SOCIAL	2022	2023	Varição %
Pessoas com Deficiência			
Utentes em Lares Residenciais	67	65	-3%
Utentes em Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão (CACI)	68	64	-6%
Pessoas com Cegueira ou Baixa Visão em Reabilitação	66	71	8%
Utentes que receberam Produtos de Apoio por empréstimo	934	1 120	20%
Utentes em CACI - Centro Reabilitação Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian	91	55	-40%
Utentes de Reabilitação - Centro Reabilitação Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian*	1 584	854	-46%
Utentes da Intervenção Precoce - Centro Reabilitação Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian	360	314	-13%

Nota: (*) O indicador foi alterado em 2023, passando a contabilizar apenas os utentes diferentes admitidos na resposta.

ADULTOS COM DEFICIÊNCIA

Lar Residencial – Dificuldade Intelectual do Desenvolvimento/Multideficiência

Os **2 Lares Residenciais** destinam-se ao acolhimento de média/longa duração de Pessoas com Dificuldade Intelectual do desenvolvimento (DID)/Multideficiência, com idade igual ou superior a 18 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar, com vista à garantia e promoção dos seus direitos



Lar Residencial e Reabilitação de Pessoas com Cegueira ou Baixa Visão

No âmbito da intervenção com pessoas com cegueira ou baixa visão, a SCML integra duas respostas sociais de âmbito nacional e PALOP: o Lar Residencial Branco Rodrigues (LBR) e o Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos (CRNSA). Ao longo do ano foram integrados **65 utentes** diferentes.

CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO (CACI)

O Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) é uma resposta social, destinada a indivíduos com idade igual ou superior a 16 anos, que visa a valorização pessoal e a integração social de pessoas com dificuldade intelectual e do desenvolvimento/multideficiência.

Ao longo de 2023 frequentaram o equipamento **64 utentes** diferentes. Devido a comportamentos disruptivos graves, dois utentes foram encaminhados para instituição da área da Saúde Mental e os outros dois utentes mudaram de residência para outros distritos.

Centro de Reabilitação e Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian (CRPCCG) – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), Reabilitação e Intervenção Precoce

O Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian (CRPCCG) tem como missão habilitar e reabilitar a pessoa com Paralisia Cerebral e/ou outras situações neuromotoras, em contexto de equipa multidisciplinar fomentando a sua participação ativa, a dos seus familiares e/ou cuidadores nos diferentes

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the number '7'.

contextos da comunidade, promovendo uma intervenção junto desta população nas áreas da Saúde, Social e Educação.

Foram realizadas 1 026 consultas médicas, das quais destacam-se a administração de toxina botulínica a 128 utentes, e 209 consultas de enfermagem.

CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA

Reabilitação de Pessoas com Cegueira – Estimulação Sensorial na 1.ª Infância

O Programa de Estimulação Sensorial na 1.ª Infância (PESPI) é desenvolvido no Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos e é um programa destinado a crianças dos 0 aos 6 anos com cegueira ou baixa visão, desenvolvido em sala específica adaptada à promoção da estimulação sensorial, onde são promovidas, devidamente adaptadas à idade, as necessidades e potencialidades de cada criança, a aprendizagem e a aquisição de faculdades cruciais ao desenvolvimento individual. Neste programa são também desenvolvidas e incrementadas as competências parentais, interpessoais e sociais.

No Programa de Estimulação Sensorial na 1.ª Infância foram acompanhadas **20 crianças**.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

FAMÍLIAS

ATENDIMENTO SOCIAL

Esta resposta é assegurada pelas Equipas multidisciplinares que, mobilizando a rede de serviços e recursos locais, apoiam diferentes tipologias de famílias, independentemente da situação pessoal e/ou familiar, nível económico, cultural e educativo, situação de saúde ou religião. Assenta em pressupostos de corresponsabilização dos técnicos e cidadãos na elaboração, contratualização e execução de um plano de inserção social que conduza à autonomização e à capacitação familiar/individual. Constitui-se como uma resposta de primeira linha à população de Lisboa.

Quadro 39 – Família e Comunidade

AÇÃO SOCIAL	2022	2023	Variação %
Família e Comunidade			
Utentes atendidos - Atendimento Social	18 223	17 198	-6%
Rendimento Social de Inserção - Processos Ativos	8 926	8 729	-2%
Pessoas abrangidas pelo Apoio Comunitário a Ind. e Família em Sit. de Exclusão Social	1 048	887	-15%
Pessoas envolvidas pelos Projetos de Desenvolvimento Comunitário	706	875	24%

O atendimento registou um decréscimo da atividade nos principais indicadores: número de novos processos abertos, total de atendimentos e utentes diferentes atendidos.

Pese embora a pressão sentida devido ao recurso de cidadãos estrangeiros em situação irregular, a escassez de habitação e os preços elevados obrigaram à deslocação para outros concelhos, à semelhança dos cidadãos nacionais, o que poderá justificar a diminuição do número de novos processos constituídos e em acompanhamento. Uma percentagem significativa dos processos encerrados (10%), esteve associada à mudança de residência para fora de Lisboa.

RSI

O Rendimento Social de Inserção (RSI) consiste numa prestação do subsistema de solidariedade e num programa de inserção cujo objetivo é assegurar aos cidadãos, que se encontrem em situação de carência económica grave, recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades básicas, bem como a promoção de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária. No âmbito das funções assumidas pela SCML através do protocolo celebrado com o Instituto de Segurança Social, o acompanhamento desta medida na cidade de Lisboa insere-se na atividade do Atendimento Social das UDIP. Este enquadramento implica, por um lado a gestão (negociação, contratualização, monitorização e avaliação) dos programas de inserção dos beneficiários e, por outro, a coordenação de **Núcleos Locais de Inserção (NLI)**, no caso de Lisboa, um total de **8 NLI**. Em 2023, estiveram ativos **8 729 processos RSI**.

APOIO COMUNITÁRIO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL

O Serviço de Apoio Comunitário a Indivíduos e Famílias em Situação de Exclusão Social traduz-se no apoio, de carácter temporário, ao nível da satisfação de necessidades básicas das famílias ou indivíduos em situação de carência ou vulnerabilidade social, decorrentes de circunstâncias como desemprego, baixo rendimento, problemas de saúde, condições habitacionais que impossibilitem ou dificultem a confeção das refeições no domicílio e desajustamento psicossocial. São asseguradas refeições, serviço de balneário e de lavandaria. Foram apoiados **880 utentes** diferentes.

Centro de Apoio Familiar – CAF

O Centro de Apoio Familiar da SCML (CAF) é uma resposta social desenvolvida em equipamento social polivalente que disponibiliza um conjunto de serviços e atividades diversificadas, que, de forma integrada, constituem uma resposta nas áreas do desenvolvimento pessoal, social e familiar, com vista à prevenção de problemas sociais. Este equipamento disponibilizou os seus serviços a **1 728 utentes** diferentes.

Si. Au
4.
A
M

Espaços de Inclusão Digital

Os **5** **Espaços de Inclusão Digital** dão resposta sobretudo aos utentes dos equipamentos em que se inserem, mas também à comunidade em geral, e têm como objetivo contribuir para o aumento da literacia digital, mediante o contacto e desenvolvimento de competências na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Esta resposta constituiu-se ainda como suporte aos cidadãos no acesso aos serviços públicos e outros tais como na procura de emprego.

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A atividade de desenvolvimento comunitário é assegurada na SCML por **4** **Centros Comunitários** e por uma Equipa de Intervenção Comunitária. As dinâmicas de desenvolvimento comunitário procuram contribuir para a construção de comunidades mais inclusivas e impulsionar o seu potencial de desenvolvimento, promovendo respostas sociais, serviços e projetos sustentáveis e ativando a ação coletiva em territórios onde, para além da fragilidade social e económica, existem outras carências próprias do território. Em 2023, esta resposta envolveu **875** pessoas diferentes.

OUTROS SERVIÇOS

NGPA

O Núcleo de Gestão de Produtos de Apoio (NGPA) é um serviço que tem como objetivo centralizar a gestão dos produtos de apoio disponíveis no âmbito da Direção de Ação Social e Saúde, sendo responsável pelo financiamento, no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado com o ISS/ Centro Distrital de Lisboa, e empréstimo de produtos de apoio (a utentes, colaboradores e equipamentos da SCML).

O NGPA promove ações de formação, informação e divulgação, mantendo também a coordenação das Salas *Snoezelen* e do Grupo de Terapeutas Ocupacionais, contribuindo desta forma para uma resposta homogénea, coordenada e ao mesmo tempo individualizada, da atividade dos terapeutas ocupacionais, assumindo um papel de uniformização de critérios e procedimentos com enfoque nas necessidades de cada equipamento.

O NGPA atribuiu por empréstimo **2 712** produtos de apoio (+27% do que no ano anterior) a **1 120** utentes (+20%) e 699 produtos de apoio a colaboradores, equipamentos da SCML e parceiros da rede social (+47%). Este aumento da atividade deveu-se à doação pela Junta de Freguesia de Santa Maria Maior de 219 produtos de apoio.

No que diz respeito ao financiamento, foram financiados 538 produtos de apoio a 120 utentes diferentes no âmbito do protocolo de cooperação celebrado com o ISS I.P., constituindo uma diminuição face ao ano anterior, que poderá estar associada a questões de natureza administrativa relacionadas com os concursos aquisitivos terem passado a ser concursos públicos internacionais, aumentando o tempo de duração do processo aquisitivo.

OUTRAS ÁREAS/ATIVIDADES

Unidade de Animação Socioeducativa

A Unidade de Animação Socioeducativa (UASE) tem como principais objetivos promover a otimização de oportunidades culturais, sociais, pedagógicas, lúdicas e cívicas da SCML. Destina-se não só aos utentes, mas também aos colaboradores da SCML e ao público em geral.

A UASE assegura a gestão e acompanhamento do Plano Anual de Férias (PAF) da SCML e em 2023, foram organizadas **240** atividades, abrangendo 2 405 pessoas da Ação Social.

Nas atividades da Academia participaram 139 utentes diferentes. O número de projetos apoiados nos equipamentos aumentou, em resultado do investimento na relação de proximidade e do reforço do apoio técnico no âmbito da Animação Sociocultural e Educativa. No contexto da atividade da UASE destacam-se os projetos: *Ver de Perto, Marcha da Santa Casa e Criar, Animar e Incluir*.

No que diz respeito às Oficinas de Estimulação Cognitiva (OEC), foram realizadas ações de dinamização nos equipamentos (ERPI, CD e Residências da UAT), abrangendo **277** utentes.

O Espaço São Julião da Ericeira (ESJE) é um equipamento que proporciona condições para a realização de diferentes tipologias de férias, quer a utilizadores da SCML, quer a utilizadores externos, sendo também utilizado para a realização de eventos diversos. O ESJE concluiu o ano com **2 566** utilizadores. De modo a ir ao encontro dos interesses e necessidades dos diferentes públicos, foi realizado investimento na melhoria da humanização e conforto dos espaços e promovidas várias iniciativas no ano.

UNIDADE DE PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO

A Unidade de Promoção do Voluntariado (UPV) tem como missão promover e desenvolver o Voluntariado na SCML nas áreas da ação social, saúde, educação e cultura, contribuindo para potenciar o desempenho dos serviços e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas apoiadas pela Instituição. Em 2023, encontravam-se em atividade **507** voluntários que doaram **21 689** horas de voluntariado.

Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI)

O PDQI sucedeu ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), a partir de 01-12-2023, mantendo os seus pressupostos, visando diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis. O PDQI integra os programas operacionais que constituem o Portugal 2030 aprovados pela Comissão Europeia.

Os pilares da operacionalização do programa prendem-se com o acompanhamento de proximidade aos destinatários finais, em estreita articulação com os gestores de caso, bem como com as parcerias locais para a operação logística. O programa continuou implementado nas 24 freguesias da cidade.

Si Ag
2
A

O número de destinatários da cidade resulta da atribuição pelo ISS de uma quota, inicialmente prevista em 3 531 destinatários, mas aumentada em 100% para 7 062 em agosto de 2020.

Em 2023, foram abrangidos **8 732** destinatários, num total de 2 942 agregados familiares.

PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS

Valores Globais

Foram apoiados **7 919** utentes diferentes e realizados 55 052 processamentos de subsídio no valor total de **23,75** milhões de euros, representando, em termos homólogos, uma diminuição em todos os indicadores.

Processamentos por Área de Intervenção

As áreas de intervenção em que se verifica maior execução foram Instituições/Cuidadores (63% do montante total), Habitação (20% do montante total) e Enquadramento Legal/Protocolos (11% do montante total).

Nas finalidades ERPI/ Outras Instituições/Respostas Sociais/ Respostas Sociais para Pessoas com Deficiência foram apoiados menos 48 utentes, embora o montante dos apoios tenha aumentado 136,2 mil €, fruto da atualização das mensalidades das ERPI, que também acomodaram o aumento dos preços no fornecimento produtos e serviços.

Na área de Intervenção Habitação foram apoiados menos **541** utentes o que representou também uma quebra no valor dos apoios em 717,4 mil €, devido à escassez e grande dificuldade de encontrar alojamento na cidade de Lisboa (quartos /pensões e casas para arrendar) a preços adequados face aos rendimentos das pessoas apoiadas.

Destaca-se também o aumento do montante processado nas duas finalidades Acolhimento Familiar e Medidas em Meio Natural de Vida, ambas influenciadas pela atualização do IAS.

Nas finalidades de tratamento de Alcoolismo e Toxicodependência, registou-se um aumento do montante processado, fruto da atualização dos valores pagos pelos serviços prestados em regime de convenção entre o Estado e as unidades de saúde aprovadas no tratamento de comportamentos aditivos e de toxicodependência (Despacho número 5602/2023, de 16 de maio).

O aumento na finalidade Despesas com atos de saúde, próteses ou ortóteses, ficou a dever-se à atribuição de produtos de apoio configurados para situações urgentes através de subsídio.

PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE

As prestações em espécie englobam: Cartão de Saúde - permite o acesso dos utentes a consultas médicas e de enfermagem através das Unidades Locais de Saúde da SCML e, em situações excecionais, o acesso a medicamentos comparticipados pelo SNS, sem custos, desde que a dispensa seja efetuada pelo preço de referência mais baixo dos medicamentos comparticipados; Serviços Fúnebres - a SCML tem também como

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'Lj', 'A', 'M', and 'Z'.

missão, garantir as condições de dignidade na morte das pessoas mais vulneráveis, de acordo com os valores espirituais de cada pessoa.

Quadro 40 - Prestações em Espécie

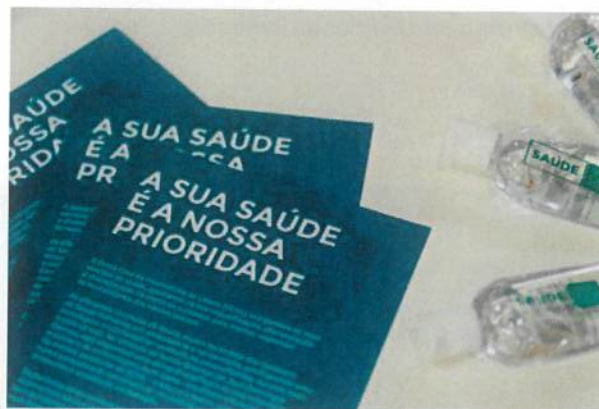
Indicadores de Atividade	Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Taxa de Variação 2023/22
Cartões de Saúde*				
Nº de utentes	19 086	23 519	24 506	4%
Acesso a medicamentos	2 887	5 140	5 354	4%
Sem acesso a medicamentos	16 199	18 379	19 152	4%
Serviços Fúnebres				
Nº de serviços fúnebres	470	429	358	-17%
Valor gasto	322 206 €	280 472 €	190 437 €	-32%

*Nº de utentes com cartão de saúde ativo no ano, independentemente de terem ou não processo familiar ativo.

O número de **utentes com cartões de saúde** válidos foi de **24 506** (+4% em relação ao ano anterior) sendo que 22% destes utentes têm acesso a medicamentos. Foram realizados 358 serviços fúnebres, menos 17% relativamente a 2022, diminuindo assim também o valor gasto com este apoio.

8.2 Saúde

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa disponibiliza cuidados de saúde primários, em ambulatório e ao domicílio, bem como diversas especialidades médicas e cirúrgicas.



CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

As **4 Unidades de Saúde** atuam em ambulatório e no domicílio, privilegiando uma abordagem multidisciplinar centrada na pessoa/família, durante todo ciclo de vida. Na Unidade de Saúde Oriental, Dr. José Domingos Barreiro, está disponível uma oferta diversificada de especialidades médicas e de enfermagem, bem como - mediante referência do médico assistente da SCML- o acesso a outras respostas de saúde, numa perspetiva de continuidade de cuidados e ao abrigo de protocolos e acordos de cooperação. Estas Unidades realizaram, durante o ano de 2023, **58 415 consultas médicas**.

Si Ag
7
M

Quadro 41 – Cuidados de Saúde Primários

SAÚDE	2022	2023	Variação %
Unidades de Saúde Locais e Móveis			
Consultas Médicas (Ambulatório) (1)	58 132	49 380	-15%
Consultas Médicas (Domicílio) (2)	6 077	9 035	49%
Consultas de Enfermagem (Ambulatório) (1)	75 830	61 167	-19%
Consultas de Enfermagem (Domicílio)	32 485	32 043	-1%
Consultas de Outros Profissionais - Nutrição, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional (5)	10 487	12 745	22%

Nota:(1) O decréscimo decorre da externalização das consultas das especialidades de Cardiologia, Dermatologia, Ginecologia, Medicina Interna, Neurologia, Oftalmologia, Oftalmologia Pediátrica, Otorrinolaringologia, Pediatria e Urologia, para o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa; (2) Valor influenciado pela flutuação de utentes em período pós-pandemia, fruto do incremento de mortalidade e comorbilidades dos utentes.

SAÚDE MENTAL

Através de uma intervenção multidisciplinar, prestamos apoio psicológico e psicoterapêutico a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade psicológica, em ambulatório ou na comunidade. Em 2023, foram realizadas **28 559** consultas.

Disponibiliza ainda, na Obra Social do Pousal, de serviços especializados em regime residencial a **99** pessoas com perturbações do neuro desenvolvimento com deficiência intelectual associada.

HOSPITAIS E CLINICA

Hospital Ortopédico de Sant'Ana



Localizado na Parede, na marginal que une Lisboa a Cascais, o Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA) é, há décadas, uma referência nacional e internacional na área da Ortopedia e Traumatologia.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'NA' and some illegible scribbles.

Quadro 42 - Cuidados de Saúde Hospitalares HOSA

SAÚDE	2022	2023	Variação %
Hospital Ortopédico de Sant'Ana			
Lotação Praticada	60	60	0%
Total de doentes admitidos	1 880	1 964	4%
Total de doentes de internamento saídos	1 875	1 975	5%
Dias de internamento	12 801	12 562	-2%
Taxa Média de ocupação do hospital	60,2%	57,4%	-5%
Cirurgias	1 836	1 877	2%
Taxa de utilização do Bloco Operatório	63,8%	60,5%	-5%
Consultas Externas	29 157	29 621	2%
Número de Atos de Enfermagem	322 181	1 567 413	387%
Número de Tratamentos de Medicina Física Reabilitação	845	829	-2%
Número Tratamentos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional	104 931	106 496	1%
Número de Exames de Radiologia Convencional e Imagiologia	20 917	21 477	3%

Nota: Em 2023 passaram a ser registados em *Trakcare* outros atos de enfermagem para além dos registados em 2022.

Em 2023, foram admitidos **1 964** utentes no Hospital Ortopédico de Sant'Ana, realizadas **29 621** consultas externas e **1 877** cirurgias.

Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão



O Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (CMRA) é reconhecido, nacional e internacionalmente, pelos cuidados especializados que disponibiliza no âmbito da medicina física e de reabilitação, em regime de internamento e ambulatório.

Em 2023, foram tratados **794** doentes em internamento e **4 462** em ambulatório.

P.
L. An
A
MX

Quadro 43 - Cuidados de Saúde Hospitalares CMRA

SAÚDE	2022	2023	Variação %
Lotação Praticada	144	144	0%
Total de utentes tratados em ambulatório	4 285	4462	4%
Total de utentes tratados em internamento	788	794	1%
Dias de Internamento	43 463	44 608	3%
Taxa de Ocupação	83%	85%	3%
Consultas Externas	9 956	11 080	11%
Intervenções Terapêuticas em internamento	166 579	182 531	10%
Sessões Terapêuticas em ambulatório	49 988	52 687	5%

SAÚDE ORAL EM LISBOA

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa disponibiliza, para a população com idade inferior a 18 anos, residente ou estudante na cidade de Lisboa, o primeiro serviço odontopediátrico gratuito, reforçando o seu papel de complementaridade do Serviço Nacional de Saúde. Em 2023, foram realizadas **54 256** consultas de saúde oral.

8.3 Cuidados Continuados

A SCML disponibiliza **3 Unidades de Cuidados Continuados Integrados**, tendo tratado ao longo do ano **568** utentes. A oferta da Santa Casa nesta matéria representa **10%** da oferta da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados na Região de Lisboa e Vale do Tejo.



Quadro 44- Cuidados Continuados Integrados

SAÚDE	2022	2023	Variação %
Direção de Cuidados Continuados Integrados			(**)
UCCI Maria José Nogueira Pinto			
UCCI São Roque			
UCCI Rainha Dona Leonor			
Número de Doentes Tratados	700	568	-19%
Privados	36	46	28%
Cuidados Paliativos (IPO) (*)	77	-	-100%
Convalescença	156	137	-12%
Média Duração e Reabilitação	275	243	-12%
Longa Duração e Manutenção	156	142	-9%
Número de Dias de Internamento	61 285	69 980	14%
Privados	4 764	6 264	31%
Cuidados Paliativos (IPO) (*)	1 901	-	-100%
Convalescença	7 441	7 840	5%
Média Duração e Reabilitação	24 745	27 232	10%
Longa Duração e Manutenção	22 434	28 644	28%
Taxa de Ocupação Global	88,4	94,8	7%
Privados	68,7	80,7	17%
Cuidados Paliativos (IPO) (*)	56,9	-	-100%
Convalescença	88,6	93,4	5%
Média Duração e Reabilitação	91,6	95,7	4%
Longa Duração e Manutenção	95,0	98,1	3%
Dias de Agudização	1 775	1 016	-43%
Admissões	577	381	-34%
Altas	399	322	-19%
Óbitos	116	62	-47%

Notas: (*) Término do protocolo com o IPO a 30 de novembro de 2022;

(**) A variação entre número de doentes tratados e o número de dias de internamento, em 2023, é de sinal contrário em resultado da variação positiva da demora média. A UCCIRDL iniciou a sua atividade em setembro de 2021, embora só em novembro de 2022 tenha aberto a totalidade da capacidade instalada.

8.4 Educação e Formação

Na área da Educação e Formação, a SCML dispõe de **2 estruturas** no domínio da Ação Social, o Centro de Formação Profissional (CFP) da Aldeia de Santa Isabel, em Albarraque, e o Centro de Educação, Formação e Certificação (CEFC), em Lisboa.

A Aldeia de Santa Isabel (ASI) é um espaço polivalente, com diversos equipamentos de Ação social, dos quais se destaca o CFP. A atividade formativa do CFP está regulamentada no Despacho Normativo número 15/2017, de 2 de outubro, que *estabelece o modelo de educação, formação e ação social intergeracional a desenvolver no que concerne a respostas sociais, educativas e formativas, centradas no formando e na sua família, de forma a sustentar o seu desenvolvimento e facilitar a sua inserção social e profissional*. A qualidade da formação desenvolvida no âmbito dos cursos de Aprendizagem tem sido reconhecida pelo IEFP, e desde 2022 o CFP da ASI, integra a Bolsa Nacional de Entidades Formadoras Externas.

As ofertas socioeducativas e formativas, organizadas e promovidas pelo CFP, destinam-se a jovens em risco de exclusão social e com dificuldades de integração no mercado de trabalho e proporcionam o acesso à qualificação através da frequência de Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), modalidade de formação do Sistema Nacional de Qualificações (QNQ).



O Centro de Educação, Formação e Certificação (CEFC) integra **2 equipamentos** e proporciona o desenvolvimento de competências e qualificações a jovens (no **Pólo Jovens**) e adultos (no **Pólo Adultos**), priorizando igualmente os grupos mais vulneráveis e desprotegidos. As modalidades formativas vão desde o nível da Alfabetização até ao Nível Secundário, abrangendo vários formandos que podem transitar entre ofertas formativas, permitindo uma capacitação de competências que lhes viabilize a integração no mercado de trabalho. No ano, o universo de formandos integrou pessoas de 38 Nacionalidades diferentes, com um peso de 69% de portugueses, 15 % de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e 13% de países do continente asiático.

O Centro Qualifica - *Front Office* do CEFC é responsável pelo acolhimento e triagem de todos os jovens e adultos que procuram a integração numa oferta formativa e avalia as sinalizações de utentes dos diversos serviços da Ação Social, com vista ao apoio de definição de percursos de formação/qualificação profissional. No ano de 2023 foram atendidas 784 pessoas, das quais 72% encaminhadas pela Ação Social. Do total, 413 foram orientadas para formação.

7.
 Li Ag
 A
 11X

No global, frequentaram os Cursos de Educação e Formação de Jovens **398** formandos diferentes, distribuídos por **19** cursos. Nos Cursos de Educação e Formação de Adultos funcionaram ao longo do ano 21 cursos e frequentaram as diversas ofertas formativas **353** pessoas diferentes.

ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Saúde de Alcoitão

Com mais de cinco décadas de existência, a ESSAlcoitão é um estabelecimento de ensino superior pioneiro e de referência nas suas áreas de atividade formativa: Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Terapia da Fala.



Quadro 45 -Ensino Superior

EDUCAÇÃO	2022	2023	Variação %
Escola Superior de Alcoitão			
Alunos	493	495	0%
Cursos de Licenciatura	3	3	0%
Cursos de Mestrado	3	2	-33%
Alunos de pós-graduações	56	34	-39%
Cursos de pós-graduações	2	2	0%

Frequentaram a Escola Superior de Saúde de Alcoitão **529** alunos entre licenciaturas, mestrados e pós-graduação.

P.
Lj An
[Handwritten signature]
WA

8.5 Empreendedorismo e Economia Social



A área do Empreendedorismo e Economia Social tem por objetivo promover, apoiar e divulgar a criação e o desenvolvimento de iniciativas no âmbito do empreendedorismo e economia social.

É a promotora da *Casa do Impacto*, uma plataforma de inovação e de empreendedorismo social, dinamizadora de um conjunto de ações no domínio do empreendedorismo, destinada a apoiar projetos que permitam efetivar políticas de responsabilidade social consequentes e impacto social e ambiental positivo.

Quadro 46 -Empreendedorismo e Economia Social

DEES	2022	2023	Variação %
CASA IMPACTO			
Número de programas de aceleração	2	3	50%
Número de formações e <i>bootcamps</i>	95	130	37%
Número de <i>startups</i> incubadas	60	74	23%
Número de residentes	200	220	10%
Número de projetos de empreendedorismo ativos (ano n) que foram apoiados no ano (n-2)	8	18	125%
RISE FOR IMPACT			
Número de projetos apoiados	10	10	0%
Santa Casa Challenge			
Número de edições efetuadas	1	1	0%
Número de projetos vencedores	3	3	0%
Apoio a projetos			
Valor atribuído a projetos	478 993,20 €	495 295,00 €	3%

8.6 Património

A Santa Casa é detentora de um vasto e diversificado património imobiliário, sobretudo em Lisboa, mas que se estende por todo o território nacional e que resulta, na sua maioria, da confiança dos seus beneméritos. Muito deste património imobiliário é utilizado como estruturas residenciais para pessoas idosas, creches, unidades de saúde e variados serviços determinantes para a sua missão diária. A aposta na valorização e rentabilização do património tem como objetivo diversificar as fontes de rendimento da instituição. O trabalho de reabilitação daquele ativo constitui um dever da instituição.



Quadro 47 – Património

Património	2022	2023	Varição 2023/2022 %
Nº de imóveis propriedade da SCML	670	673	0,4%
Imóveis urbanos	517	517	0,0%
Prédios	273	274	0,4%
Frações urbanas para rendimento	153	151	-1,3%
Frações urbanas para atividade	60	60	0,0%
Terrenos urbanos	31	32	3,2%
Imóveis rústicos	153	156	2,0%
Nº de imóveis arrendados pela SCML	45	44	-2,2%
Valor rendas pagas pela SCML (€)	1 324 994,43 €	1 414 713,91 €	6,8%
Nº de contratos arrendamento	713	692	-2,9%
Valor rendas recebidas pela SCML (€)	7 840 217,00 €	8 170 823,20 €	4,2%
Nº de Pedidos de conservação/manutenção	7 159	6 678	-6,7%
Nº de Pedidos de conservação/manutenção respondidos	6 493	5 925	-8,7%
Nº Prédios com obras concluídas	8	4	-50,0%
Nº Prédios com obras em curso	8	15	87,5%
Nº de Heranças/legados/doações recebidas	10	4	-60,0%
Valor (€) Heranças/legados/doações recebidas	1 514 955,65 €	363 152,09 €	-76,0%

Em 2023, a SCML é proprietária de **673** imóveis, manteve **692** contratos de arrendamento ativos, concluiu obras em **4** prédios e chegou ao final do ano com **15** obras em curso.

Arq
7.
WA

8.7 Jogos Santa Casa

Fruto da relação de confiança entre o Estado português e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), o Departamento de Jogos explora os jogos sociais do Estado, em regime de exclusividade para o território nacional e procede à distribuição dos respetivos resultados de exploração aos beneficiários previstos na lei.



Zelando, diariamente, pela Missão que nos foi confiada, garantimos o cumprimento da política nacional de jogos definida, contribuindo para o entretenimento dos apostadores e criando valor, que devolvemos à sociedade através do financiamento de despesas de natureza social. Através dos prémios atribuídos aos apostadores e da distribuição dos nossos resultados a um vasto conjunto de beneficiários (com atuações em áreas tão fundamentais como a ação social, a saúde, o desporto ou a cultura), entre outras formas de redistribuição, asseguramos o retorno à sociedade do dinheiro que é investido nos nossos jogos.

Quadro 48 – Departamento de Jogos

Departamento de Jogos	Números-Chave
Vendas Brutas	3.130 milhões de euros
Boas Causas	670 milhões de euros
Boas Causas por dia	2 milhões de euros
Retorno à Sociedade	97%
Prémios Atribuídos	1.963 milhões de euros
Prémios Atribuídos por dia	5 milhões de euros
N.º de prémios pagos	224 milhões
Novos milionários (Prémios >= 1M€)	79
Pontos de Venda	4.896
Apostas registadas	1.462 milhões
Valor médio por registo de apostas	2,67 euros
Eficiência de exploração (Gastos/Vendas Brutas)	4%
Downloads App JSC e App Placard	523 mil
N.º utilizadores registados (Site e App JSC)	601 mil
Colaboradores	309

Em 2023, os Jogos Santa Casa marcaram presença em **4 896** pontos de venda distribuídos por todo o país, correspondendo a **5 001** terminais de jogo atribuídos. Receberam formação **18 979** colaboradores da rede

✱
Lijz
A A

de mediadores, com um total de **29 943** de horas de formação, das quais 9 881 exclusivamente sobre Jogo Responsável. As vendas através dos canais digitais representaram 4,0% do total, tendo o canal mobile (APP JSC) um peso cada vez mais significativo correspondendo em 2023 a 49% das vendas realizadas por esta via.

Em 2023 destaca-se como principal marco da atividade dos JSC o lançamento do Jogo EuroDreams. Este novo jogo da família dos jogos de apostas mútuas baseia-se num sorteio de números e oferece um benefício distinto dos restantes jogos – a possibilidade de ganho de um rendimento mensal extra, posicionando-se como o jogo que oferece liberdade e segurança durante 30 anos para o premiado poder viver a melhor versão da sua vida mês sim, mês sim.

AD
S. P.
A
WA

8.8 Qualidade e Inovação

Esta área teve por objetivos promover, apoiar e realizar iniciativas que visem a investigação e desenvolvimento, a inovação, a sustentabilidade e a responsabilidade social da instituição.

Entre as ações da sua responsabilidade destacam-se: a monitorização da Qualidade da Água, a realização das ações de sensibilização / campanhas junto da comunidade interna, a monitorização da execução das auditorias de SHT aos estabelecimentos, serviços ou atividades desenvolvidas no universo SCML, a monitorização da execução das avaliações de risco dos estabelecimentos, serviços ou atividades desenvolvidas na SCML, e monitorizar da qualidade e segurança alimentar. Era ainda responsável pela elaboração do Relatório de Sustentabilidade.

Por motivo da reestruturação Interna ocorrida na SCML e da dissolução do Departamento de Qualidade e Inovação, as competências acima referidas foram maioritariamente distribuídas pelo Departamento de Gestão Imobiliária e Património (DGIP) e pelo Departamento de Empreendedorismo e Economia Social (DEES).

8.9 Cultura

A Misericórdia de Lisboa reuniu, ao longo dos séculos, um vasto património histórico, artístico e documental. Para responder aos desafios do século XXI, temos vindo a valorizar o seu legado patrimonial e a dinamizar a complexo de São Roque, utilizando-o para a promoção da cultura e do talento nacional.



A oferta cultural distribui-se pelo Arquivo Histórico, Igreja e Museu de São Roque, Casa Ásia: Coleção Francisco Capelo, Biblioteca e Temporada Música em São Roque, com um total de **911** atividades desenvolvidas e **59 862** visitantes e participantes.

Handwritten notes in blue ink, including a large '4', a smaller '7', and the letters 'NA'.

Quadro 49 – Cultura

CULTURA	2022	2023	Variação %
Museu de São Roque e Igreja de São Roque			
Visitantes individuais (bilhete Museu) (1)	36 983	38 496	4%
Atividades Desenvolvidas	555	511	-8%
Participantes	9 136	8 960	-2%
Arquivo Histórico, Biblioteca e outros edifícios com valor patrimonial			
Atividades Desenvolvidas	315	400	27%
Participantes	6 715	12 406	85%
Total visitantes e participantes	52 834	59 862	13%
Total atividades desenvolvidas	870	911	5%

(1) Inclui o n.º de Visitantes às exposições temporárias (2022: 14.488; 2023: 14.442)

8.10 Valor T

A agência de empregabilidade para pessoas com deficiência Valor T, apoia as pessoas com deficiência na procura e na concretização do seu potencial profissional, através de um processo de promoção de empregabilidade centrado na valorização do talento e mérito dos candidatos e no acompanhamento e partilha de oportunidades pelas entidades empregadoras. Pretende contribuir para disponibilizar uma resposta integrada e eficaz, a nível nacional, de fomento à empregabilidade das pessoas com deficiência.

Em 2023, a taxa de cobertura territorial da Valor T, relativamente ao contacto com candidatos atingiu os **94,4%** e ao nível do contacto com empresas atingiu **100%** do território nacional. Tem ativas **38** parcerias com entidades publicas e ONPGD'S e **39** parcerias para a empregabilidade.



Handwritten notes in blue ink, including a signature and the number '7'.

8.11 Fundo Rainha D. Leonor

O Fundo Rainha D. Leonor (FRDL) foi criado para apoiar obras nas Misericórdias de todo o País. Nasce de um Acordo de Parceria entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a União das Misericórdias Portuguesas tendo por principal intuito, apoiar prioritariamente as Misericórdias Portuguesas com desequilíbrios financeiros na finalização da construção e/ou adaptação de equipamentos sociais, comprovadamente necessários para a cobertura da resposta aos cidadãos de todo o País. O Fundo apoia também a recuperação do Património Histórico das Misericórdias.

Em 2023, estavam em curso **26 obras** em equipamentos sociais e **9 intervenções** ao nível da recuperação do património cultural.



8.12 Serviços Instrumentais

Os Serviços de Apoio à Administração e às áreas de missão da SCML integram os seguintes serviços: Secretaria-Geral, Direção de Compras, Direção de Comunicação, Direção de Estudos e Planeamento Estratégico, Direção Financeira, Direção Jurídica, Direção de Recursos Humanos, Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação, Gabinete de Auditoria, Gabinete de Relações Internacionais e Gabinete de Segurança da Informação e Conformidade.

O apoio ao funcionamento das reuniões da Mesa da SCML e a divulgação das respetivas deliberações é assegurado pela Secretaria-Geral. Este serviço assegura também a emissão de certificados, certidões e públicas formas e outros documentos análogos, a verificação dos documentos legalmente exigidos na assinatura de contratos e protocolos em que a SCML foi outorgante e garante a publicitação no Portal BASE dos contratos públicos celebrados. É ainda responsável pelo atendimento geral e de relações públicas da Instituição.

A tramitação dos procedimentos aquisitivos sem perder o foco nas boas práticas da Contratação Pública, promovendo a transparência e a igualdade no processo aquisitivo, é da responsabilidade da Direção de Compras. Este serviço promove o adequado planeamento e agregação das necessidades em colaboração com

F.
S. Aug
A
M

os respetivos gestores de categoria de bens e serviços. Em 2023, dedicou parte dos seus esforços em otimizar os tempos dos procedimentos aquisitivos, contribuindo para a melhoria da eficiência do processo.

A Direção de Comunicação coordena a comunicação interna e externa da SCML, com a responsabilidade de delinear, desenvolver e executar e acompanhar toda a política de comunicação institucional.

O apoio na análise e tomada de decisão nas áreas dos estudos, planeamento, avaliação financeira e gestão de projetos e monitorização e controlo é assegurada pela Direção de Estudos e Planeamento Estratégico. A monitorização dos prazos de execução dos projetos, permitiu uma avaliação da disponibilidade orçamental dos projetos que contribuiu para a contenção da despesa e fazer face a necessidades emergentes. Foi ainda responsável pela captação de financiamento externo, apresentando candidaturas a diversos programas, em articulação direta com os serviços da SCML envolvidos.

A Direção Financeira assegurou a preparação dos orçamentos anuais, as revisões orçamentais, o acompanhamento mensal e o reporte de informação financeira, a que se juntou ainda o cumprimento das obrigações de reporte financeiro, orçamental, estatístico e fiscal junto das diversas entidades públicas. Em 2023, implementou o procedimento de cabimentação da despesa, que permitiu melhorar o controlo do ciclo orçamental da despesa.

A assessoria jurídica à Administração e o apoio técnico-jurídico aos departamentos e serviços da SCML é assegurado pela Direção Jurídica. São ainda da sua responsabilidade a elaboração de pareceres e estudos de natureza jurídica, a participação na preparação e redação de projetos de regulamentos e demais atos normativos ou legislativos. A coordenação do contencioso jurídico da instituição, a instrução de processos disciplinares e de inquérito e a emissão de pronúncia sobre todas as aquisições de serviços jurídicos externos são outras das atribuições desta direção. Em 2023, melhorou significativamente a cobrança da receita total proveniente dos processos de contraordenação do jogo ilegal.

A Direção de Recursos Humanos assegura a aplicação da política global de recursos humanos da Instituição, sendo responsável pelo desenvolvimento e operacionalização dos processos de gestão que envolvem os cerca de seis mil colaboradores que a integram. Em 2023, foi implementado um software que permite melhorar o processo de Recrutamento e Seleção, o que reduz o tempo de contratação e facilita a tomada de decisões baseada em dados.

A atividade da Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação garante a disponibilidade dos sistemas de informação que todo o universo de colaboradores da SCML utiliza, bem como o suporte aos Jogos Sociais do Estado, disponibilizado através de terminais de jogo aos mediadores da Misericórdia de Lisboa ou a disponibilização dos jogos sociais pela internet através do site www.jogossantacasa.pt.

Entre as atribuições do Gabinete de Auditoria Interna estão a verificação do cumprimento das disposições legais e regulamentares, das políticas e planos aprovados pela Administração e a avaliação do funcionamento do sistema de controlo interno. Para o cumprimento destas atribuições, o Gabinete desenvolve uma atividade centrada na realização de ações de auditoria, verificação, follow-up e cooperação, estas últimas com

características marcadamente preventivas e de carácter pedagógico, sempre com um único objetivo: melhor atividade e atuação da SCML.

No âmbito da Segurança da Informação, o Gabinete de Segurança da Informação e Conformidade presta o apoio técnico na implementação dos controlos de segurança, designadamente na elaboração de procedimentos, análises de risco, na realização de auditorias internas e testes de continuidade do negócio, no registo e acompanhamento de incidentes de segurança, de ações corretivas e de melhoria, assim como realização de formação. É também da sua responsabilidade a proteção de dados pessoais e a prevenção da corrupção e gestão do canal de denúncia interna. Assegura a gestão e a manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Segurança e da Informação (SGSI), no âmbito da organização e exploração dos jogos sociais do Estado.

O papel do Gabinete de Relações Internacionais desenvolve-se em domínios distintos, desde a representação institucional em Organizações Internacionais à coordenação das relações de cooperação com os países de língua oficial portuguesa. Como Gabinete transversal, presta igualmente apoio aos diferentes serviços na divulgação de ações de formação internacionais, conferências, seminários e na preparação documental e informativa de acordo com interlocutores específicos. Em 2023, assegurou a Organização do Congresso da Corporação ibero-americana de Lotaria e Apostas do Estado – CIBELAE.

Av
L. P.
A
WA

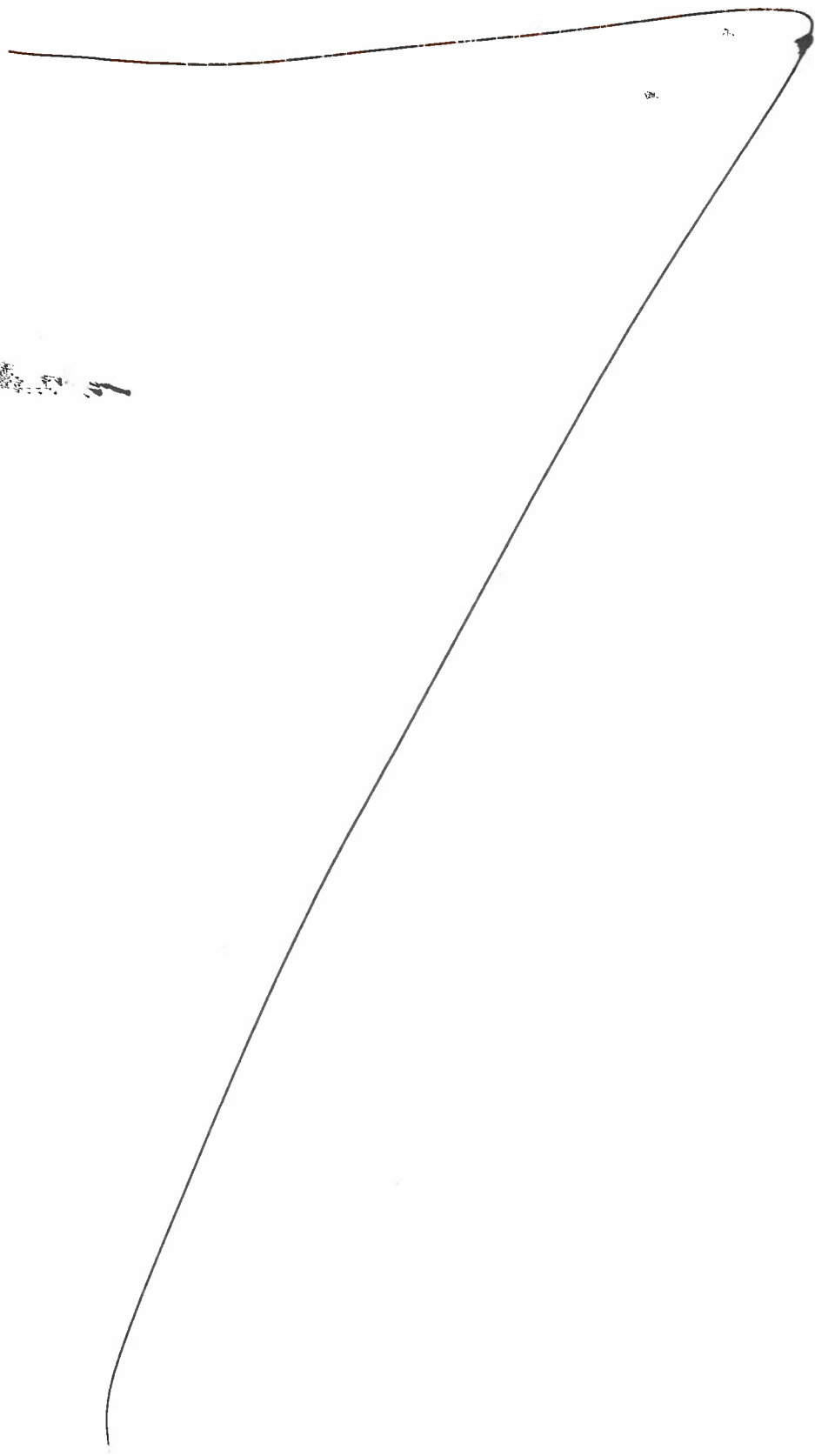
rGC23

As
P.
A
lx

9. Contas 2023

Demonstrações Financeiras: Departamentos de Ação Social e Saúde, Qualidade e Inovação, Empreendedorismo e Economia Social, Gestão Imobiliária e Património, Direção da Cultura, Hospital Ortopédico de Sant'Ana, Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, Escola Superior de Saúde do Alcoitão, Unidades de Missão e Serviços Instrumentais.

F.
Sj



af

WX

Balanço

		31 de dezembro	
		2023	2022
		(euros)	
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	216 193 090	217 270 518
Propriedades de investimento	8	421 964 258	410 670 436
Ativos intangíveis	9	323 973	214 242
Ativos biológicos	10	3 812 548	3 787 153
Outros créditos a receber	11	241 400	320 600
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	12	8 190 132	3 808 845
Participações financeiras - outros métodos	13	12 359 557	9 792 259
		<u>663 084 958</u>	<u>645 864 053</u>
Corrente			
Inventários	14	928 162	969 066
Clientes	15	5 918 398	2 948 047
Estado e outros entes públicos	16	698 336	911 551
Outros créditos a receber	11	41 259 031	44 072 731
Diferimentos	17	1 538 741	1 480 836
Caixa e depósitos bancários	5	53 784 212	43 595 469
		<u>104 126 880</u>	<u>93 977 701</u>
Total do ativo		<u>767 211 838</u>	<u>739 841 754</u>
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Fundo social	18	75 815 000	75 815 000
Resultados transitados	19	568 904 694	581 338 196
Ajustamento em ativos financeiros	20	1 536 785	-
Outras variações no capital próprio	21	12 397 856	14 429 073
		<u>658 654 336</u>	<u>671 582 270</u>
Resultado líquido do período		2 451 106	(12 433 502)
Total do capital próprio		<u>661 105 442</u>	<u>659 148 768</u>
Passivo			
Não corrente			
Provisões	22	42 857 652	25 472 778
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	23	5 291 365	4 159 042
Financiamento obtido	25	5 574 391	-
		<u>53 723 409</u>	<u>29 631 820</u>
Corrente			
Fornecedores	24	9 447 914	10 137 695
Adiantamentos de clientes	15	533 520	533 520
Estado e outros entes públicos	16	5 883 227	5 191 019
Financiamento obtido	25	293 389	-
Outras dívidas a pagar	26	35 436 423	34 380 522
Diferimentos	17	788 515	818 410
		<u>52 382 967</u>	<u>51 061 166</u>
Total do passivo		<u>106 106 396</u>	<u>80 692 986</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>767 211 838</u>	<u>739 841 754</u>

Lisboa, 29 de abril de 2024,

Contabilista Certificado 35356

(Fernando Antunes)

A Mesa da SCML

(Ana Maria Teodoro Jorge, Provedora)

(Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo, Vice-Provedora)

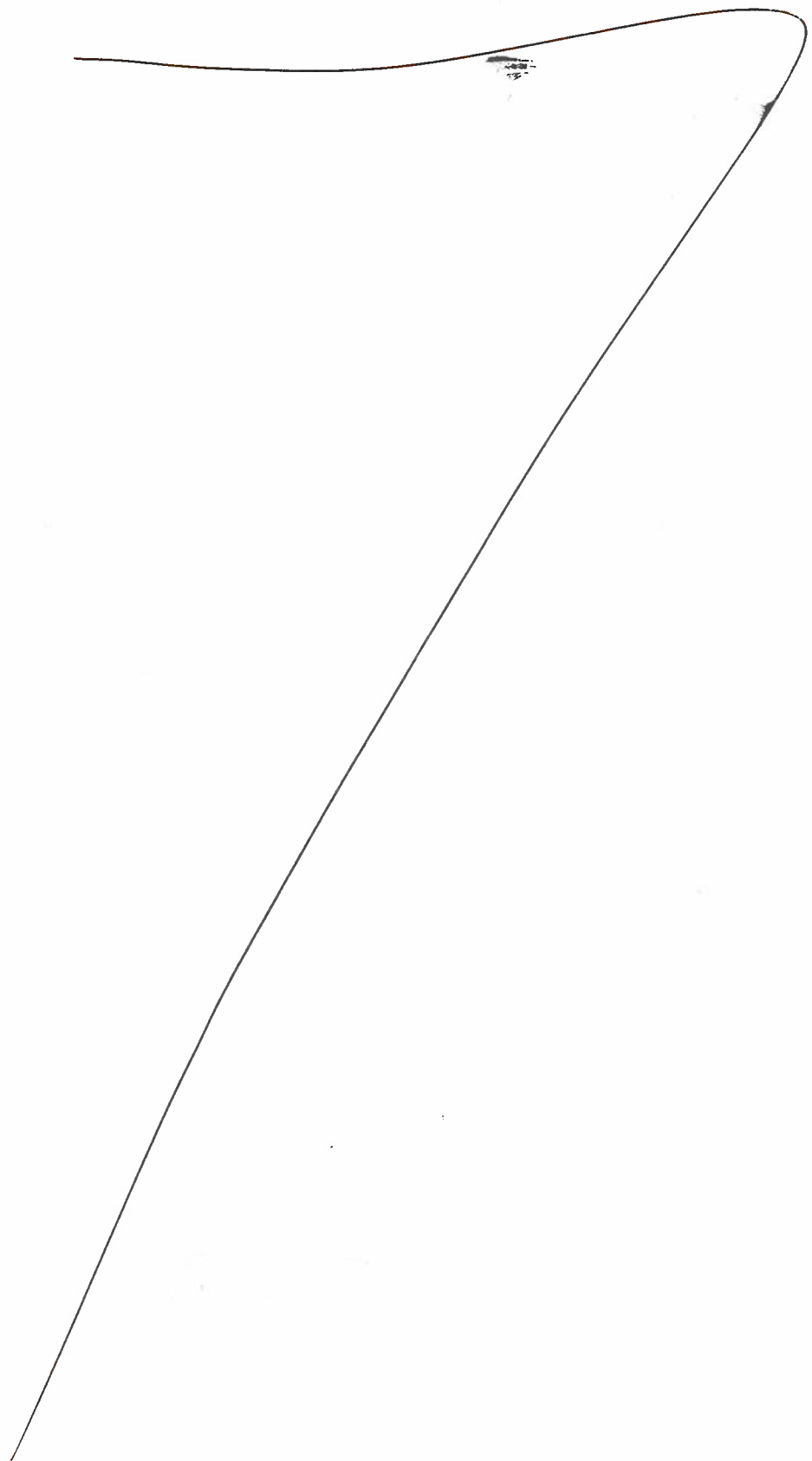
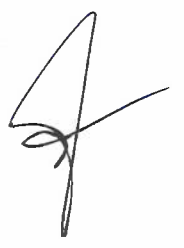
(João José Garcia Correia, Vogal)

(Sérgio Rui Lopes Cintra, Vogal)

(Nuno Miguel Ribeiro da Silva Alves, Vogal)

(Teresa Mafalda Andrade do Passo de Sousa, Vogal)

50 WA



Demonstração dos resultados por naturezas

(euros)			
2023	Nota	2023	2022
Vendas e serviços prestados	27	39 664 729	37 507 015
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	28	2 134 718	1 759 320
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	29	(3 726 369)	(4 184 860)
Fornecimentos e serviços externos	30	(60 586 849)	(61 956 510)
Gastos com o pessoal	31, 23	(151 157 384)	(147 645 561)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	15	(5 111 252)	(1 620 811)
Provisões (aumentos/ reduções)	22	(17 619 275)	(8 424 630)
Imparidade de invest. não depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	12	(8 274 464)	(16 340 115)
Aumentos/ reduções de justo valor	8, 10, 13	12 145 274	28 802 596
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	12	(225 214)	(24 203)
Rendimentos dos Jogos Sociais	32	191 089 124	195 007 564
Outros rendimentos	33	40 558 094	5 039 012
Subsídios atribuídos e outros gastos	34	(34 034 359)	(31 577 619)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 856 773	(3 658 803)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7, 9	(9 198 973)	(9 446 389)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(4 342 200)	(13 105 191)
Juros e rendimentos similares obtidos	35	6 810 309	671 729
Juros e gastos similares suportados	35	(17 002)	(39)
Resultado líquido do período		2 451 106	(12 433 502)

Lisboa, 29 de abril de 2024,

Contabilista Certificado 35356

(Fernando Antunes)

A Mesa da SCML

(Ana Maria Teodoro Jorge, Provedora)

(Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo, Vice-Provedora)

(João José Garcia Correia, Vogal)

(Sérgio Rui Lopes Cintra, Vogal)

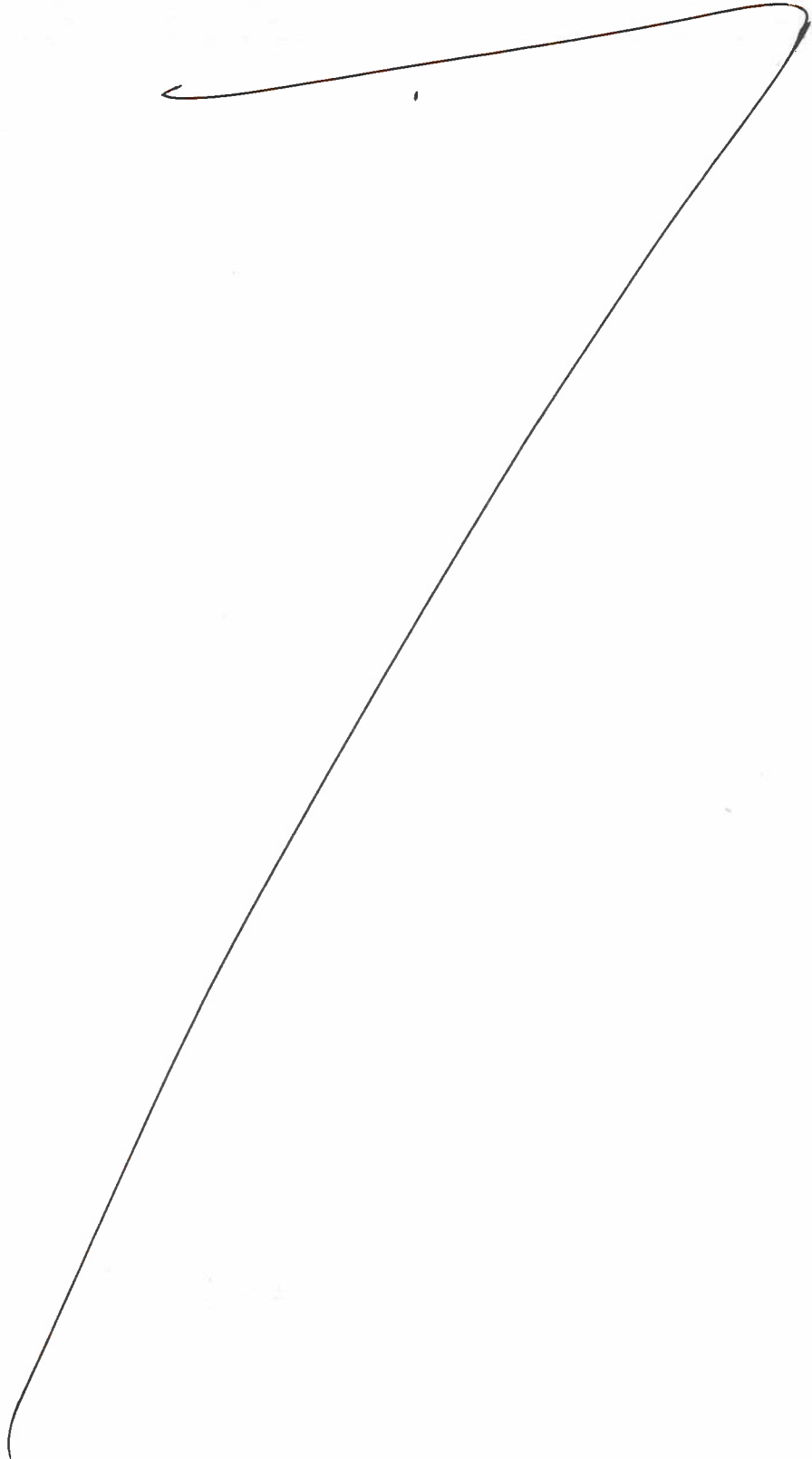
(Nuno Miguel Ribeiro da Silva Alves, Vogal)

(Teresa Mafalda Andrade do Passo de Sousa, Vogal)

S. F.

A

WX





Demonstração das alterações no capital próprio

(euros)

	Fundo Social	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1 de janeiro de 2022	75 815 000	621 173 573	12 917 382	(39 835 377)	670 070 578
Alterações no período					
Alterações políticas contabilísticas	-	-	1 195 758	-	1 195 758
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	315 934	-	315 934
Aplicação de Resultados	-	(39 835 377)	-	39 835 377	-
	-	(39 835 377)	1 511 692	39 835 377	1 511 692
Resultado líquido do período	-	-	-	(12 433 502)	(12 433 502)
Resultado integral	75 815 000	581 338 196	14 429 073	(12 433 502)	659 148 768
Outras operações	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-
1 de janeiro de 2023	75 815 000	581 338 196	14 429 073	(12 433 502)	659 148 768
Alterações no período					
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	(494 432)	-	(494 432)
Aplicação de Resultados	-	(12 433 502)	-	12 433 502	-
	-	(12 433 502)	(494 432)	12 433 502	(494 432)
Resultado líquido do período	-	-	-	2 451 106	2 451 106
Resultado integral	75 815 000	568 904 694	13 934 641	2 451 106	661 105 442
Outras operações	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	75 815 000	568 904 694	13 934 641	2 451 106	661 105 442

Lisboa, 29 de abril de 2024,

Contabilista Certificado 35356

(Fernando Antunes)

A Mesa da SCML

(Ana Maria Teodoro Jorge, Provedora)

(Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo, Vice-Provedora)

(João José Garcia Correia, Vogal)

(Sérgio Rui Lopes Cintra, Vogal)

(Nuno Miguel Ribeiro da Silva Alves, Vogal)

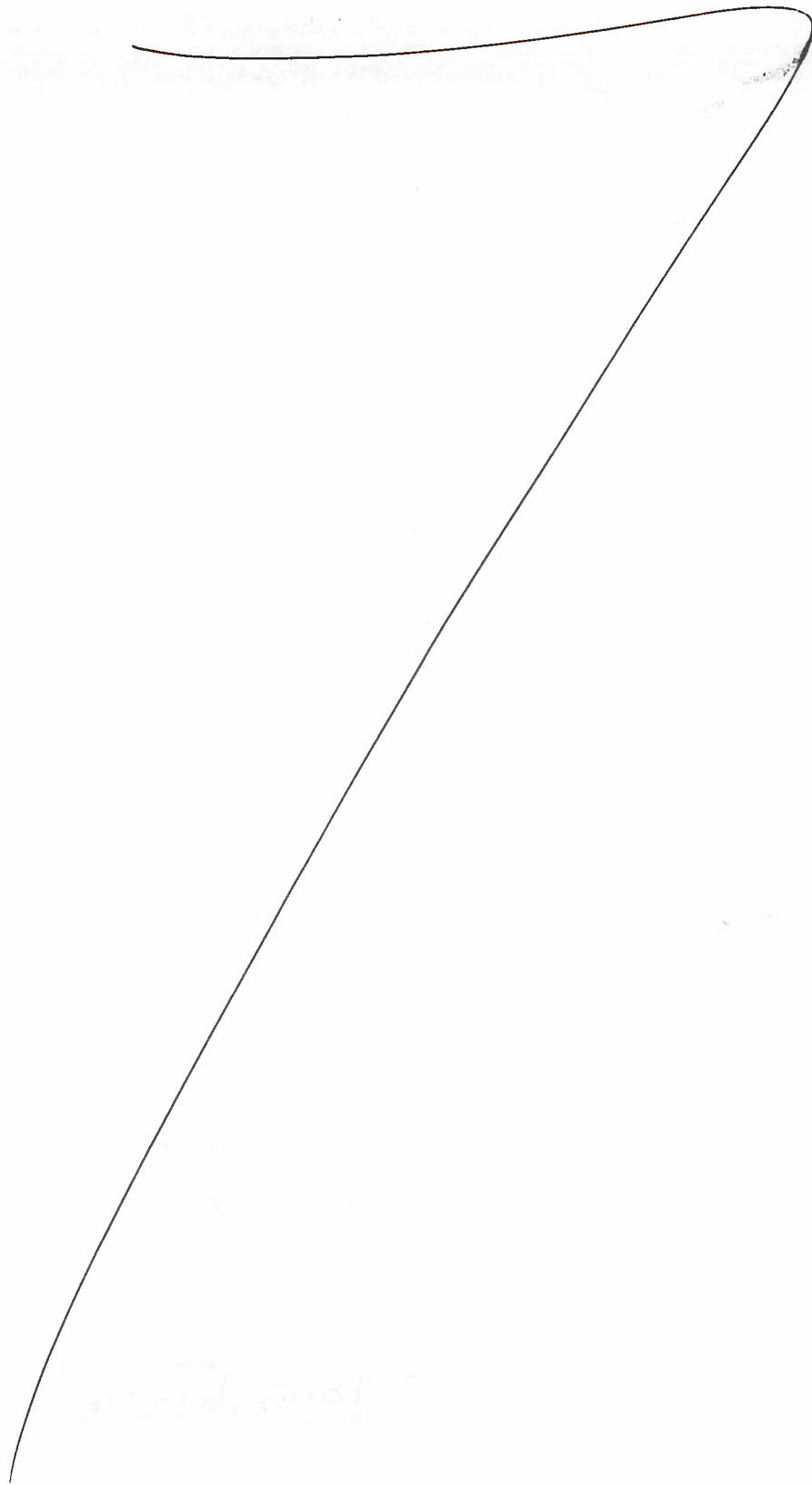
(Teresa Mafalda Andrade do Passo de Sousa, Vogal)

R.

48



WA



Demonstração dos fluxos de caixa

	(euros)	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes/ utentes	26 365 220	28 801 286
Recebimentos de inquilinos	8 372 041	7 951 427
Jogos sociais	192 414 168	198 591 228
Estado	1 459 161	851 569
Financiamento externo	3 003 726	2 328 881
Doações	246 160	643 330
Outros recebimentos	41 381 604	3 646 746
Pagamentos a fornecedores	(66 908 760)	(66 226 182)
Pagamentos ao pessoal	(92 414 802)	(89 265 683)
Pagamentos ao Estado	(56 479 636)	(57 475 856)
Pagamentos de Subsídios e Apoios Financeiros	(32 295 010)	(33 749 399)
Outros pagamentos	(4 726 333)	(7 843 598)
Caixa gerada pelas operações	20 417 539	(11 746 252)
Recebimentos/ pagamentos Departamento Jogos	(1 532 253)	5 637
Fluxos de caixa das atividades operacionais	18 885 286	(11 740 615)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	(11 129 614)	(9 854 171)
Investimentos financeiros	(12 662 721)	(19 046 226)
Outros ativos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	2 382 891	1 012 000
Outros ativos	461 870	43 118
Juros e rendimentos similares	6 373 987	142 603
Dividendos	25 651	93 001
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(14 547 936)	(27 609 676)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	5 867 780	-
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	(16 388)	(1)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	5 851 392	(1)
Varição de caixa e seus equivalentes	10 188 743	(39 350 292)
Efeitos das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	43 595 469	82 945 762
Caixa e seus equivalentes no fim do período	53 784 212	43 595 469

Lisboa, 29 de abril de 2024,

Contabilista Certificado 35356


(Fernando Antunes)

A Mesa da SCML


(Ana Maria Teodoro Jorge, Provedora)

(Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo, Vice-Provedora)

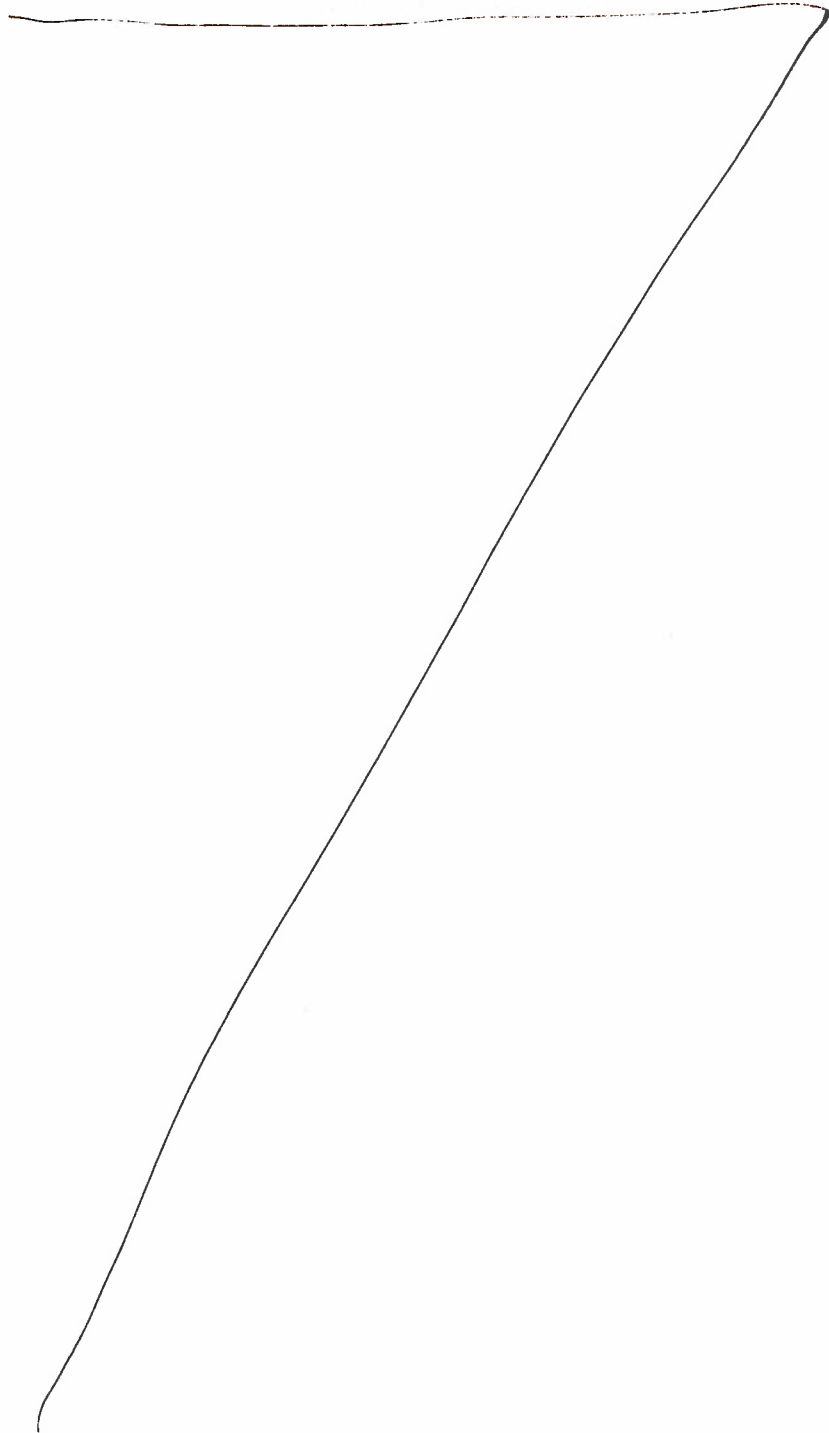

(João José Garcia Correia, Vogal)


(Sérgio Rui Lopes Cintra, Vogal)


(Nuno Miguel Ribeiro da Silva Alves, Vogal)


(Teresa Mafalda Andrade do Passo de Sousa, Vogal)

P.
Si
A
M



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters "Si P.", a large arrow pointing downwards, and the initials "NA".

Anexo

1. Introdução,

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “Santa Casa” ou “SCML”) é uma instituição secular sem fins lucrativos com a natureza jurídica de pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, com sede no Largo Trindade Coelho, freguesia da Misericórdia, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa, Portugal, com o NIF 500 745 471.

Ao longo dos seus mais de cinco séculos de existência, a Santa Casa tem desempenhado um papel crítico e fundamental no combate à pobreza e exclusão, prosseguindo obras de misericórdia, em conformidade com o seu compromisso orgânico.

O art.º 4.º dos estatutos refere os fins estatutários da Santa Casa, os quais correspondem à realização da melhoria do bem-estar das pessoas, prioritariamente dos mais desprotegidos, abrangendo as prestações de ação social, saúde, educação e ensino, cultura e promoção da qualidade de vida, de acordo com a tradição cristã e obras de misericórdia do seu compromisso originário e da sua secular atuação em prol da comunidade, bem como a promoção, apoio e realização de atividades que visem a inovação, a qualidade e a segurança na prestação de serviços, e, ainda, o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da economia social.

Dando cumprimento ao determinado no Decreto-Lei n.º 235/2008 de 3 de dezembro, através deste documento são apresentadas as contas do exercício de 2023 da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Departamento de Ação Social e Saúde, Departamento de Qualidade e Inovação, Departamento de Empreendedorismo e Economia Social, Departamento de Gestão Imobiliária e Património, Direção da Cultura, Hospital Ortopédico de Sant’Ana, Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, Escola Superior de Saúde do Alcoitão, Unidades de Missão e Serviços Instrumentais.

Resumo das atribuições e competências:

Departamento de Ação Social e Saúde

O Departamento de Ação Social e Saúde (DASS), tem como objetivo gerir, de forma integrada, os serviços e estabelecimentos de ação social, de cuidados continuados integrados e de saúde de proximidade, promovendo a autonomia e a inclusão social, nomeadamente através da prestação de cuidados de saúde e do apoio nas seguintes áreas de intervenção:

- a) Infância e juventude;
- b) População idosa;
- c) Família e parentalidade;
- d) Desenvolvimento comunitário;

- e) Pessoas com deficiência;
- f) Cuidados continuados integrados;
- g) Grupos sociais desfavorecidos.

Departamento da Qualidade e Inovação

O Departamento da Qualidade e Inovação (DQI) tem por objetivo promover, apoiar e realizar iniciativas que visem a investigação e desenvolvimento, a inovação, a sustentabilidade e a responsabilidade social da instituição.

Departamento de Empreendedorismo e Economia Social

O Departamento de Empreendedorismo e Economia Social (DEES) tem por objetivo promover, apoiar e divulgar a criação e o desenvolvimento de iniciativas no âmbito do empreendedorismo e economia social, como seja apoiar a criação de microempresas através de programas de cooperação com outras entidades, dinamizar a formação de agentes de desenvolvimento no âmbito da economia social, entre outros.

Departamento de Gestão Imobiliária e Património

O Departamento de Gestão Imobiliária e Património (DGIP) tem como objetivo gerir o património imobiliário da SCML com vista à sua preservação, reabilitação, rentabilização e valorização, gerando receitas a reverter para as causas apoiadas e para a atividade desenvolvida pela SCML. Algumas das competências do DGIP a destacar correspondem à definição de políticas de construção e conservação do património da SCML e de outros imóveis, ao planeamento, desenvolvimento e gestão de projetos e obras, à elaboração de propostas sobre aquisição de bens móveis e imóveis, alienação de bens e direitos da Santa Casa, ou mesmo aceitação ou repúdio de heranças, legados e doações.

Direção da Cultura

A Direção da Cultura (DIC) tem por objetivo evidenciar o património cultural da SCML como instrumento ao serviço do desenvolvimento humano e da coesão social, favorecendo a diversificação e promovendo o acesso generalizado às formas de expressão cultural da SCML.

Hospital Ortopédico de Sant'Ana

O Hospital Ortopédico de Sant' Ana (HOSA) tem como principal missão contribuir de forma eficiente para a promoção da saúde da população, respondendo às suas necessidades através da prestação de um conjunto diversificado de cuidados médicos que se caracterizam pelo elevado nível de qualidade, pela facilidade no acesso e pela resposta em tempo útil.

F. dos
L
af
WA

Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão

O Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA) tem como atividade principal a Prestação de Serviços na Área de Reabilitação de adultos e crianças. Apostando na qualidade assistencial, na formação contínua e na investigação científica aplicada, o CMRA apresenta-se como uma instituição de prestígio, que tem mantido ao longo dos anos um elevado nível de qualidade na resposta às necessidades do seu público-alvo, orientado para um investimento cada vez mais forte na neuro-reabilitação.

O CMRA é considerado um dos melhores hospitais em reabilitação, estando vocacionado para a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência de predomínio físico ou multideficiência congénita e adquirida, de qualquer idade, provenientes de todo o País.

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

A Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA) é um estabelecimento de Ensino Superior Particular, pioneiro em Portugal na formação de Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Terapeutas da Fala, sendo desde a sua constituição a Escola de referência nesta área. A ESSA tem como principais atividades o ensino, a investigação e a difusão de conhecimentos nas áreas ministradas, devendo também contribuir, através dos meios que lhe são próprios, para a melhoria do nível de saúde da população.

A SCML promove, através da ESSA, a celebração de acordos de cooperação com instituições de ensino público e privado, nacionais e estrangeiras, tendo em vista a promoção do intercâmbio científico e o desenvolvimento de atividades relevantes para o ensino e investigação, no âmbito científico ministrado ou noutros considerados de interesse.

Unidades de Missão

As Unidades de Missão que têm como objetivo implementar novos serviços são: Unidade de Missão - Programa Lisboa, Cidade de Todas as Idades; Unidade de Missão para a Gestão de Projetos Operacionais Transversais e Unidade de Missão VALOR T – Talento e Transformação.

Serviços Instrumentais

Os serviços instrumentais necessários à prossecução das atribuições da Santa Casa correspondem à Secretaria-Geral, à Direção de Estudos e Planeamento Estratégico, à Direção Jurídica, à Direção de Recursos Humanos, à Direção Financeira, à Direção de Comunicação e Marcas, à Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação, ao Gabinete de Auditoria Interna, ao Gabinete de Relações Internacionais, ao Gabinete de Segurança da Informação e à Direção de Compras.

Os órgãos de administração da Santa Casa, definidos através do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, são a Mesa e o Provedor.

Constituem ainda órgãos consultivos e de fiscalização, o Conselho Institucional, o Conselho de Jogos, o Conselho de Auditoria e o Encarregado de Proteção de Dados (EPD).

As demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 29 de abril de 2024. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa, bem como a sua posição, performance financeira, alterações no capital próprio e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2023, tendo sido preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excetuando as propriedades de investimento, os ativos biológicos e os ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Santa Casa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 4.23.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que tenham implicado a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior. A alteração da metodologia de apuramento do justo valor das propriedades de investimento, descrita nas Notas 4.3. e 8, contribuiu, na opinião da gestão, para reforçar a comparabilidade com o exercício anterior.

3. Apresentação de contas consolidadas

A SCML não apresenta contas consolidadas estando tal possibilidade em análise no âmbito de futuros reportes financeiros cumprindo com o disposto no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

F.
LJ
A29
J
WX

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que de seguida se descrevem.

4.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Santa Casa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da SCML e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como “Juros e rendimentos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados” se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/operações de financiamento; ou, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos” para todos os outros saldos e transações, reconhecidos na demonstração dos resultados.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira foram como segue:

Cotações de Moeda Estrangeira

Moeda	2023	2022
USD	1,1050	1,0666
CAD	1,4642	1,4440
BRL	5,3618	5,6386
MZN	69,8700	67,4500

Fonte: <https://www.bportugal.pt/taxas-cambio>

4.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” determinado à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os

AS
Lj 7.
4
MX

custos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

A Santa Casa apenas capitaliza ativos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 200 euros, exceto quando se trate de aquisição de obras de arte que são reconhecidas como ativo fixo tangível, independentemente do valor de aquisição. A SCML procede à depreciação da totalidade do bem no primeiro período de utilização sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1.000 euros, exceto nas obras de arte, que pela sua natureza não estão sujeitas a depreciação.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Quanto às obras de arte, os encargos de conservação serão reconhecidos como ativo fixo tangível se a obra de arte já se encontrar reconhecida no ativo da SCML.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do exercício em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, por contrapartida de provisões, quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	Entre 4 a 75 anos
Equipamento básico	Entre 1 a 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 6 a 10 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 1 a 8 anos
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	Entre 1 a 15 anos
Obras de arte	Não Aplicável
Outras ativos tangíveis	Entre 1 a 20 anos

A vida útil atribuída a benfeitorias em propriedades alheias à Santa Casa, englobada no mapa acima na rubrica Edifícios e Outras Construções, corresponde à duração do contrato de arrendamento ou protocolo de cedência vigente.

As vidas úteis dos ativos tangíveis são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (Nota 4.5).

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

4.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de obtenção de rendas e estão reconhecidas pelo modelo do justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado com base na NCRF11 – Propriedades de investimento, atento o descrito abaixo relativamente às frações devolutas.

Para as propriedades urbanas com rendimento foi utilizado o método de rendimento para determinar o justo valor desses ativos. Assim, procedeu-se ao somatório das rendas anuais efetivamente praticadas sobre as quais foi calculada uma perpetuidade com base na taxa média de rendimento registada em 2023 dos fundos de investimento imobiliário abertos.

Para as frações devolutas, procedeu-se ao incremento do valor com base nas obras efetuadas em 2023.

Nas propriedades rústicas, o justo valor foi calculado pelo método do rendimento com a valorização autónoma dos ativos biológicos, quando aplicável.

Os ganhos ou perdas, provenientes da retirada ou alienação de propriedades de investimento, são determinados com base na diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos em resultados.

4.4. Ativos Intangíveis

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e corresponde ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os principais ativos intangíveis correspondem aos programas de computador (software) adquiridos para suportar administrativamente a atividade desenvolvida.

A Santa Casa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis mais significativos são conforme segue:

	Vida útil
Programas de computador	Entre 1 a 4 anos

ADZ
Lig 7.
4
WX

A Santa Casa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos anualmente quanto à sua razoabilidade.

4.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Santa Casa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolvidas indiquem que o valor, pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras, não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Santa Casa regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o "goodwill", para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.6. Investimentos financeiros

A classificação dos investimentos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados:

- Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Santa Casa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os investimentos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os investimentos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como

quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Santa Casa classifica e mensura ao justo valor os investimentos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e investimentos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício.

A Santa Casa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os investimentos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a SCML reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Santa Casa correspondem ao património silvícola, explorado diretamente e cujas unidades de produção de cortiça, de olival, pinheiro-bravo, carvalho e eucalipto, se destinam à venda a grossistas de cortiça e madeira.

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita/apanha.

Na determinação do justo valor dos montados de Sobro (produção de cortiça) foi utilizado o método do valor fundiário, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, o rendimento obtido, taxa de capitalização e anos do ciclo de produção. Ao valor fundiário dos montados foi adicionado o valor da cortiça criada, com base no rendimento obtido, taxa de capitalização e número de anos remanescentes para a extração.

As alterações ao justo valor são reconhecidas da demonstração dos resultados na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor".

A Santa Casa classifica os ativos biológicos de produção (sobreiros, azinheiras, pinheiro-bravo, carvalho, oliveira e eucalipto) como não correntes, exceto se estiverem classificados como detidos para venda.

4.8. Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

Am
Lig R.
A
WA

4.9. Inventários

Os inventários compreendem:

- i) Artigos comercializáveis de merchandising para venda ao público (canecas, blocos, cadernos, colares, malas, etc.), essencialmente no Museu de S. Roque;
- ii) Material de consumo clínico, produtos farmacêuticos, produtos de limpeza e higiene, assim como outros materiais de consumo para utilização nos equipamentos sociais (lares, creches e outros) do Departamento de Ação Social e Saúde, do Hospital de Sant'Ana e do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão;
- iii) Artigos relacionados com a prestação dos serviços hospitalares e de reabilitação, ações de internamento, consultas e atos terapêuticos, tais como medicação para administrar a doentes, próteses ortopédicas, materiais clínicos, entre outros.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

Os inventários são ajustados por imparidade quando, à data de relato financeiro, as mercadorias que possuam um prazo de validade ou, de acordo com as estimativas de venda, não sejam comercializadas antes de atingirem esse prazo.

4.10. Clientes/Utentes e Outros Créditos a Receber

As rubricas de clientes/utentes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicáveis.

As perdas de imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente clientes/utentes e alunos, são constituídos tendo em conta critérios de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada exercício.

As perdas por imparidade dos clientes/utentes e dos outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que os valores a receber de terceiros se encontram em imparidade. O valor

ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

4.11. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada.

4.12. Passivos financeiros

A classificação dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Santa Casa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

4.13. Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As rubricas de fornecedores e outras dívidas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

4.14. Benefícios aos empregados

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida, e orfandade, tendo sido constituído um fundo de pensões para o efeito (doravante designado de “Fundo de Pensões”), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição.

46
7
4
11X

Assegura, ainda, complemento de pensões e comparticipação de encargos com saúde a alguns colaboradores cujo rendimento per capita dos respetivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida.

A Santa Casa assume adicionalmente a responsabilidade pelo pagamento de reformas, desde a data do direito à reforma até ao momento da passagem efetiva à reforma, dos colaboradores. Estes pagamentos correspondem a parte do salário do colaborador até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte de tempo de 2-3 meses.

Conforme referido na Nota 23, o Fundo de Pensões foi constituído de forma a financiar a totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

- **Fundo de Pensões da Santa Casa**

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como "CGA"), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80 de 24 de Julho.

O Fundo de Pensões constituído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas (aplicáveis à Santa Casa):

- i) Decreto-Lei n.º 247/80 – compreende o pessoal que ficou abrangido desde 31 de Julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do art.º 2º), pessoal que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (art.º 3º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a SCML um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem atualização (n.ºs 1 e 2 do art.º 6º);
- ii) Decreto-Lei n.º 94/2000 – os colaboradores da Santa Casa que, até 31 de dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no art.º 1º do referido diploma. As responsabilidades a cargo da Santa Casa são as seguintes:
 - a. Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei n.º 498/72, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);
 - b. Quotização à CGA (10% do salário).

As
P.
A
NA

Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo fundo de pensões correspondem a:

- i) Pensão de velhice e invalidez – pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);
- ii) Pensão de sobrevivência imediata e orfandade – em caso de morte de colaborador ativo a Santa Casa pagará uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;
- iii) Pensão de sobrevivência diferida - em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos de sobrevivência a pensão a atribuir pela CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da SCML será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao justo valor dos ativos do fundo, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados, deduzido do valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no capital próprio.

- **Complemento de pensões e participação de encargos com saúde**

De acordo com o regulamento de pessoal, todos colaboradores aposentados ou reformados cujo valor do rendimento per capita dos respetivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida, são beneficiários de complemento de pensão.

São atribuídas participações de encargos com saúde aos colaboradores referidos no parágrafo anterior e aos colaboradores no ativo com doença crónica grave e/ou incapacitante.

Foi reconhecida à data de transição uma provisão, com base no número de colaboradores em causa, respetivas idades e montante pago em anos anteriores.

F.
L
A
M

- **Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

4.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Santa Casa tem: i) uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de eventos passados; ii) para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Santa Casa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinado considerando a classe de obrigações de forma agregada.

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com fornecedores e colaboradores em processos em que a SCML consta como réu. A Santa Casa reconhece esta provisão quando se estima que há uma probabilidade razoável de incorrer em pagamentos futuros.

Provisão para conservação e manutenção de jazigos

A Santa Casa tem uma responsabilidade perpétua quanto à manutenção e conservação de jazigos, no âmbito de processos de herança de beneméritos da SCML. A Santa Casa regista uma provisão por conta dos custos a suportar tendo por base o custo médio de conservação por jazigo e em função do número total de jazigos sob a sua responsabilidade.

4.16. Subsídios e apoios do Governo

A Santa Casa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos equiparáveis pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente do seu recebimento.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados no resultado do exercício.

4.17. Locações

As rendas a pagar relativas às locações operacionais, são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período da locação.

4.18. Regime do acréscimo (gastos e rendimentos)

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

4.19. Rédito

O rédito é determinado pela venda de produtos e pela prestação de serviços no âmbito das atividades desenvolvidas. As naturezas mais significativas são as seguintes:

- i) Receitas da comercialização de artigos de merchandising da Santa Casa e do Museu de S. Roque, sendo o rédito reconhecido com a venda dos produtos;
- ii) Prestação de serviços de ação social a utentes/clientes prestados em equipamentos sociais, sendo o rédito reconhecido mensalmente, com as respostas sociais a seguir discriminadas:
 - a) Creche;
 - b) Creche familiar;
 - c) Jardim-de-infância;
 - d) Centro de dia;
 - e) Estrutura Residencial (para pessoas idosas, pessoas com incapacidade/deficiência e pessoas com necessidades de acompanhamento terapêutico);
 - f) Serviço de apoio domiciliário;

P.

Lj Aug

4

WA

- g) Apartamentos terapeuticamente assistidos;
 - h) Centro de atividades ocupacionais;
 - i) Centro de reabilitação para pessoas com cegueira/baixa visão;
 - j) Outras atividades que possam vir a ser definidas pela Mesa da Santa Casa.
- iii) Prestação de serviços de saúde a utentes/clientes, sendo o rédito reconhecido mensalmente, pelos serviços prestados por unidades de saúde de proximidade e por unidades de cuidados continuados integrados;
- iv) Venda de material terapêutico efetuada aos utentes, sendo o rédito reconhecido após a entrega do material ao utente, ou seja, com a transferência dos riscos e benefícios inerentes à sua propriedade;
- v) Prestação de serviços de saúde, cujo rédito é reconhecido no ato médico quando se trata de serviços prestados pelo HOSA. Quando prestados pelo CMRA, é reconhecido quando é provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e a fase de acabamento do serviço prestado à data do balanço possa ser estimada com fiabilidade. Os serviços prestados são os seguintes:
- a) Internamentos: os serviços prestados pelo HOSA e pelo CMRA compreendem os atos cirúrgicos e os períodos de internamento associados. No caso da faturação por GDH (grupos de diagnóstico homogéneo) a faturação é especializada mensalmente e só é faturada após a codificação dos processos clínicos;
 - b) Consultas externas: serviços de consulta externa nas várias áreas de especialidade tais como: Ortopedia/Traumatologia, Anestesiologia, Cirurgia plástica reconstrutiva e estética, Clínica geral, Fisiatria, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Reumatologia, prestadas a utentes do SNS e outros subsistemas de saúde. Contempla ainda consultas de medicina física e reabilitação especializada, consultadorias e intervenção em reabilitação;
 - c) Meios complementares de diagnóstico: exames complementares de diagnóstico nas áreas da radiologia, imagiologia e análises, ginásios e laboratórios;
 - d) Atos terapêuticos: serviços de saúde nas vertentes da medicina física e reabilitação, fisioterapia, terapia da fala e ocupacional, atos de enfermagem, gessos, entre outros.
- vi) Matrículas dos alunos da ESSA, inscrições nas licenciaturas, mestrados, pós-graduações, ações de formação contínua, pagamento de candidaturas e propinas de frequência e pagamentos de emolumentos académicos;
- vii) Rendimentos do Património Imobiliário: Rendimentos provenientes da rentabilização do património imobiliário da Santa Casa, não utilizado nas atividades de ação social e outras enquadradas no objeto

social da SCML, como sendo rendas de terrenos e de edifícios, de estacionamento, cedência de instalações e condomínios.

4.20. Outros rendimentos

i) Prémios caducados

A Santa Casa reconhece rendimentos associados à caducidade dos prémios de Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos, à data em que se vence o direito à reclamação dos prémios, ou seja, 3 meses após a data do sorteio/extração.

Os prémios caducados reconhecidos pela Santa Casa correspondem aos prémios caducados do Euromilhões (conforme o art.º 10º do Decreto-Lei n.º 210/2004, de 20 de Agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de Março), aos prémios caducados da Lotaria Nacional (conforme o art.º 22º da Portaria n.º 1016/2010, de 4 de Outubro), aos prémios caducados das Apostas Desportivas à Cota (conforme o art.º 14.º do Regime Jurídico da Exploração e Prática das Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial, aprovado pelo Decreto Lei n.º 67/2015, de 29 de Abril), e ainda aos prémios caducados do Totosorteio (conforme o art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de Agosto).

ii) Resultados dos jogos sociais

Como beneficiário direto dos resultados gerados pelos Jogos Sociais explorados pelo Departamento de Jogos, a Santa Casa reconhece como “Outros rendimentos” o valor dos resultados comunicados e pagos mensalmente pelo Departamento de Jogos.

iii) Rendimentos Apostas Desportivas à Cota e Eurosorteio

A SCML reconhece rendimentos associados às deduções legais de 2% sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota, conforme estabelecido no Regime Jurídico da Exploração e Prática das Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015.

4.21. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de utentes, inquilinos, jogos sociais e participações, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de impostos indiretos líquidos e subsídios.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos tangíveis, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, recebimentos relacionados com financiamentos obtidos e pagamento de rendas de locações, juros e despesas relacionadas.

4.22. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a Santa Casa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

4.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Santa Casa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

i) Provisões

A Santa Casa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, a Santa Casa suporta os seus julgamentos com base em opiniões jurídicas para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (Nota 22).

ii) Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à

7
Li Ag
A
W

taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos atuariais terão impacto no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso no capital próprio (Nota 21).

iii) Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos no âmbito da atividade.

(Nota 7 e Nota 9).

iv) Propriedades de Investimento (justo valor)

A determinação do Justo Valor das Propriedades de investimento é obtida através da avaliação de cada imóvel, por aplicação dos critérios descritos na Nota 8. Sempre que possível, a Santa Casa recorrerá a avaliadores independentes, sem prejuízo da análise posterior que é desenvolvida aos respetivos resultados e, sobretudo, às justificações apresentadas, ou à falta delas, para variações significativas que ocorram face a anteriores avaliações dos mesmos bens.

No exercício em análise, dada a ocorrência de variações muito significativas em algumas avaliações, face aos relatórios de avaliação realizados no ano anterior pela mesma entidade, decorrentes sobretudo de alterações muito expressivas nas taxas de atualização consideradas, optou-se por, em alternativa, considerar a metodologia descrita em 4.3.

4.24. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

5. Fluxos de caixa

5.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Santa Casa não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para o período apresentado.

AD
L.F.
4
1A

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	(euros)	
	2023	2022
Caixa	241 958	346 787
Depósitos bancários	53 542 255	43 248 682
Caixa e equivalentes de caixa	53 784 212	43 595 469

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023 é como segue:

	(euros)	
	2023	2022
Numerário		
- Caixa	241 958	346 787
	241 958	346 787
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	12 819 799	20 719 726
- Depósitos a prazo < 90 dias	40 644 000	22 450 500
- Depósitos a prazo ≥ 90 dias	78 456	78 456
	53 542 255	43 248 682
Outros Activos Financeiros	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	53 784 212	43 595 469
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total	53 784 212	43 595 469

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

6.1. Alterações às normas contabilísticas de relato financeiro

Não se verificaram quaisquer alterações às normas contabilísticas de relato financeiro em vigor para os períodos apresentados.

6.2. Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não foi identificado no período findo em 31 de dezembro de 2023 qualquer alteração às políticas contabilísticas.

6.3. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

Não foi identificado no período findo em 31 de dezembro de 2023 qualquer alteração às estimativas contabilísticas com impacto material, sem prejuízo do referido na Nota 4.3., alínea iv) da Nota 4.23 e Nota 8., relativamente à valorização das Propriedades de Investimento.

F.
S.
A.
M.

6.4. Erros de períodos anteriores

Não foi identificado no período findo em 31 de dezembro de 2023 qualquer correção material de erros cometidos em períodos anteriores.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

(euros)

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Obras de arte	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2021									
Custo de aquisição	37 396 790	241 309 096	35 810 730	4 989 170	21 070 234	11 431 052	9 349 889	22 049 940	373 406 901
Depreciações acumuladas	-	(94 441 147)	(21 110 449)	(3 908 319)	(19 586 715)	-	(8 387 738)	-	(147 434 368)
Valor líquido	37 396 790	146 867 949	4 700 281	1 080 852	1 483 519	11 431 052	962 151	22 049 940	225 972 533
31 de dezembro de 2022									
Adições	-	62 952	547 174	-	775 083	12 667	180 395	2 719 400	4 307 672
Transferências	-	4 143 675	-	-	-	-	-	(4 143 675)	-
Regularizações e abates	(1 014 919)	(3 563 201)	(66 282)	-	(898)	-	(6 057)	(351 401)	(5 002 758)
Depreciação - exercício	-	(5 987 401)	(1 482 684)	(257 120)	(953 190)	-	(326 772)	-	(9 007 167)
Depreciação- transf. e abates	-	933 956	66 282	-	-	-	-	-	1 000 238
Valor líquido	36 381 872	142 457 929	3 764 770	823 732	1 304 515	11 443 719	809 717	20 284 265	217 270 518
31 de dezembro de 2022									
Custo de aquisição	36 381 872	240 912 646	26 290 636	4 989 170	21 844 419	11 443 719	9 523 724	20 284 265	371 670 451
Depreciações acumuladas	-	(98 454 718)	(22 525 865)	(4 165 439)	(20 539 905)	-	(8 714 007)	-	(154 399 934)
Valor líquido	36 381 872	142 457 929	3 764 770	823 732	1 304 515	11 443 719	809 717	20 284 265	217 270 518

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

(euros)

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Obras de arte	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2022									
Custo de aquisição	36 381 872	240 912 646	26 290 636	4 989 170	21 844 419	11 443 719	9 523 724	20 284 265	371 670 451
Depreciações acumuladas	-	(98 454 718)	(22 525 865)	(4 165 439)	(20 539 905)	-	(8 714 007)	-	(154 399 934)
Valor líquido	36 381 872	142 457 929	3 764 770	823 732	1 304 515	11 443 719	809 717	20 284 265	217 270 518
31 de dezembro de 2022									
Adições	-	199 730	1 129 908	102 065	2 348 710	-	109 957	1 558 864	5 449 234
Doações	-	-	-	25 000	-	-	-	-	25 000
Transferências	-	447 264	-	-	82 951	-	-	(530 214)	-
Regularizações e abates	579 427	1 738 281	(173 677)	(8 890)	(573)	-	-	147 904	2 282 472
Depreciação - exercício	-	(5 927 377)	(1 374 363)	(259 615)	(1 136 665)	-	(302 802)	-	(9 000 822)
Depreciação- transf. e abates	-	-	157 226	8 890	573	-	-	-	166 688
Valor líquido	36 961 299	138 915 826	3 503 864	691 182	2 599 510	11 443 719	616 873	21 460 818	216 193 090
31 de dezembro de 2023									
Custo de aquisição	36 961 299	243 297 921	27 246 866	5 107 346	24 275 507	11 443 719	9 633 681	21 460 818	379 427 157
Depreciações acumuladas	-	(104 382 095)	(23 743 002)	(4 416 164)	(21 675 997)	-	(9 016 809)	-	(163 234 067)
Valor líquido	36 961 299	138 915 826	3 503 864	691 182	2 599 510	11 443 719	616 873	21 460 818	216 193 090

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis, ocorridas entre 1 de janeiro e 31 dezembro de 2023, referem-se sobretudo a obras em edifícios afetos à atividade.

As adições efetuadas referem-se, sobretudo a obras de reabilitação e beneficiação de edifícios afetos à atividade.

Os valores contabilizados na rubrica de "Obras de arte" correspondem às obras de arte adquiridas após 1992 pela SCML, bem como as obras de arte doadas em 2017 e 2020 pelo colecionador Francisco Capelo.

A SCML procede à depreciação dos ativos fixos tangíveis, conforme as suas vidas úteis estimadas. Sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1.000 euros o bem é depreciado na totalidade no primeiro período de utilização. Quanto às obras de arte, pela sua natureza, não estão sujeitas a depreciação.

As depreciações dos Ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações do exercício” da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

8. Propriedades de Investimento

Durante o período de 31 de dezembro de 2022 e 2023 a rubrica de propriedades de investimento registou a seguinte evolução, por natureza de ativo:

(euros)

	2023			2022		
	Prop. Invest.	Prop. Invest. em curso	Total	Prop. Invest.	Prop. Invest. em curso	Total
1 de janeiro						
Valor bruto	402 271 576	8 398 860	410 670 436	365 925 899	7 695 487	373 621 386
Justo Valor	402 271 576	8 398 860	410 670 436	365 925 899	7 695 487	373 621 386
Transferências	2 457 379	(2 457 379)	-	3 546 555	(3 546 555)	-
Adições	29 920	6 691 199	6 721 118	19 808	3 938 373	3 958 181
Doações	27 657		27 657	491 233		491 233
Alienações	(487 270)		(487 270)	(35 797)		(35 797)
Regularizações e abates	(2 317 708)	(147 904)	(2 465 612)	3 647 919	311 556	3 959 475
Variação de Justo valor						
Ganhos	28 476 793		28 476 793	37 883 116		37 883 116
Perdas	(20 978 864)		(20 978 864)	(9 207 158)		(9 207 158)
	409 479 482	12 484 776	421 964 258	402 271 576	8 398 860	410 670 436
31 de dezembro						
Valor bruto	409 479 482	12 484 776	421 964 258	402 271 576	8 398 860	410 670 436
Justo Valor	409 479 482	12 484 776	421 964 258	402 271 576	8 398 860	410 670 436

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de obtenção de rendas ou para valorização do capital ou ambas as finalidades, e não para uso na produção, fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou para venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas pelo seu custo de aquisição (valor de compra) que inclui os custos suportados com a transação. Posteriormente, nos termos da Norma Contabilística de Relato Financeiro 11 (NCRF 11) a entidade deve escolher a política contabilística mais adequada optando pelo modelo do custo ou pelo modelo do justo valor. Ao fazer essa opção, deve aplicar essa política a todas as propriedades de investimento.

Nos termos do parágrafo 32 a NCRF 11 incentiva, mas não exige que a entidade determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização feita por avaliador independente com qualificação profissional relevante e reconhecida com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento que esteja a ser valorizada.

F.
S. AD
A
W

Desde 2013, que a Santa Casa optou por valorizar as propriedades de investimento pelo critério do justo valor e reconhece em resultados do ano os ganhos/perdas decorrentes da aplicação desse critério de valorização dos imóveis de rendimento. Ao longo deste período, os resultados obtidos a partir dos relatórios de avaliação efetuados por avaliadores externos, foram de 183,6 milhões de euros.

O Despacho n.º 66/MTSSS/2023-XXIII, de 12.06.2023 da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, determinou que os Relatórios de Gestão e Contas de 2021 e de 2022, apresentados pela Mesa anterior, fossem devolvidos à SCML, para inclusão dos factos que viessem a ser apurados em sede de auditoria, que neles não tivessem sido devidamente considerados. Assim, no âmbito desse processo, foi apurado, segundo a empresa auditora, que os critérios adotados na valorização das propriedades de investimento ao justo valor não respeitaram integralmente o disposto na NCRF 11, e mais concretamente no seu parágrafo 52, que estabelece que “o justo valor da propriedade de investimento não reflete os dispêndios futuros de capital fixo que melhorem ou aumentem a propriedade e não reflete os benefícios futuros relacionados derivados destes dispêndios futuros”, dado que a referida valorização, com particular impacto no caso dos imóveis ou frações arrendados, foi apurada no pressuposto de que os respetivos contratos de arrendamento seriam denunciados, sendo de imediato efetuadas obras de beneficiação, seguidas da negociação de novas rendas a valores de mercado, tendo em consideração as beneficiações efetuadas.

Ora, a adoção deste critério, contrariando o disposto na referida NCRF 11, conduziu a que as demonstrações financeiras apresentadas tivessem evidenciado expectativas de rentabilidade não consentâneas com a realidade da Santa Casa e, sobretudo, com a sua efetiva capacidade de geração de valor económico e de tesouraria, refletindo uma imagem de solidez económica e financeira não aderente à realidade.

Com efeito, ao valorizar estes bens desconsiderando os rendimentos gerados pelas rendas dos contratos em vigor e a reduzida viabilidade da denúncia generalizada dos mesmos contratos, de forma a obter, num prazo relativamente curto, rendimentos potenciais muito mais elevados, decorrentes de eventuais beneficiações futuras e da hipótese de poder negociar novos contratos de arrendamento, tendo, assim, antecipado benefícios futuros de ocorrência muito incerta foi possível, nas anteriores demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2021 e 2022, bem como de anos anteriores, reconhecer ganhos de justo valor excessivos e não coerentes com a realidade da Santa Casa, os quais foram devidamente corrigidos, tendo sido verificada uma diminuição significativa de 57,9 milhões de euros no valor das propriedades de investimento arrendadas, o que implicou um efeito negativo de igual valor no capital próprio, repartido entre o efeito do ano (13,4 milhões de euros) e de anos anteriores (44,5 milhões de euros).

As avaliações efetuadas em 2023, pela mesma empresa que avaliou os imóveis em 2021 e 2022, não acomodou as observações efetuadas pela Santa Casa, nem acolheu, na opinião da gestão, as Recomendações da CMVM de outubro de 2022, dirigidas aos Peritos Avaliadores de Imóveis, dado que não apresentou as avaliações realizadas recorrendo a uma formulação acessível que permitisse compreender inequivocamente a

valorização, incluindo fundamentação adequada de todas as variáveis suscetíveis de influenciar o valor final de cada imóvel.

Caso se tivesse optado pelo reconhecimento contabilístico dos resultados destas avaliações, tal teria conduzido a um impacto positivo da valorização das Propriedades de Investimento e no Resultado Líquido apurado na ordem dos 37,9 milhões de euros, traduzindo-se numa valorização percentual deste património muito superior à informação disponível sobre a valorização média do imobiliário que é conhecida em Portugal e em particular nas zonas onde se situa a generalidade do património detido pela Santa Casa.

Prudentemente, no caso das propriedades de investimento que se encontram arrendadas, a Mesa optou por aplicar ao valor das rendas anuais uma taxa de rentabilidade correspondente à média das taxas de rentabilidade em 2023 dos fundos de investimento imobiliário abertos. A aplicação da taxa definida teve o impacto positivo de 7.497.929 euros nos resultados de 2023.

No caso dos imóveis ou frações que se encontram devolutos, a valorização efetuada teve sobretudo em consideração a adição do custo incorrido com as obras de beneficiação ocorridas no ano.

Em termos de balanço, o aumento do justo valor dos imóveis de rendimento, adicionado às obras de adaptação requalificação efetuadas (investimento em curso), acrescido das doações e deduzido das alienações, regularizações e abates, aumentaram o valor das propriedades de investimento em 11.293.822 euros face ao valor reconhecido nesta rubrica em 2022.

Os rendimentos obtidos com propriedades de rendimento durante os exercícios de 2022 e 2023, foram como segue:

(euros)	
2023	2022
8 583 216	7 710 160

Os encargos incorridos com conservação e manutenção de propriedades de rendimento durante os exercícios de 2022 e 2023, foram os seguintes:

(euros)	
2023	2022
635 582	847 100

7.
tu
S
A
WX

7.
 Li
 Ar
 J
 NA

9. Ativos Intangíveis

O valor dos ativos intangíveis refere-se a programas informáticos adquiridos para suporte às atividades operacionais e administrativas da Santa Casa. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	(euros)	
	2023	2022
1 de janeiro de		
Custo de aquisição	11 883 659	11 706 062
Amortizações acumuladas	(11 669 417)	(11 230 195)
Valor líquido	214 242	475 866
Adições	307 883	177 598
Transferências e abates		-
Amortização - exercício	(198 151)	(439 222)
Valor líquido	323 973	214 242
31 de dezembro de		
Custo de aquisição	12 191 542	11 883 659
Amortizações acumuladas	(11 867 569)	(11 669 417)
Valor líquido	323 973	214 242

A Santa Casa procede à depreciação dos ativos intangíveis, em função da estimativa da vida útil e do eventual valor residual.

10. Ativos biológicos

A 31 de dezembro de 2022 e 2023, os ativos biológicos registados referem-se às seguintes naturezas:

	(euros)					
	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ao justo valor						
Montado de Sobro (produção de cortiça)	-	3 380 479	3 380 479	-	3 380 479	3 380 479
Montado de Azinho e Sobro (produção de fruto)	-		0	-		0
Olival Velho Tradicional	-	59 080	59 080	-	47 264	47 264
Montado de Sobro Jovem	-		-	-		0
Pinheiro Bravo	-	78 318	78 318	-	84 330	84 330
Carvalho	-	144 000	144 000	-	136 000	136 000
Eucalipto	-	150 670	150 670	-	139 080	139 080
	-	3 812 548	3 812 548	-	3 787 153	3 787 153

No período findo em 31 de dezembro de 2023, os ativos biológicos da Santa Casa compreendem várias unidades de produção de cortiça, de olival, de pinheiro-bravo, de carvalho e eucalipto detidas pela SCML e exploradas como tal.

R.
Li
Ar
f
MA

As medidas de quantificação física dos ativos biológicos, utilizadas a 31 de dezembro de 2023, divididos por tipologia, assim como as estimativas não financeiras efetuadas encontram-se descritas na tabela seguinte:

Ativo biológico/ produto agrícola	Medidas de quantificação	Fatores de cálculo
Montado de Sobre (produção de cortiça)		
Olival		
Pinheiro Bravo	Método de capitalização do rendimento	Rendimentos possíveis ou efetivos, fluxos contabilísticos dos custos de manutenção inerentes ao ciclo produtivo, taxa de capitalização e anos do ciclo de produção.
Carvalho		
Eucalipto		

A variação ocorrida no valor dos ativos biológicos, para o período apresentado, é como segue:

	(euros)					
	Montado de Sobre (produção de cortiça)	Pinheiro Bravo	Eucalipto	Olival Velho Tradicional	Carvalhos	Total
1 de Janeiro de 2022	3 570 946	61 538	121 695	-	-	3 754 179
Reduções						
- Desreconhecimento	-	-	-	-	-	-
- Extrações	-	(6 520)	-	-	-	(6 520)
Variações do justo valor	(190 467)	29 312	17 385	47 264	136 000	39 494
31 de dezembro de 2022	3 380 479	84 330	139 080	47 264	136 000	3 787 153
Reduções						
- Desreconhecimento	-	-	-	-	-	-
- Extrações	(169 892)	(50 564)	-	(1 441)	-	(221 897)
Variações do justo valor	169 892	44 552	11 590	13 257	8 000	247 292
31 de dezembro de 2023	3 380 479	78 318	150 670	59 080	144 000	3 812 548

A variação do justo valor ocorrida no exercício de 2023 é positiva em 247.292 euros (2022: positiva em 39.494 euros).

11. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como segue:

	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores						
Entidades relacionadas	i)	3 415 512	3 415 512	1 903 870		1 903 870
Financiamentos externos	ii)		-	557 714		557 714
Distribuição de Resultados do DJ	iii)	32 095 171	32 095 171	33 420 215		33 420 215
Adiantamentos CTT - Subsídios	iv)	66 746	66 746	102 299		102 299
Outros	v)	3 532 493	241 400	6 902 623	320 600	7 223 223
Pessoal	vi)	557 695		557 695		557 695
Devedores por acréscimos de rendimentos	vii)	1 699 896		1 699 896		1 699 896
Cobrança Duvidosa		3 294 624	3 294 624	180 935		180 935
Imparidade de Pessoal		(180 935)	(180 935)	(180 935)		(180 935)
Imparidade de outros devedores		(3 222 171)	(3 222 171)	(115 504)		(115 504)
Outros créditos a receber		41 259 031	241 400	44 072 731	320 600	44 393 331

- i) Entidades relacionadas: saldos resultantes das transações operacionais entre a Santa Casa, o Departamento de Jogos, a SAS, LHEA, SC Global e HCVP (Nota 38);
- ii) Financiamentos Externos: Valores a receber no âmbito de candidaturas a Medidas e Programas nacionais e da Comissão Europeia, e ao acordo de cooperação celebrado entre o IEFP (entidade que atribui subsídios à formação) e a Santa Casa;
- iii) Distribuição de Resultados do DJ: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados do Departamento de Jogos, a distribuir pelos beneficiários dos Jogos Sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011 de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril;
- iv) Adiantamentos CTT: Corresponde a adiantamentos efetuados sobre a emissão de vales para pagamento de subsídios;
- v) Outros: corresponde a dívidas de outros devedores. O valor inscrito em não corrente em 2022 e 2023 é relativo à dívida da Fundação Ricardo Espírito Santos Silva;
- vi) Pessoal: O valor global das dívidas ativas, respeitantes à Santa Casa, composto por pagamentos a pessoal, empréstimos e adiantamentos;
- vii) Devedores por acréscimos de rendimentos:

		(euros)	
		2023	2022
Juros a receber	i)	227 650	227 650
Outros rendimentos	ii)	488 830	488 830
		<u>716 480</u>	<u>716 480</u>

- i) Juros a receber: saldo referente à especialização de rendimentos de aplicações de tesouraria de curto-prazo;
- ii) Outros rendimentos: contempla diversas especializações de cuidados de saúde prestados, assim como a faturação de dezembro que apenas é integrada no mês seguinte.

F.
S. Ag
A
WA

12. Participações financeiras – método equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, os movimentos relacionados com as Participações Financeiras mensuradas através do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) são os constantes do quadro seguinte:

(euros)

	SAS	SOJOGO	Clínica Oriental de Chelas	SC GLOBAL	CVPSGH	LHEA	Total
1 de Janeiro de 2022	738 431	0	166 262	195 593	0	526 650	1 626 936
Empréstimos Concedidos - Transferências		892 804	-	-		125 000	1 017 804
Ganhos / (Perdas)		(400 000)	(96 687)	(195 593)		668 077	(24 203)
Prestação de Capital		-	-	9 500 000	8 028 423	-	17 528 423
Reversão de imparidade	619 464						619 464
Constituição de imparidade		(492 804)	-	(9 500 000)	(6 966 776)	-	(16 959 580)
31 de dezembro de 2022	1 357 896	0	69 576	0	1 061 647	1 319 726	3 808 845
Empréstimos Concedidos - Transferências	(572 635)		182 375	-		350 000	(40 260)
Ganhos / (Perdas)			(69 576)			(155 638)	(225 214)
Ajustamento em ativos financeiros						790 879	790 879
Prestação de Capital			-	5 990 213	6 140 133	-	12 130 346
Reversão de imparidade	325 472						325 472
Constituição de imparidade			(66 379)	(5 990 213)	(2 543 345)	-	(8 599 937)
31 de dezembro de 2023	1 110 733	0	115 995	0	4 658 435	2 304 968	8 190 132

SOJOGO - Associação Gestora dos Jogos Sociais de Moçambique

A SOJOGO, entidade gestora dos jogos sociais em Moçambique, foi constituída em novembro de 2004, tendo a SCML participado com bens no valor de 295.116 euros o que correspondia a 40% do Capital Social. Em 2021 a Santa Casa detinha 87,06% da entidade e atualmente detém 68,6% da SOJOGO.

Os empréstimos concedidos pela SCML à SOJOGO em 31 de dezembro de 2023 ascendem a cerca de 893 mil euros e encontram-se totalmente ajustados, por via da constituição de imparidades de igual montante.

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2022 e 2023, e os rendimentos e gastos gerados, conforme expresso nas demonstrações financeiras da SOJOGO, são como segue:

(euros)

	SOJOGO	
	2023	2022
Ativos		
Não correntes	58 921	72 759
Correntes	362 424	308 787
	421 346	381 547
Passivos		
Não correntes	-	-
Correntes	3 170 844	2 395 180
	3 170 844	2 395 180
Capital Próprio	(2 749 496)	(2 013 633)
	421 346	381 547
Atividade no ano		
Rendimentos	19 977 627	1 543 103
Gastos	(20 783 621)	(2 136 542)
Resultado líquido	(805 994)	(593 439)
% participação detida	68,6%	68,6%
	(552 589)	(406 862)

Porque o Capital Próprio da SOJOGO é negativo, foi constituída uma provisão na proporção da percentagem de participação detida pela SCML (nota 22).

SAS Apostas Sociais, Jogos e Apostas Online, SA

Esta Sociedade de Apostas Sociais foi constituída em janeiro de 2017 e a Santa Casa participou com o montante de 270 mil euros. A Santa Casa detém 54% da "SAS Apostas Sociais, Jogos e Apostas Online, SA" (2.700 ações), reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, nas suas contas individuais.

Em 2020 a SAS promoveu um aumento de capital social no valor global de 250.000 euros, que foi realizado por todos os acionistas proporcionalmente à sua participação, tendo a SCML ficado a deter 4.050 ações num valor global de 405.000 euros (750.000*54%).

As prestações acessórias de capital concedidas pela SCML à SAS ascendem a 12.659.999,68 euros e encontram-se ajustadas em 11.549.266,34 euros.

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2022 e 2023, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da Sociedade de Apostas Sociais, são como segue:

	SAS	
	2023	2022
<i>(euros)</i>		
Ativos		
Não correntes	162 876	194 404
Correntes	4 770 419	5 351 311
	<u>4 933 294</u>	<u>5 545 715</u>
Passivos		
Não correntes	-	-
Correntes	2 876 381	3 031 093
	<u>2 876 381</u>	<u>3 031 093</u>
Capital Próprio	<u>2 056 914</u>	<u>2 514 622</u>
Atividade no ano		
Rendimentos	1 362 302,4	10 867 982,0
Gastos	(782 983)	(9 720 826)
Resultado líquido	<u>579 319</u>	<u>1 147 156</u>
% participação detida	54%	54%
	<u>312 832</u>	<u>619 464</u>

Porque o Resultado Líquido da SAS foi positivo, foi ajustada a imparidade na proporção da percentagem de participação detida pela SCML (nota 22).

7.
Ag
S
f
W

COC – Clínica Oriental de Chelas

A Clínica Oriental de Chelas, Lda. foi fundada em 1978, com a designação de Policlínica Central de Chelas, tendo iniciado a atividade assistencial nas áreas da enfermagem, radioscopia e clínica geral. Posteriormente com as alterações societárias a designação foi alterada para Clínica Oriental de Chelas, Lda. A forma jurídica da COC é uma sociedade por quotas com um capital social de 30.000 euros.

Em 2020, foi autorizada a aceitação da proposta de doação modal, de duas quotas, uma no valor de 2.000 euros e outra no valor de 26.500 euros, perfazendo um total de 28.500 euros do capital social da COC. A SCML passou a deter 95% do capital social da COC e restante capital próprio (resultados transitados e reservas legais).

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2022 e 2023, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da COC, são como segue:

	(euros)	
	Clínica Oriental de Chelas	
	2023	2022
Ativos		
Não correntes	179 878	189 941
Correntes	288 715	206 761
	<u>468 594</u>	<u>396 702</u>
Passivos		
Não correntes	200 000	200 000
Correntes	338 467	123 464
	<u>538 467</u>	<u>323 464</u>
Capital Próprio	<u>(69 873)</u>	<u>73 237</u>
	<u>468 594</u>	<u>396 702</u>
Atividade no ano		
Rendimentos	985 556	1 158 742
Gastos	(1 126 450)	(1 260 517)
Resultado líquido	<u>(140 895)</u>	<u>(101 776)</u>
% participação detida	<u>95,0%</u>	<u>95,0%</u>
	<u>(133 850)</u>	<u>(96 687)</u>

Porque o Capital Próprio da COC é negativo, foi ajustado em resultados pela aplicação do MEP a proporção da percentagem de participação detida pela SCML e constituída uma imparidade.

SC Global– Santa Casa Global Unipessoal, Lda.

Em 2020, foi aprovado a proposta de Estatutos da Santa Casa Global Unipessoal Lda.

O capital social da sociedade foi fixado em cinco milhões de euros, o qual foi realizado em dinheiro até ao final do primeiro exercício social, ou seja, até 31 de dezembro de 2020. A SC Global é detida a 100% pela SCML.

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2022 e 2023, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da SC Global, são como segue:

	SC Global	
	2023	2022
<i>(euros)</i>		
Ativos		
Não correntes	354 655	18 118 248
Correntes	129 640	495 728
	<u>484 294</u>	<u>18 613 976</u>
Passivos		
Não correntes	24 079 275	1 950 000
Correntes	205 367	3 672 976
	<u>24 284 641</u>	<u>5 622 976</u>
Capital Próprio	<u>(23 800 347)</u>	<u>12 991 000</u>
	<u>484 294</u>	<u>18 613 976</u>
Atividade no ano		
Rendimentos	2 550	216 689
Gastos	<u>(42 698 816)</u>	<u>(7 873 686)</u>
Resultado líquido	<u>(42 696 266)</u>	<u>(7 656 997)</u>
% participação detida	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>
	<u>(42 696 266)</u>	<u>(7 656 997)</u>

Os ativos não correntes são fundamentalmente constituídos por empréstimos concedidos a empresas participadas para financiar investimentos com elevado risco e recuperabilidade incerta. Assim, por prudência, a SCML constituiu um ajustamento no valor global de 18.000.000 euros e desvalorizou na totalidade o valor da participação financeira na SC Global. Adicionalmente, foi constituída uma provisão (nota 22), no valor de 6.600.000 euros, correspondente ao valor do empréstimo contraído em 2022 pela Santa Casa Global Brasil, garantido sob a forma de "Stand by Letter" e com o aval da Santa Casa. Ainda em 2022 porque o Capital Próprio da SC Global já era negativo, foi constituída uma provisão na proporção da percentagem de participação detida pela SCML.

Em 2023, a SCML reconheceu a imparidade correspondente às prestações suplementares de capital efetuadas em 2023, no valor de 5.990.213 euros. Adicionalmente, foi constituída uma provisão (nota 22), no valor de 17.200.347 euros com a seguinte decomposição:

- 5.600.000 euros, correspondente ao valor do empréstimo contraído em 2023 pela Santa Casa Global Brasil, garantido sob a forma de "Stand by Letter" e com o aval da Santa Casa;
- 11.600.347 euros para fazer face a responsabilidades inerentes ao processo de internacionalização.

Handwritten notes in blue ink: a circled '7', 'A', 'S', and 'X'.

Assim, a 31.12.2023, encontra-se perdida a totalidade do capital social da SCG, no montante de 5.000.000 euros, a que acrescem as perdas das prestações suplementares, no valor de 23.990.213 euros, as responsabilidades garantidas junto do Banco Santander Brasil, no valor de 12.000.000 euros e as responsabilidades contingentes de 11.600.347 euros. Assim, até 31.12.2023 encontram-se reconhecidas nas contas da SCML perdas, no âmbito do processo de internacionalização dos jogos, no valor de 52.790.560 euros.

Poderão existir responsabilidades que não se encontram previstas no valor que se encontra reconhecido, dado que ainda não são conhecidos os resultados finais da auditoria forense ao processo de internacionalização que se iniciou em meados do ano de 2023, não sendo por isso possível determinar o nível de risco associado à eventual ocorrência de responsabilidades adicionais, se existentes, e muito menos a respetiva quantificação, pelo que esta matéria, na parte não provisionada, é enquadrável no disposto na alínea b) do ponto 12 da NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (SGH)

A CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (SGH) é a sociedade que explora o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa, mediante contrato de cessão de exploração celebrado em 3 de agosto de 1998. Esta sociedade tem o capital social de 2.500.000 euros.

Em 2020 a SCML adquiriu à Cruz Vermelha Portuguesa a participação de 54,98% que aquela Entidade detinha na CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (SGH), sendo que representa um valor escritural de 1.371.101,44 euros (274.880 ações * 4,988€ do valor nominal de cada ação).

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2022 e 2023, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da CVP, são como segue:

	(euros)	
	CVPSGH	
	2023	2022
Ativos		
Não correntes	28 968 102	27 155 786
Correntes	<u>18 864 208</u>	<u>14 379 165</u>
	<u>47 832 310</u>	<u>41 534 951</u>
Passivos		
Não correntes	17 333 555	8 397 792
Correntes	<u>22 025 176</u>	<u>31 206 049</u>
	<u>39 358 731</u>	<u>39 603 841</u>
Capital Próprio	<u>8 473 579</u>	<u>1 931 109</u>
	<u>47 832 310</u>	<u>41 534 951</u>
Atividade no ano		
Rendimentos	34 211 253	25 669 458
Gastos	<u>(39 570 803)</u>	<u>(31 420 848)</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>1 170 855</u>	
Resultado líquido	<u>(4 188 695)</u>	<u>(5 751 390)</u>
% participação detida	<u>54,98%</u>	<u>54,98%</u>
	<u>(2 302 777)</u>	<u>(3 161 884)</u>

Porque o Capital Próprio da CVP (sem prestações de capital) é negativo, foi constituída uma imparidade na proporção da percentagem de participação detida pela SCML.

LHEA - Association For Lifelong Health Education

Em abril de 2019, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa estabeleceu uma parceria para o desenvolvimento do projeto de criação e exploração da Escola de Estudos Pós-Graduados em saúde a desenvolver no concelho de Cascais.

A LHEA é constituída por 5 entidades (sócios fundadores), detendo a SCML 24,39% do Fundo Patrimonial da Associação (500.000€/2.050.000€).

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2022 e 2023, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da LHEA, são como segue:

	LHEA	
	2023	2022
<i>(euros)</i>		
Ativos		
Não correntes	16 620 646	9 134 993
Correntes	1 280 350	1 669 909
	<u>17 900 995</u>	<u>10 804 902</u>
Passivos		
Não correntes	10 295 183	5 147 232
Correntes	102 870	759 242
	<u>10 398 053</u>	<u>5 906 475</u>
Capital Próprio		
	<u>7 502 942</u>	<u>4 898 427</u>
	<u>17 900 995</u>	<u>10 804 902</u>
Atividade no ano		
Rendimentos	945 820	884 390
Gastos	(1 583 708)	(1 083 470)
Resultado líquido	<u>(637 888)</u>	<u>(199 080)</u>
% participação detida		
	<u>24,39%</u>	<u>24,39%</u>
	<u>(155 582)</u>	<u>(48 556)</u>

Porque o Capital Próprio da LHEA é constituído por doações e subsídios não reembolsáveis foi efetuado o ajustamento ao MEP por capital e gastos na proporção da percentagem de participação detida pela SCML.

7
5. A9
A
WX

13. Participações financeiras – outros métodos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital de natureza diversa, como segue:

Método de mensuração		(euros)	
		2023	2022
Ao justo valor			
Ações nacionais cotadas	i)	349 138	347 147
Ações internacionais cotadas	ii)	7 852	7 793
Unidades de Participação Nacionais	iii)	10 114 302	7 511 559
Títulos de dívida pública perpétua		42 533	42 528
Ao custo			
Ações nacionais e internacionais não cotadas	iv)	691 057	728 557
Obrigações nacionais e internacionais não cotadas	iv)	1 000 000	1 000 000
Outros	iv)	154 675	154 675
Total		12 359 557	9 792 259

- i) Ações cotadas no índice bolsista PSI 20, as quais se encontram valorizadas ao valor de mercado;
- ii) Ações estrangeiras cotadas nos respetivos países, valorizadas ao valor de mercado;
- iii) Subscrição de obrigações emitidas por entidades nacionais e internacionais, encontrando-se valorizadas ao justo valor;
- iv) Participações de capital em empresas nacionais e internacionais que não se encontram cotadas, encontrando-se valorizadas ao custo histórico.

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

(euros)			
	Mensuração justo valor	Mensuração custos	Total
1 de janeiro de 2022	7 834 028	1 883 232	9 717 260
Adições	-	-	-
Ajustamento de justo valor	87 143	-	87 143
Alienações/Liquidações	(12 144)	-	(12 144)
31 de dezembro de 2022	7 909 027	1 883 232	9 792 259
Adições	15 000	-	15 000
Ajustamento de justo valor	4 400 054	-	4 400 054
Alienações/Liquidações	(1 810 256)	(37 500)	(1 847 756)
31 de dezembro de 2023	10 513 825	1 845 732	12 359 557

Ag
 Si 7
 A
 WA

14. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2022 e 2023 é como segue:

	(euros)	
	2023	2022
Mercadorias	115 773	125 596
Outros artigos	76 702	86 525
Artigos papel	20 949	20 949
Artigos casa	9 834	9 834
Artigos moda	2 574	2 574
Livros e publicações	5 714	5 714
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	818 889	849 969
Produtos farmacêuticos	194 492	204 822
Material consumo clínico	502 157	490 230
Aparelhos ortopédicos e outros	99 317	129 314
Limpeza, higiene e conforto	21 824	24 802
Produtos dietéticos	1 099	802
Imparidade de inventários	(6 500)	(6 500)
Total inventários	928 162	969 066

O custo dos inventários reconhecidos em 2023 como gasto e incluído na rubrica “custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 3.726.369 euros (2022: 4.184.860 euros).

15. Clientes/Utentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023 a decomposição da rubrica de clientes/utentes é como segue:

		2023			2022		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes de Ação Social	i)	253 980	-	253 980	204 403	-	204 403
Inquilinos		502 307	-	502 307	804 092	-	804 092
Clientes saúde	ii)	5 120 766	-	5 120 766	1 873 131	-	1 873 131
Clientes de estabelecimento de ensino		40 520	-	40 520	61 693	-	61 693
Outros clientes		824	-	824	4 728	-	4 728
Clientes cobrança duvidosa	iii)	49 374 853	-	49 374 853	47 443 940	-	47 443 940
		<u>55 293 251</u>	<u>-</u>	<u>55 293 251</u>	<u>50 391 988</u>	<u>-</u>	<u>50 391 988</u>
Imparidade de clientes da Ação Social		(88 050)	-	(88 050)	(97 882)	-	(97 882)
Imparidade de inquilinos		(1 730 373)	-	(1 730 373)	(1 570 673)	-	(1 570 673)
Imparidade de clientes saúde		(47 454 453)	-	(47 454 453)	(45 679 842)	-	(45 679 842)
Imparidade de clientes de estab. de ensino		(101 774)	-	(101 774)	(95 341)	-	(95 341)
Imparidade de outros clientes		(203)	-	(203)	(203)	-	(203)
		<u>(49 374 853)</u>	<u>-</u>	<u>(49 374 853)</u>	<u>(47 443 940)</u>	<u>-</u>	<u>(47 443 940)</u>
Total		5 918 398	-	5 918 398	2 948 047	-	2 948 047

P.
Ag
SA

- i) Clientes ação social – relativo aos utentes dos estabelecimentos do Departamento de Ação Social e Saúde;
- ii) Clientes saúde – relativo aos utentes dos estabelecimentos do Departamento de Ação Social e Saúde, Hospital Ortopédico de Sant’Ana e Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão;
- iii) Clientes de cobrança duvidosa – relativo aos serviços prestados/faturados cujas faturas se encontram vencidas com significativa antiguidade.

Imparidade de clientes

	(euros)	
	2023	2022
1 de janeiro	47 443 940	45 904 187
Aumentos	2 174 083	1 717 030
Utilizações	(66 812)	(82 334)
Reduções	(176 358)	(94 942)
31 de dezembro	49 374 853	47 443 940

Adiantamento de clientes

O adiantamento de clientes reconhecido no passivo corrente no valor de 533.520 euros corresponde ao arredamento em 2021 de um edifício da SCML à EMEL e é relativo ao terceiro ano de contrato, findo o período de carência de dois anos.

16. Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023, os saldos de Estado e outros entes públicos são os seguintes:

	2023		2022	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/ rendimento - IRS		936 947		1 115 468
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	697 241	1 665 606	910 457	893 107
Contribuições p/ segurança social e CGA		3 280 508		3 182 444
Outros impostos	1 094	166	1 094	
	698 336	5 883 227	911 551	5 191 019

Os saldos devedores de IVA referem-se a pedidos de reembolso efetuados.

O saldo devedor de outros impostos, corresponde sobretudo ao valor entregue a mais ao Estado, relativo a um processo de penhora de crédito, que se encontra a aguardar regularização.

Os saldos credores de Imposto s/rendimento - IRS, contribuições para Segurança Social e para Caixa Geral de Aposentações são referentes ao mês de dezembro, não existindo qualquer valor em mora.

17. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a Santa Casa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	(euros)	
	2023	2022
Rendas e outros serviços	1 538 741	1 480 836
Gastos a reconhecer	1 538 741	1 480 836
Rendas de Propriedades de Investimento	579 059	608 732
Outros rendimentos	209 455	209 678
Rendimentos a reconhecer	788 515	818 410

Em gastos a reconhecer encontram-se registados valores relativos a rendas de espaços arrendados pela SCML referentes a janeiro de 2023, a seguros referentes ao primeiro trimestre de 2023 e a outros gastos incorridos referentes a períodos subsequentes.

Em rendimentos a reconhecer encontra-se registada a especialização de rendas de propriedades de investimento, processadas em dezembro de 2023, mas referentes a janeiro de 2023.

Em outros rendimentos a reconhecer, estão relevadas as matrículas e inscrições recebidas pela ESSA em agosto e setembro relativas ao ano letivo 2023/2024, bem como outros rendimentos referentes a períodos subsequentes.

18. Fundo Social

A Santa Casa não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como "Fundo Social" refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

19. Resultados transitados

Os movimentos registados em resultados transitados nos exercícios de 2022 e 2023 são os seguintes:

Exercício 2022:

- a) -39.835.377 euros: pela aplicação do resultado líquido do exercício de 2021.

Exercício 2023:

- a) -12.433.502 euros: pela aplicação do resultado líquido do exercício de 2022.

Ag
S. P.
W

20. Ajustamentos em ativos financeiros

Os movimentos registados em 2023 na rubrica de ajustamentos em ativos financeiros são relativos a subsídios ao investimento não reembolsáveis e doações atribuídos à LHEA e registados no capital próprio, os quais valorizaram a participação financeira da SCML na LHEA. A incorporação em resultados será efetuada pela aplicação do método de equivalência patrimonial à medida que os subsídios forem reconhecidos em resultados da LHEA na proporção das depreciações dos ativos que foram subsidiados.

(euros)	
LHEA	
31 de dezembro de 2022	-
Aumento	1 536 785
Redução	-
31 de dezembro de 2023	1 536 785

21. Outras variações no capital próprio

A rubrica “Outras variações no capital próprio”, refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos nos exercícios de 2022 e 2023:

(euros)				
	Doações	Subsídios	Fundo de Pensões	Total
1 de Janeiro de 2022	40 024 814	4 244 588	(31 352 020)	12 917 382
Adições/ Reforços	491 233	-	-	491 233
Perdas e ganhos atuariais	-	-	1 195 758	1 195 758
Regularização por resultados	-	(175 299)	-	(175 299)
1 de Janeiro de 2023	40 516 047	4 069 289	(30 156 262)	14 429 073
Adições/ Reforços	52 657	100 250	-	152 907
Perdas e ganhos atuariais	-	-	(1 812 618)	(1 812 618)
Regularização por resultados	-	(371 506)	-	(371 506)
31 de dezembro de 2023	40 568 703	3 798 033	(31 968 880)	12 397 856

Doações

O saldo de “Doações” respeita à integração em património da Santa Casa, respeitante a bens doados por beneméritos, refletindo o valor de avaliação que lhes é atribuído.

O movimento de “Adições/Reforços” está associado à integração de novos bens doados durante o exercício.

F.
tes
MA

Subsídios

Os saldos de subsídios ao investimento respeitam aos seguintes programas:

	(euros)	
	2023	2022
POC - Obras de Remodelação / Ampliação do Museu de S. Roque	328 664	345 796
PORLISBOA - UCCI Rainha Dona Leonor	3 369 119	3 723 493
PRR RILVAS	53 250	-
OEIRAS	47 000	-
	3 798 033	4 069 289

Os movimentos do período refletem as adições/reforços no valor de 100.250 euros e a regularização dos subsídios ao investimento (em 2023: 371.506 euros e em 2022: 175.299 euros) em resultado da depreciação verificada nos ativos subsidiados, por contrapartida dos resultados do exercício, na rubrica de “Outros rendimentos”.

Fundo de Pensões

Os movimentos do período decorrem da aplicação da NCRF 28 – Benefícios dos empregados, relativamente aos ganhos e perdas atuariais ocorridos.

22. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, o detalhe da rubrica de “Provisões” apresenta os seguintes valores:

	(euros)			
	Processos judiciais	Conservação de jazigos	Outras provisões	Total
1 de janeiro de 2022	7 487 179	3 900 347	5 882 543	17 270 069
Dotação	8 172 165	809 994	6 600 000	15 582 159
Utilização	(34 281)	(187 640)	-	(221 921)
Atualização efeito desconto	-	-	-	-
Redução	(2 655 533)	-	(4 501 996)	(7 157 530)
31 de dezembro de 2022	12 969 529	4 522 702	7 980 547	25 472 778
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	12 969 529	4 522 702	7 980 547	25 472 778
	12 969 529	4 522 702	7 980 547	25 472 778

	(euros)			
	Processos judiciais	Conservação de jazigos	Outras provisões	Total
1 de janeiro de 2023	12 969 529	4 522 702	7 980 547	25 472 778
Dotação	1 147 556	69 675	17 704 856	18 922 087
Utilização	(2 530)	(231 871)	-	(234 401)
Atualização efeito desconto	-	-	-	-
Redução	(1 302 812)	-	-	(1 302 812)
31 de dezembro de 2023	12 811 744	4 360 505	25 685 403	42 857 652
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	12 811 744	4 360 505	25 685 403	42 857 652
	12 811 744	4 360 505	25 685 403	42 857 652

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'Z.' at the top right, a signature, and the initials 'MX' at the bottom right.

Processos judiciais

Provisão constituída segundo a avaliação que a Santa Casa efetua da sua exposição a contingências legais, nomeadamente processos de natureza laboral e civil nos quais a SCML é ré. Os incrementos registados em 2023 resultam dos processos instaurados no decorrer deste período, correspondendo aos montantes que eventualmente venham a ser encargo da Santa Casa, quando expectáveis ou apurados com base em estimativas por parte da Direção Jurídica da SCML. As reduções decorrem de processos judiciais em curso com conclusão favorável em 2023.

Conservação de jazigos

À data da transição para o SNC a Santa Casa reconheceu uma provisão quanto a encargos perpétuos com a conservação e manutenção de jazigos, responsabilidade assumida no âmbito de processos de herança em que a SCML figura como beneficiária.

Em 2023 utilizou-se a provisão pelos gastos de conservação incorridos no período e reforçou-se a provisão.

Outras provisões

Em 2022 e 2023 foram reconhecidos na rubrica de outras provisões os seguintes valores:

	(euros)				
	SAS	HCV	SCG	SOJOGO	Total
1 de janeiro de 2022	-	3 881 419		2 001 124	5 882 543
	-		6 600 000	-	6 600 000
	-	(3 881 419)		(620 577)	(4 501 996)
31 de dezembro de 2022	-	-	6 600 000	1 380 546,82	7 980 547
Aumento	-	-	17 200 347	504 509	17 704 856
Redução	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2023	-	0	23 800 347	1 885 056	25 685 403

23. Responsabilidade por benefícios pós-emprego

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações ("CGA"), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, a Santa Casa contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos exercícios.

Encontram-se, ainda, registadas responsabilidades com complemento de pensões atribuídos de acordo com o regulamento de pessoal, a todos os colaboradores aposentados ou reformados cujo valor do rendimento per capita dos respetivos agregados familiares seja igual ou inferior à retribuição mínima garantida. Estes

Ass
 J.P.
 A
 M

colaboradores aposentados ou reformados beneficiam também do reembolso de encargos com saúde, bem como aqueles que, encontrando-se no ativo, sofram de doença crónica grave e/ou incapacitante.

Em termos globais, o impacto destas responsabilidades nas demonstrações financeiras da SCML é como segue:

		(euros)	
		2023	2022
Obrigações no balanço			
Complemento de pensões		(5 291 365)	(4 159 042)
		<u>(5 291 365)</u>	<u>(4 159 042)</u>
		(euros)	
		2023	2022
Gastos na demonstração dos resultados			
Complemento de pensões		169 705	114 254
		<u>169 705</u>	<u>114 254</u>

O estudo atuarial desenvolvido por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2023, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essa data, teve por base os seguintes pressupostos:

	2023	2022
Taxa anual de desconto	4,25%	3,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,62%	1,00%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,25%	1,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	0,75% EVK 80	0,75% EVK 80

A taxa de desconto de 4,25%, aplicada em 2023, tem em conta o comportamento do mercado e os “cash flows” que integram as responsabilidades do fundo de pensões.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023 a cobertura das responsabilidades da Santa Casa pelos ativos do Fundo era a seguinte:

		(euros)	
		2023	2022
Valor presente da obrigação		(44 536 547)	(44 625 833)
Justo valor dos ativos do plano		39 245 182	40 466 791
Obrigaçã o no balanço		<u>(5 291 365)</u>	<u>(4 159 042)</u>

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Fundo de Pensões, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, detalha-se como segue:

		(euros)	
		2023	2022
Valor presente da obrigação		(44 536 547)	(44 625 833)
Justo valor dos ativos do plano		39 245 182	40 466 791
Obrigaçã o no balanço		<u>(5 291 365)</u>	<u>(4 159 042)</u>

Ar
Si
A
Wx

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2023, o património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução:

	(euros)	
	2023	2022
1 de janeiro	40 466 791	43 939 463
Revisão % alocação	870 493	-
Contribuições entregues	850 000	6 048 000
Ganhos/ (perdas) atuariais	1 676 973	(4 389 204)
Benefícios pagos	(5 777 988)	(5 546 628)
Retorno esperado dos ativos do	1 158 913	415 160
31 de dezembro	39 245 182	40 466 791

O Fundo de Pensões, na sua totalidade, ou seja, componente Santa Casa e Departamento de Jogos, era composto pelos seguintes ativos, com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2023:

	(euros)	
	2023	2022
Obrigações	20 457 200	21 453 593
Acções	1 692 481	1 400 729
Depósitos a curto prazo	1 256 014	1 746 496
Fundos de Investimento	22 749 337	24 022 168
Outros	9 254	9 114
	46 164 286	48 632 100

Em 2022 e 2023 o impacto dos gastos suportados com os serviços correntes e juros não foi compensado pelo retorno esperado dos ativos do plano acrescentando aos gastos com o pessoal, os seguintes valores:

	(euros)	
	2023	2022
Revisão % alocação	(43 343)	-
Custos serviços correntes	(283)	(1 415)
Custos dos juros	(1 284 992)	(527 999)
Retorno estimado dos ativos do plano	1 158 913	415 160
Total incluído em gastos com pessoal	(169 705)	(114 254)

24. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023 a decomposição da rubrica "Fornecedores" era como segue:

	(euros)					
	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores gerais i)	7 607 403	-	7 607 403	7 290 331	-	7 290 331
Fornecedores faturas em receção	1 840 511	-	1 840 511	2 847 364	-	2 847 364
Total saldo fornecedores	9 447 914	-	9 447 914	10 137 695	-	10 137 695

Fornecedores gerais: saldos credores referentes a transações de natureza operacional, como sejam aquisições de refeições confeccionadas ou honorários por serviços profissionais prestados.

Am
S.P.
A
NA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, os saldos de fornecedores em conta corrente mais significativos, referem-se às seguintes entidades:

Entidade	(euros)	
	2023	2022
SERVILIMPE-LIMPEZAS TÉCNICAS MECÂNICAS	1 011 997	776 151
STRONG CHARON - SOLUÇÕES DE SEGURANÇA	992 561	527 964
ITAU - INSTITUTO TECNICO DE ALIMENTAÇÃO	838 578	1 766 665
CLECE, S.A.	278 555	261 428
SERVIÇO UTILIZAÇÃO COMUM HOSPITAIS	224 262	503 920
SCHMITT - ELEVADORES, LDA	208 888	33 922
HEWLETT-PACKARD PORTUGAL LDA	207 322	240 237
HEALTHCARESERVICES. HECS	200 170	-
ERS SOLUTIONS, LDA	186 713	266 300
WIKIBUILD, S.A.	182 051	121 750
GOLD ENERGY	182 031	-
EUREST (PORTUGAL)	163 648	163 648
EUROSAFE - MANUFACTURING OF MILITAR	148 352	1 783
OMEP - OBRAS MEDICOES PROJECTOS LDA	142 433	245 126
MUNICÍPIO DE LISBOA	124 619	124 641
BDO & ASSOCIADOS	124 338	-
PVW TINSA - AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS	123 000	90 853
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS FARMACIAS	111 578	134 187
CUNHA & BARROSO LDA	110 398	110 398
ACCENTURE - CONSULTORES DE GESTÃO,	101 230	-
Outros	3 785 189	4 768 721
Total	9 447 914	10 137 695

25. Financiamentos Obtidos

Descrição dos empréstimos obtidos.

Entidade	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Banco Santander	293 389	5 574 391	5 867 780	-	-	-
Total	293 389	5 574 391	5 867 780	-	-	-

26. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

		2023			2022		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos	i)	3 441 982	-	3 441 982	1 864 887	-	1 864 887
Outros credores							
Credores por subsídios a pagar	ii)	51 242	-	51 242	86 227	-	86 227
ISS - Estabelecimentos Integrados	iii)	794 860	-	794 860	794 860	-	794 860
Ent. beneficiárias do Fundo Invest. e Desenv.	iv)	2 706 552	-	2 706 552	4 054 307	-	4 054 307
Pecúlio de Utentes	v)	2 015 805	-	2 015 805	1 888 982	-	1 888 982
Outros		3 354 011	-	3 354 011	3 847 217	-	3 847 217
Pessoal		56 245	-	56 245	44 138	-	44 138
Credores por acréscimos de gastos	vi)	23 015 725	-	23 015 725	21 799 904	-	21 799 904
Outras dívidas a pagar		35 436 423	-	35 436 423	34 380 522	-	34 380 522

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'A29', 'Si', 'F.', and a large signature.

- i) Fornecedores de investimentos: o saldo de fornecedores de investimentos respeita a aquisições de bens com a natureza de ativos fixos tangíveis e encargos com reparação e manutenção de equipamentos quando se enquadram dentro da política contabilística estabelecida para a Santa Casa (Nota 4.2);
- ii) Credores por subsídios a pagar: saldos relativos a prestações concedidas, pela Santa Casa, a pessoas desfavorecidas;
- iii) ISS – Estabelecimentos Integrados: no âmbito da cedência da gestão dos estabelecimentos integrados do ISS, IP., por força do Orçamento do Estado para 2011, cabe à SCML o reembolso referente aos encargos incorridos pelo ISS, IP no período de transição. O montante em dívida aguarda eventual encontro de contas face à dívida do ISS à SCML;
- iv) Entidades beneficiárias do fundo de investigação e desenvolvimento (FID): este saldo respeita a compromissos assumidos com entidades no âmbito do FID e cujos pagamentos só estão previstos ocorrer em anos futuros;
- v) Pecúlio de Utentes: Valores que estão à guarda da SCML, porque os utentes não têm capacidade de movimentação dos seus fundos ou porque demonstraram vontade de que os seus valores monetários fossem geridos pela SCML;
- vi) Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como segue:

		(euros)	
		2023	2022
Remunerações a liquidar	a)	20 598 373	20 247 203
Outros gastos	b)	2 417 352	1 552 700
		23 015 725	21 799 904

- a) Remunerações a liquidar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o período, a serem pagos durante o período subsequente;
- b) Outros gastos: especializações de gastos operacionais diversos.

27. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados em 2022 e 2023 é o seguinte:

		(euros)	
		2023	2022
Vendas de Produtos	i)		
Livros e publicações		17 337	18 376
Artigos museu S. Roque		2 954	3 230
Alimentação		68 507	57 942
Trab. Prod. Utentes		5 667	5 539
Artigos médicos		181 668	284 822
NFT		-	565
Outros bens		7 232	7 726
Subtotal		283 365	378 201
Prestação de serviços - Ação Social	ii)		
Estrutura Residencial		3 025 894	2 772 777
Serviço de Apoio Domiciliário		958 548	865 156
Creche		177 940	255 167
Centro de dia		442 045	321 804
Jardim de infância		102 397	133 987
Creche familiar		7 712	22 858
Outras prestações de serviços		128 712	121 637
Subtotal		4 843 248	4 493 386
Prestação de serviços - Ensino	iii)		
Inscrições		102 372	103 084
Matrículas		48 500	50 400
Propinas		1 533 024	1 609 568
Candidaturas		24 365	26 640
Outras		42 940	47 157
Subtotal		1 751 201	1 836 849
Prestação de serviços - Património	iv)		
Rendas de Terrenos		67 836	42 622
Rendas de Edifícios		8 495 438	7 648 815
Outras		260 011	148 781
Subtotal		8 823 285	7 840 218
Outras Prestações de Serviços			
Saúde	ii)	23 622 455	22 614 596
Outras		341 175	343 765
Subtotal		23 963 630	22 958 361
Vendas e serviços prestados		39 664 729	37 507 015

Ag
S. R.
IX

- i) Rédito de vendas de produtos: rédito das vendas de artigos de merchandising comercializados no Museu de S. Roque, venda de bens doados e venda de Non Fungible Token (NFT);
- ii) Rédito da prestação de serviços de ação social e saúde: rédito associado aos serviços de ação social e saúde prestados pela Santa Casa;
- iii) Rédito da prestação de serviços de Ensino: compreende inscrições, matrículas, propinas e candidaturas, decorrente da atividade da ESSA;
- iv) Rédito da prestação de serviços inerente ao Património Imobiliário: compreende rendas de terrenos e de edifícios, de estacionamento, cedência de instalações e condomínios.

28. Subsídios de Fundos Europeus e Programas cofinanciados

O detalhe dos rendimentos referentes a fundos europeus e programas cofinanciados, no âmbito de candidaturas a Medidas e Programas Nacionais e da Comissão Europeia, para os exercícios de 2022 e 2023, é o seguinte:

	(euros)	
	2022	2021
Acordo de Cooperação com IEFP	745 000	745 000
PorLisboa - Qualifica	87 805	-
Fundação Ciência e Tecnologia	157 320	84 001
Apoio ao Emprego	296 139	209 648
Herdade Évora Monte	83 224	88 596
Programa Apoio Complementar	271 663	204 144
PRR Impulso Adultos		242 880
Outros	118 169	177 278
	<u>1 759 320</u>	<u>1 751 546</u>

29. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, para os exercícios de 2022 e 2023, é o seguinte:

	(euros)			
	Mercadorias		Matérias diversas	
	2023	2022	2023	2022
Existências iniciais	125 596	118 542	843 469	770 813
Compras	2 018	13 307	3 802 165	4 307 175
Regularizações	-	-	(118 718)	(55 911)
Existências finais	<u>115 773</u>	<u>125 596</u>	<u>812 389</u>	<u>843 469</u>
	<u>11 842</u>	<u>6 253</u>	<u>3 714 527</u>	<u>4 178 607</u>

	2023	2022
Mercadorias	11 842	6 253
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	<u>3 714 527</u>	<u>4 178 607</u>
Total do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	<u>3 726 369</u>	<u>4 184 860</u>

30. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos para os exercícios de 2022 e 2023 é como segue:

	(euros)	
	2023	2022
Refeições confeccionadas	13 586 965	12 510 941
Limpeza das instalações	7 231 984	7 578 717
Trabalhos especializados	6 025 270	5 936 207
Conservação e reparação	5 509 523	6 644 099
Vigilância e segurança	5 431 844	5 483 838
Licenças software	3 250 558	3 322 506
Honorários e Trabalho Temporário	3 187 413	3 161 555
Rendas e alugueres	2 663 924	2 391 569
Deslocações, estadas e transportes	2 604 006	2 244 810
Encargos com saúde de utentes	1 998 399	1 270 872
Outros encargos com atividade	1 590 291	1 465 084
Combustíveis e outros fluidos	1 197 217	1 503 777
Outros	936 235	807 690
Água	901 954	846 565
Electricidade	821 824	1 185 558
Lavandaria	800 548	760 271
Comunicações	769 812	879 317
Consumíveis	606 797	673 644
Publicidade, patrocínios e com. Institucional	573 497	2 355 596
Seguros	558 153	570 649
Outros artigos e bens de baixo valor	340 637	363 244
Total dos fornecimentos e serviços externos	60 586 849	61 956 510

Refeições confeccionadas: custos suportados com a aquisição de refeições confeccionadas, as quais são fornecidas aos Equipamentos Sociais e de Saúde da Santa Casa;

Trabalhos especializados: valores pagos por conta de serviços de consultadoria, trabalhos especializados de informática e restauro de obras de arte, entre outros;

Limpeza das instalações; vigilância; comunicações; eletricidade, outros encargos com atividade; combustíveis e outros fluidos; água e lavandaria: rubricas que comportam os encargos de funcionamento;

Conservação e reparação: trata-se de obras de conservação preventivas de edifícios e equipamentos da Santa Casa que não configuram ativos fixos tangíveis;

Honorários e trabalho temporário: valores suportados com pessoal externo à Santa Casa, no âmbito dos serviços prestados pela Ação Social e docentes da ESSA;

Encargos com saúde de utentes; diversos encargos com saúde;

Publicidade, patrocínios e comunicação institucional: encargos no âmbito da comunicação institucional (destacando iniciativas em festivais e em outros eventos de carácter cultural e desportivo) e patrocínios atribuídos, bem como publicação de anúncios de carácter legal e obrigatório, como por exemplo, publicação de concursos públicos;

AD
S. P.
A
MA

Rendas e alugueres: valores suportados com o arrendamento de propriedades imobiliárias e aluguer operacional de viaturas;

Licenças de software: encargo anual com licenciamento dos programas de computador reconhecidos em ativos intangíveis;

Deslocações, estadas e transportes: encargos referentes a pessoal e utentes, incluindo deslocações em atividades de férias de utentes;

Consumíveis: valores suportados com aquisição de consumíveis para equipamento informático, tipográfico e reprográfico, produtos de higiene e conforto, impressos e outro material de consumo corrente;

Seguros: encargos com seguros de utentes, de responsabilidade civil inerente à atividade e seguros sobre equipamento e imóveis;

Outros artigos de baixo valor: eletrodomésticos, equipamentos eletrónicos, artigos de decoração, equipamento informático e mobiliário diverso de valor até 200 euros são reconhecidos como gastos do período (Nota 4.2).

É, ainda, de referir que a Santa Casa goza de isenção incompleta de IVA, dada a atividade que prossegue. Decorrente desta situação, o IVA não é dedutível, pelo que se repercute diretamente em Fornecimentos e Serviços Externos.

31. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos nos exercícios de 2022 e 2023, foram como segue:

	(euros)	
	2023	2022
Remunerações		
Órgãos sociais	568 314	480 296
Pessoal	120 456 001	117 917 659
Subtotal	121 024 315	118 397 955
Encargos sociais		
Prémios para benefícios reforma	169 705	114 254
Encargos sobre remunerações	25 577 302	25 255 465
Gastos de ação social	676 482	676 561
Outros	3 709 580	3 201 327
Subtotal	30 133 069	29 247 606
Gastos com o pessoal	151 157 384	147 645 561

O número de empregados da Santa Casa a 31 de dezembro de 2023 era de 6.023 (2022: 6.080).

32. Rendimentos dos Jogos Sociais

Os rendimentos dos Jogos Sociais em 2022 e 2023 foram como segue:

	2023	2022
Jogos sociais	174 608 360	176 399 722
Prémios caducados	6 508 398	8 648 848
Rendimentos Apostas Desportivas à cota	9 440 238	9 958 994
Rendimentos Eurosorteio	532 130	-
	191 089 124	195 007 564

Jogos sociais: consiste no rendimento da Santa Casa enquanto beneficiária dos Jogos Sociais, conforme percentagem de afetação dos resultados do Departamento de Jogos contemplada no Decreto-Lei n.º 56/2006, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011 de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º 106/2011 de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril;

Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade dos prémios dos Jogos Sociais de Lotaria Nacional, Euromilhões, Apostas Desportivas à Cota e Totosorteio explorados pelo Departamento de Jogos (Nota 4.20);

Rendimentos Apostas Desportivas à Cota: trata-se essencialmente do rendimento da Santa Casa pelas deduções legais de 2% sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 67/2015.

Rendimentos Eurosorteio: trata-se essencialmente do rendimento da Santa Casa pelas deduções legais de 2% sobre receitas do Eurosorteio, conforme estabelecido no Regime Jurídico da Exploração e Prática das Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 67/2015.

33. Outros Rendimentos

Os outros rendimentos obtidos em 2022 e 2023 foram como segue:

	2023	2022
Correções relativas a períodos anteriores	412 792	1 094 991
Protocolo com Centro Distrital de Lisboa	37 978 963	264 088
Heranças, legados e doações	264 380	699 015
Outros	1 901 959	2 980 918
	40 558 094	5 039 012

Protocolo com Centro Distrital de Lisboa: reembolso de despesas extraordinárias suportadas no âmbito da pandemia e de subsídios atribuídos pela Santa Casa a utentes em situação de toxicodependência, refugiados, requerentes de asilo e para tratamento de alcoólicos, bem como ajudas técnicas, de acordo com o orçamento anual aprovado pelo Centro Distrital.

Outros: de destacar as indemnizações de resultantes de incumprimentos contratuais.

F. A
S. W
A

34. Subsídios atribuídos e outros gastos

Os subsídios atribuídos e outros gastos obtidos em 2022 e 2023 foram como segue:

	(euros)	
	2023	2022
Correções relativas a períodos anteriores	412 792	1 094 991
Protocolo com Centro Distrital de Lisboa	37 978 963	264 088
Heranças, legados e doações	264 380	699 015
Outros	1 901 959	2 980 918
	<u>40 558 094</u>	<u>5 039 012</u>

- i) Subsídios a utentes e a entidades para diversas finalidades e ajudas técnicas atribuídas a utentes;
- ii) Encargos de formação (ex: bolsas de estudo) suportados pela Santa Casa no âmbito da Ação Social;
- iii) Outros: outros gastos que não se incluem nas rubricas anteriores.

35. Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos juros e gastos e rendimentos similares nos exercícios de 2022 e 2023 é como segue:

	(euros)	
	2023	2022
Gastos e perdas financeiras		
Juros pagos	(17 002)	(39)
	<u>(17 002)</u>	<u>(12 711)</u>
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	i) 917 016	11 795
Juros de aplicações financeiras do DJ	ii) 5 636 197	388 916
Juros de obrigações	100 004	100 138
Dividendos investimentos financeiros	25 651	93 001
Outros	131 441	77 879
	<u>6 810 309</u>	<u>671 729</u>

- i) Juros obtidos: juros de aplicações de curto prazo;
- ii) Juros de aplicações financeiras do DJ: reconhecimento pela Santa Casa, dos juros das aplicações financeiras do Departamento de Jogos, conforme previsto no artigo 5º do Decreto-Lei 44/2011 de 24 de março.

36. Compromissos

Os compromissos assumidos pela Santa Casa, à data do balanço dos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2023, correspondem a locações operacionais de viaturas, cujo resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de dezembro de 2023, é a seguinte:

(euros)			
Rendas vincendas	< 1 ano	1 - 5 anos	Total
Aluguer Operacional de Viaturas	414 867	270 262	685 129
	414 867	270 262	685 129

37. Matérias ambientais

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023, a Santa Casa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

A 31 de dezembro de 2023 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção da Mesa da Santa Casa em como não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a SCML.

38. Partes relacionadas

A Santa Casa da Misericórdia é uma entidade de direito privado e utilidade pública administrativa que atua sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

38.1. Remuneração dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais (Provedor, Mesa da Santa Casa e Conselho de Auditoria) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Santa Casa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da SCML ascenderam a euros 568.314 euros (2022: 480.296 euros), conforme mapa seguinte:

(euros)		
	2023	2022
Mesa da SCML	522 364	435 525
Conselho de Auditoria	45 950	44 771
	568 314	480 296

38.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Entidades contabilísticas (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Departamento de Jogos (DJ)

Handwritten notes in blue ink: "AUS", "Si 7.", and a signature "A" with "WX" next to it.

Entidades contabilísticas (com personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

SAS Apostas Sociais

SOJOGO

SC Global

Clínica Oriental de Chelas

CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (SGH)

LHEA - Association For Lifelong Health Education

(b) transações e saldos pendentes

Transações

	<i>(euros)</i>	
	2023	2022
SAS	78 117	133 914
SC Global	46 596	20 719
LHEA	2 267	-
HCVP	142 784	-
TOTAL	124 713	154 633

Financiamentos

	<i>(euros)</i>	
	2023	2022
Suprimentos		
LHEA	125 000	125 000
SOJOGO	892 804	892 804
Total	1 017 804	1 017 804

de
 7.
 17

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2022 e 2023, os saldos resultantes de transações efetuadas e saldos pendentes com partes relacionadas são como segue:

	2023		2022	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
(euros)				
Outras Contas a Pagar / Receber				
Departamento de Jogos (DJ)				
Lucros dos Jogos Sociais	32 095 171	-	33 420 215	-
Referentes a remunerações	782 931	-	66 697	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	653 080	-	937 117	-
Referentes à aquisição de ativos fixos	-	-	-	-
Referentes a Impostos	1 709 737	-	609 681	-
Referentes a juros	-	-	132 728	-
	35 240 919	-	35 166 438	-
SC Global				
Referentes à aquisição de bens e serviços	46 596	-	20 719	-
	46 596	-	20 719	-
LHEA				
Referentes a juros	2 267	-	2 267	-
	2 267	-	2 267	-
HCVP				
Referentes a juros	142 784	-	56 545	-
	142 784	-	56 545	-
SAS Apostas Sociais				
Royalties	78 117	-	78 117	-
	78 117	-	78 117	-
TOTAL	35 510 683	-	35 324 085	-

Os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços, aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, impostos, juros e royalties.

39. Eventos subsequentes

Protocolo com o ISS. I.P.

Em 08.01.2024, com efeito a 01 de janeiro de 2024, foi homologado pelo MTSSS um Protocolo de Cooperação entre a SCML e o ISS, I.P., que regula as relações entre as duas entidades, no âmbito dos artigos 3º e 4º dos estatutos da SCML, nomeadamente na definição da competência territorial da SCML ao nível da população residente no concelho de Lisboa, com exceção da competência assumida na área da infância e juventude, alargada a outros concelhos do distrito de Lisboa, e nas áreas de intervenção que a SCML atua relativamente aos subsistemas da ação social, nomeadamente: crianças e jovens em perigo, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas com incapacidade, pessoas com comportamentos aditivos e dependências, requerentes de proteção internacional e pessoas em situação de sem abrigo.

Si Ar
7.
IX

O protocolo prevê ainda as despesas da responsabilidade da ISS, no âmbito do sistema de atribuição dos Produtos de Apoio (SAPA) bem como a celebração de protocolo autónomo com vista à gratuidade das creches/creches familiares e os encargos por cama contratualizada em respostas de acolhimento da SCML.

Neste contexto, em 07.03.2024, foi celebrado o “Protocolo de Cooperação Creche e Creche Familiar”.

No âmbito do Protocolo a SCML recebeu do ISS, I.P., o valor de 5.614.679,39 euros, correspondente a três duodécimos do valor orçamentado em 2024. A dotação orçamental para o ano seguinte é comunicada, mediante proposta fundamentada da SCML e do ISS, até 30 de abril, ao membro do governo responsável pela Segurança Social.

Conclusão da auditoria às contas de 2021 e 2022

Em 11.03.2024, a auditoria às contas de 2021 e 2022 foi concluída e conseqüentemente, em 12.03.2024, os respetivos Relatórios e Contas corrigidos foram aprovados pela Mesa e em 21.03.2024, homologados pela Tutela.

Cessação do mandato da Vice-Provedora e redistribuição transitória dos respetivos pelouros

Em 28.03.2024, a Dra. Ana Vitória Azevedo, solicitou cessão de funções de Vice-Provedora. Na sequência desta comunicação, a Sra. Provedora assumiu, transitoriamente, os respetivos pelouros, nomeadamente: O Departamento de Gestão Imobiliária e Património, a Direção de Recursos de Humanos, a Escola Superior de Saúde de Alcoitão, e a Unidade de Missão para a Gestão de Projetos Operacionais Transversais e o Fundo Rainha D. Leonor.

XXIV Governo Constitucional

Em 05.04.2024, tomou posse o XXIV Governo Constitucional.

7.
L. 10/11
MA

40. Outras Informações

40.1. Demonstrações de Resultados por Departamento/Serviço

Departamento de Ação Social e Saúde

	(euros)	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	11 837 541	10 923 465
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	1 356 928	1 360 900
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(241 024)	(692 311)
Fornecimentos e serviços externos	(39 927 745)	(39 616 049)
Gastos com o pessoal	(95 191 272)	(93 060 417)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	(3 132 187)	9 670
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	39 531 631	1 588 639
Subsídios atribuídos e outros gastos	(30 167 382)	(27 258 784)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(115 933 510)	(146 744 887)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(1 986 524)	(2 199 601)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(117 920 035)	(148 944 488)
Juros e rendimentos similares obtidos	501	3 273
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado líquido do período	(117 919 533)	(148 941 215)

MA
Si P.
A
↓

Departamento de Qualidade e Inovação

	(euros)	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	846	2 344
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	6 994	2 758
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(159)
Fornecimentos e serviços externos	(131 283)	(740 645)
Gastos com o pessoal	(1 005 617)	(1 611 291)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-	-
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	2 409	11 637
Subsídios atribuídos e outros gastos	(20 721)	(466 636)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(1 147 371)	(2 801 992)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(69 380)	(81 882)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(1 216 751)	(2 883 874)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado líquido do período	(1 216 751)	(2 883 874)

Departamento de Empreendedorismo e Economia Social

	(euros)	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	27 540	615
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	133 855	33 947
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(328 105)	(505 445)
Gastos com o pessoal	(838 295)	(685 035)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	162	-
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	170 681	133 822
Subsídios atribuídos e outros gastos	(503 631)	(682 775)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(1 337 793)	(1 704 871)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(15 821)	(18 258)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(1 353 614)	(1 723 129)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado líquido do período	(1 353 614)	(1 723 129)

Departamento de Gestão Imobiliária e Património

	(euros)	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	8 715 246	7 788 815
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	41 756	83 224
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(4 421 295)	(4 546 223)
Gastos com o pessoal	(4 800 422)	(4 450 326)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	(171 692)	(125 798)
Provisões (aumentos/ reduções)	(69 675)	(809 994)
Imparidade de invest. não depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	7 745 220	28 715 453
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	242 383	1 836 693
Subsídios atribuídos e outros gastos	(319 091)	(217 054)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	6 962 430	28 274 789
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(4 042 735)	(3 990 394)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2 919 695	24 284 395
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	(14 915)	-
Resultado líquido do período	2 904 780	24 284 395

Direção da Cultura

	(euros)	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	35 949	34 794
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	11 690	9 467
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(11 932)	(6 292)
Fornecimentos e serviços externos	(1 418 173)	(1 266 114)
Gastos com o pessoal	(1 966 954)	(2 074 244)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-	-
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	26 484	39 207
Subsídios atribuídos e outros gastos	(38 164)	(78 184)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(3 361 099)	(3 341 365)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(90 348)	(96 997)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(3 451 447)	(3 438 363)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado líquido do período	(3 451 447)	(3 438 363)

F.
S. Ag
A
WA

Hospital Ortopédico de Sant'Ana

	(euros)	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	7 912 801	7 382 845
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	14 263	6 307
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2 559 874)	(2 554 066)
Fornecimentos e serviços externos	(3 356 876)	(3 472 757)
Gastos com o pessoal	(9 466 096)	(9 290 087)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	(236 128)	7 199
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	57 383	203 090
Subsídios atribuídos e outros gastos	(213 898)	(165 571)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(7 848 425)	(7 883 040)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(711 061)	(832 403)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(8 559 486)	(8 715 443)
Juros e rendimentos similares obtidos	199	4
Juros e gastos similares suportados	-	(1)
Resultado líquido do período	(8 559 287)	(8 715 440)

Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão

	(euros)	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	10 225 456	10 080 725
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	6 901	25 254
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(911 648)	(925 980)
Fornecimentos e serviços externos	(3 834 698)	(4 167 570)
Gastos com o pessoal	(14 749 486)	(14 288 029)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	(1 553 324)	(1 496 472)
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	2 855 565	2 874 946
Outros rendimentos	120 930	104 784
Subsídios atribuídos e outros gastos	(41 838)	(54 098)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(7 882 142)	(7 846 441)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(678 617)	(686 761)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(8 560 759)	(8 533 202)
Juros e rendimentos similares obtidos	27 706	-
Juros e gastos similares suportados	-	(2)
Resultado líquido do período	(8 533 053)	(8 533 205)

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

(euros)

	2023	2022
Vendas e serviços prestados	2 540 836	2 503 707
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	509 910	82 127
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(246)
Fornecimentos e serviços externos	(1 346 446)	(1 276 700)
Gastos com o pessoal	(2 592 759)	(2 362 479)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	(18 083)	(16 687)
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	51 289	14 356
Subsídios atribuídos e outros gastos	(510 446)	(269 030)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(1 365 701)	(1 324 952)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(270 108)	(252 081)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(1 635 809)	(1 577 034)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	(2)
Resultado líquido do período	(1 635 809)	(1 577 035)

Unidades de Missão

(euros)

	2023	2022
Vendas e serviços prestados	-	-
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	30 075	20 132
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(9)	-
Fornecimentos e serviços externos	(819 506)	(419 140)
Gastos com o pessoal	(1 849 400)	(1 463 368)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-	-
Provisões (aumentos/ reduções)	-	-
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	-	-
Aumentos/ reduções de justo valor	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	-	-
Rendimentos dos Jogos Sociais	-	-
Outros rendimentos	1 002	-
Subsídios atribuídos e outros gastos	(3 568)	(131)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(2 641 407)	(1 862 507)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(52 034)	(29 117)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(2 693 442)	(1 891 623)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado líquido do período	(2 693 442)	(1 891 623)

Serviços Instrumentais

	(euros)	
	2023	2022
Vendas e serviços prestados	-	1 558
Fundos Europeus e Programas cofinanciados	22 346	135 204
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1 882)	(5 806)
Fornecimentos e serviços externos	(5 130 570)	(5 961 576)
Gastos com o pessoal	(18 697 753)	(18 361 807)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-	1 277
Provisões (aumentos/ reduções)	(17 549 601)	(7 614 635)
Imparidade de invest. não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	(8 274 464)	(16 340 115)
Aumentos/ reduções de justo valor	4 400 054	87 143
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	(225 214)	(24 203)
Rendimentos dos Jogos Sociais	188 233 559	192 132 618
Outros rendimentos	353 901	1 106 785
Subsídios atribuídos e outros gastos	(3 718 586)	(3 579 978)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	139 411 791	141 576 464
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(1 282 345)	(1 258 894)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	138 129 446	140 317 570
Juros e rendimentos similares obtidos	6 781 902	668 451
Juros e gastos similares suportados	(2 087)	(34)
Resultado líquido do período	144 909 262	140 985 987

2.
Si
11
A

40.2. Execução Orçamental

A execução orçamental da Santa Casa, nos exercícios de 2022 e 2023 apresenta os seguintes valores:

(euros)

	2022	Orç. 2023	2023	Desvio	
	(1)	(2)	(3)	Valor (4 = 3 - 2)	% (5 = 4 / 2)
71 - Vendas	378 201	316 600	283 365	(33 235)	-10,5%
72 - Prestações de Serviços	38 340 667	41 151 878	41 012 850	(139 028)	-0,3%
75 - Fundos Europeus e Programas co-financiados	1 759 320	2 882 883	2 134 718	(748 164)	-26,0%
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	200 046 575	204 058 430	231 647 218	27 588 789	13,5%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	671 729	1 692 210	6 810 309	5 118 099	302,5%
Total Receitas Correntes	241 196 493	250 102 000	281 888 460	31 786 460	12,7%
61 - Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	4 184 860	4 441 152	3 726 369	(714 783)	-16,1%
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	61 972 220	75 218 650	60 714 698	(14 503 952)	-19,3%
63 - Gastos c/Pessoal	153 580 829	166 868 596	151 838 349	(15 030 247)	-9,0%
68 - Subsídios atribuídos e outros gastos e perdas	32 770 477	36 676 602	34 719 449	(1 957 153)	-5,3%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	39	-	17 002	17 002	-
Total Despesas Correntes	252 508 425	283 205 000	251 015 867	(32 189 133)	-11,4%
Saldo Corrente	(11 311 933)	(33 103 000)	30 872 593	63 975 593	
Receita de Capital	1 047 797	71 392 470	8 737 941	(62 654 529)	-
Despesa de Capital	26 948 396	38 196 000	25 140 956	(13 055 044)	-34,2%
Saldo Capital	(25 900 599)	33 196 470	(16 403 015)	(49 599 485)	
Despesa Global (Corrente e Capital)	279 456 821	321 401 000	276 156 823	(45 244 177)	-14,1%
Receita Global (Corrente e Capital)	242 244 290	321 494 470	290 626 401	(30 868 069)	-9,6%
Saldo Global	(37 212 531)	93 470	14 469 578	14 376 108	

Não foi ultrapassado o Orçamento de Despesa Corrente nem o Orçamento de Despesa de Capital, apresentando a SCML uma Taxa de Execução Orçamental da Despesa Corrente de 88,6% e uma Taxa de Execução Orçamental de Despesa de Capital de 65,8%.

No que respeita às rubricas sem fluxo financeiro, verificam-se os seguintes valores:

(euros)

	2022	Orç. 2023	2023	Desvio	
	(1)	(2)	(3)	Valor (4 = 3 - 2)	% (5 = 4 / 2)
Reversões	7 873 213	-	1 804 804	1 804 804	-
Ganhos por aumento de justo valor	38 270 209	-	33 132 810	33 132 810	-
Outros Rendimentos - Aplicação MEP	668 077	-	-	-	-
Total Rendimentos sem Fluxo Financeiro	46 811 499	-	34 937 614	34 937 614	-
Gastos c/Pessoal - Fundo de Pensões	(5 933 746)	-	(680 295)	(680 295)	-
Gastos de Depreciação e de Amortização	9 446 389	10 500 000	9 198 973	(1 301 027)	-12,4%
Perdas por Imparidade	18 676 610	-	13 887 709	13 887 709	-
Perdas por redução de Justo Valor	9 467 613	-	20 987 536	20 987 536	-
Provisões do Período	15 582 159	-	18 922 087	18 922 087	-
Outros Gastos - Aplicação MEP e Abates AFT e PI	694 044	-	1 043 091	1 043 091	-
Total Gastos sem Fluxo Financeiro	47 933 068	10 500 000	63 359 101	52 859 101	503,4%
Saldo	(1 121 569)	(10 500 000)	(28 421 487)	(17 921 487)	

F. An
Ji
A

40.3. Execução Orçamental por Departamento/Serviço

Departamento de Ação Social e Saúde

(euros)

	2022	Orç. 2023	2023	Desvio	
				Valor	%
	(1)	(2)	(3)	(4 = 3 - 2)	(5 = 4 / 2)
71 - Vendas	64 735	46 000	75 386	29 386	63,9%
72 - Prestações de Serviços	10 858 731	10 696 639	11 762 155	1 065 516	10,0%
75 - Fundos Europeus e Programas co-financiados	1 360 900	921 227	1 356 928	435 702	47,3%
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	1 588 639	1 814 395	39 531 631	37 717 236	2078,8%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	3 273	500	501	1	0,3%
Total Receitas Correntes	13 876 278	13 478 760	52 726 602	39 247 842	291,2%
61 e 62 - CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	40 308 360	45 856 801	40 168 769	(5 688 032)	-12,4%
63 - Gastos c/Pessoal	93 060 417	100 764 498	95 191 272	(5 573 225)	-5,5%
68 - Subsídios atribuídos e outros gastos e perdas	27 258 784	31 124 569	30 167 382	(957 187)	-3,1%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	-	-	-	-	-
Total Despesas Correntes	160 627 561	177 745 868	165 527 424	(12 218 444)	-6,9%
Saldo Corrente	(146 751 284)	(164 267 108)	(112 800 823)	51 466 286	
Receita de Capital	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	1 097 558	2 719 655	1 809 571	(910 084)	-33,5%
Saldo Capital	(1 097 558)	(2 719 655)	(1 809 571)	910 084	
Despesa Global (Corrente e Capital)	161 725 119	180 465 524	167 336 995	(13 128 529)	-7,3%
Receita Global (Corrente e Capital)	13 876 278	13 478 760	52 726 602	39 247 842	291,2%
Saldo Global	(147 848 841)	(166 986 764)	(114 610 394)	52 376 370	

Departamento de Qualidade e Inovação

(euros)

	2022	Orç. 2023	2023	Desvio	
				Valor	%
	(1)	(2)	(3)	(4 = 3 - 2)	(5 = 4 / 2)
71 - Vendas	2 344	-	846	846	-
72 - Prestações de Serviços	-	-	-	-	-
75 - Fundos Europeus e Programas co-financiados	2 758	-	6 994	6 994	-
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	11 637	-	2 409	2 409	-
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	-	-	-	-	-
Total Receitas Correntes	16 739	-	10 250	10 250	-
61 e 62 - CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	740 804	2 286 887	131 283	(2 155 605)	-94,3%
63 - Gastos c/Pessoal	1 611 291	1 819 378	1 005 617	(813 761)	-44,7%
68 - Subsídios atribuídos e outros gastos e perdas	466 636	490 172	20 721	(469 451)	-95,8%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	-	-	-	-	-
Total Despesas Correntes	2 818 731	4 596 437	1 157 621	(3 438 817)	-74,8%
Saldo Corrente	(2 801 992)	(4 596 437)	(1 147 371)	3 449 067	
Receita de Capital	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	52 271	221 340	7 799	(213 541)	-96,5%
Saldo Capital	(52 271)	(221 340)	(7 799)	213 541	
Despesa Global (Corrente e Capital)	2 871 002	4 817 777	1 165 420	(3 652 358)	-75,8%
Receita Global (Corrente e Capital)	16 739	-	10 250	10 250	
Saldo Global	(2 854 263)	(4 817 777)	(1 155 170)	3 662 607	

Ag
S
M
A
P.

Departamento de Empreendedorismo e Economia Social

(euros)

	2022	Orç. 2023	2023	Desvio	
	(1)	(2)	(3)	Valor (4 = 3 - 2)	% (5 = 4 / 2)
71 - Vendas	615	-	400	400	-
72 - Prestações de Serviços	-	10 500	27 140	16 640	158,5%
75 - Fundos Europeus e Programas co-financiados	33 947	1 974	133 855	131 881	6682,1%
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	133 822	240 000	170 681	(69 319)	-28,9%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	-	-	-	-	-
Total Receitas Correntes	168 384	252 474	332 076	79 603	31,5%
61 e 62 - CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	505 445	440 970	328 105	(112 864)	-25,6%
63 - Gastos c/Pessoal	685 035	701 058	838 295	137 237	19,6%
68 - Subsídios atribuídos e outros gastos e perdas	682 775	564 581	503 631	(60 950)	-10,8%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	-	-	-	-	-
Total Despesas Correntes	1 873 255	1 706 609	1 670 031	(36 577)	-2,1%
Saldo Corrente	(1 704 871)	(1 454 135)	(1 337 955)	116 180	
Receita de Capital	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	690	9 500	-	(9 500)	-100,0%
Saldo Capital	(690)	(9 500)	-	9 500	
Despesa Global (Corrente e Capital)	1 873 945	1 716 109	1 670 031	(46 077)	-2,7%
Receita Global (Corrente e Capital)	168 384	252 474	332 076	79 603	31,5%
Saldo Global	(1 705 561)	(1 463 635)	(1 337 955)	125 680	

Departamento de Gestão Imobiliária e Património

(euros)

	2022	Orç. 2023	2023	Desvio	
	(1)	(2)	(3)	Valor (4 = 3 - 2)	% (5 = 4 / 2)
71 - Vendas	-	-	-	-	-
72 - Prestações de Serviços	7 788 815	8 643 815	8 715 246	71 430	0,8%
75 - Fundos Europeus e Programas co-financiados	83 224	1 049 981	41 756	(1 008 225)	-96,0%
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	1 836 693	5 273 413	242 383	(5 031 030)	-95,4%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	-	-	-	-	-
Total Receitas Correntes	9 708 732	14 967 209	8 999 385	(5 967 824)	-39,9%
61 e 62 - CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	4 546 223	4 307 369	4 421 295	113 926	2,6%
63 - Gastos c/Pessoal	4 450 326	4 711 432	4 800 422	88 990	1,9%
68 - Subsídios atribuídos e outros gastos e perdas	215 290	141 877	262 925	121 048	85,3%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	-	-	14 915	14 915	-
Total Despesas Correntes	9 211 840	9 160 679	9 499 557	338 879	3,7%
Saldo Corrente	496 892	5 806 530	(500 173)	(6 306 703)	
Receita de Capital	35 797	70 769 836	6 355 050	(64 414 786)	-91,0%
Despesa de Capital	5 579 977	14 406 498	7 038 390	(7 368 108)	-51,1%
Saldo Capital	(5 544 180)	56 363 338	(683 340)	(57 046 678)	
Despesa Global (Corrente e Capital)	14 791 817	23 567 177	16 537 948	(7 029 229)	-29,8%
Receita Global (Corrente e Capital)	9 744 529	85 737 045	15 354 435	(70 382 610)	-82,1%
Saldo Global	(5 047 287)	62 169 868	(1 183 513)	(63 353 381)	

F. AM
Si WA
A

Direção da Cultura

(euros)

	2022	Orç. 2023	2023	Desvio	
	(1)	(2)	(3)	Valor (4 = 3 - 2)	% (5 = 4 / 2)
71 - Vendas	21 606	10 500	20 291	9 791	93,3%
72 - Prestações de Serviços	13 189	16 000	15 657	(343)	-2,1%
75 - Fundos Europeus e Programas co-financiados	9 467	27 778	11 690	(16 088)	-57,9%
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	39 207	17 581	26 484	8 903	50,6%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	-	-	-	-	-
Total Receitas Correntes	83 469	71 860	74 123	2 264	3,2%
61 e 62 - CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	1 272 406	1 711 520	1 430 104	(281 416)	-16,4%
63 - Gastos c/Pessoal	2 074 244	2 366 266	1 966 954	(399 312)	-16,9%
68 - Subsídios atribuídos e outros gastos e perdas	78 184	100 124	38 164	(61 960)	-61,9%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	-	-	-	-	-
Total Despesas Correntes	3 424 834	4 177 910	3 435 222	(742 688)	-17,8%
Saldo Corrente	(3 341 365)	(4 106 050)	(3 361 099)	744 952	
Receita de Capital	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	38 746	769 125	211 374	(557 751)	-72,5%
Saldo Capital	(38 746)	(769 125)	(211 374)	557 751	
Despesa Global (Corrente e Capital)	3 463 580	4 947 035	3 646 596	(1 300 439)	-26,3%
Receita Global (Corrente e Capital)	83 469	71 860	74 123	2 264	3,2%
Saldo Global	(3 380 111)	(4 875 175)	(3 572 472)	1 302 703	

Hospital Ortopédico de Sant'Ana

(euros)

	2022	Orç. 2023	2023	Desvio	
	(1)	(2)	(3)	Valor (4 = 3 - 2)	% (5 = 4 / 2)
71 - Vendas	8 843	10 100	12 567	2 467	24,4%
72 - Prestações de Serviços	7 374 002	8 614 728	7 900 234	(714 494)	-8,3%
75 - Fundos Europeus e Programas co-financiados	6 307	-	14 263	14 263	-
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	203 090	8 750	57 383	48 633	555,8%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	4	400	199	(201)	-50,3%
Total Receitas Correntes	7 592 245	8 633 978	7 984 646	(649 332)	-7,5%
61 e 62 - CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	6 026 822	7 234 805	5 916 750	(1 318 055)	-18,2%
63 - Gastos c/Pessoal	9 290 087	9 583 062	9 466 096	(116 966)	-1,2%
68 - Subsídios atribuídos e outros gastos e perdas	165 571	24 152	198 092	173 941	720,2%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	1	-	-	-	-
Total Despesas Correntes	15 482 481	16 842 019	15 580 938	(1 261 080)	-7,5%
Saldo Corrente	(7 890 236)	(8 208 041)	(7 596 292)	611 748	
Receita de Capital	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	283 249	902 106	255 142	(646 964)	-71,7%
Saldo Capital	(283 249)	(902 106)	(255 142)	646 964	
Despesa Global (Corrente e Capital)	15 765 730	17 744 125	15 836 081	(1 908 044)	-10,8%
Receita Global (Corrente e Capital)	7 592 245	8 633 978	7 984 646	(649 332)	-7,5%
Saldo Global	(8 173 485)	(9 110 147)	(7 851 435)	1 258 712	

2.
S. A.
MA

Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão

(euros)

	2022	Orç. 2023	2023	Desvio	
	(1)	(2)	(3)	Valor (4 = 3 - 2)	% (5 = 4 / 2)
71 - Vendas	278 501	250 000	173 874	(76 126)	-30,5%
72 - Prestações de Serviços	9 802 224	10 298 920	10 051 582	(247 338)	-2,4%
75 - Fundos Europeus e Programas co-financiados	25 254	702	6 901	6 198	882,3%
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	2 979 729	2 975 405	2 976 496	1 091	0,0%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	-	-	27 706	27 706	-
Total Receitas Correntes	13 085 708	13 525 027	13 236 558	(288 469)	-2,1%
61 e 62 - CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	5 093 550	5 738 801	4 746 346	(992 455)	-17,3%
63 - Gastos c/Pessoal	14 288 029	15 163 703	14 749 486	(414 216)	-2,7%
68 - Subsídios atribuídos e outros gastos e perdas	54 098	19 182	41 838	22 656	118,1%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	2	-	-	-	-
Total Despesas Correntes	19 435 680	20 921 686	19 537 671	(1 384 015)	-6,6%
Saldo Corrente	(6 349 972)	(7 396 659)	(6 301 112)	1 095 547	
Receita de Capital	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	544 772	1 843 971	207 541	(1 636 430)	-88,7%
Saldo Capital	(544 772)	(1 843 971)	(207 541)	1 636 430	
Despesa Global (Corrente e Capital)	19 980 452	22 765 657	19 745 212	(3 020 445)	-13,3%
Receita Global (Corrente e Capital)	13 085 708	13 525 027	13 236 558	(288 469)	-2,1%
Saldo Global	(6 894 744)	(9 240 630)	(6 508 653)	2 731 976	

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

(euros)

	2022	Orç. 2023	2023	Desvio	
	(1)	(2)	(3)	Valor (4 = 3 - 2)	% (5 = 4 / 2)
71 - Vendas	-	-	-	-	-
72 - Prestações de Serviços	2 503 707	2 871 276	2 540 836	(330 440)	-11,5%
75 - Fundos Europeus e Programas co-financiados	82 127	575 708	509 910	(65 799)	-11,4%
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	14 356	48 500	51 289	2 789	5,7%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	-	-	-	-	-
Total Receitas Correntes	2 600 190	3 495 484	3 102 034	(393 450)	-11,3%
61 e 62 - CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	1 276 946	1 592 028	1 346 446	(245 582)	-15,4%
63 - Gastos c/Pessoal	2 362 479	2 642 478	2 592 759	(49 719)	-1,9%
68 - Subsídios atribuídos e outros gastos e perdas	269 030	570 938	510 446	(60 492)	-10,6%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	2	-	-	-	-
Total Despesas Correntes	3 908 457	4 805 444	4 449 651	(355 792)	-7,4%
Saldo Corrente	(1 308 267)	(1 309 960)	(1 347 618)	(37 657)	
Receita de Capital	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	104 439	60 000	129 329	69 329	115,5%
Saldo Capital	(104 439)	(60 000)	(129 329)	(69 329)	
Despesa Global (Corrente e Capital)	4 012 897	4 865 444	4 578 981	(286 463)	-5,9%
Receita Global (Corrente e Capital)	2 600 190	3 495 484	3 102 034	(393 450)	-11,3%
Saldo Global	(1 412 707)	(1 369 960)	(1 476 947)	(106 986)	

R
Si
A
A

Unidades de Missão

	(euros)				
	2022	Orç. 2023	2023	Desvio	
	(1)	(2)	(3)	Valor (4 = 3 - 2)	% (5 = 4 / 2)
71 - Vendas	-	-	-	-	-
72 - Prestações de Serviços	-	-	-	-	-
75 - Fundos Europeus e Programas co-financiados	20 132	2 144	30 075	27 932	1303,0%
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	-	1 000 000	1 002	(998 998)	-99,9%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	-	-	-	-	-
Total Receitas Correntes	20 132	1 002 144	31 077	(971 067)	-96,9%
61 e 62 - CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	419 140	1 649 609	819 516	(830 094)	-50,3%
63 - Gastos c/Pessoal	1 463 368	1 576 252	1 849 400	273 149	17,3%
68 - Subsídios atribuídos e outros gastos e perdas	131	75 042	3 568	(71 473)	-95,2%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	-	-	-	-	-
Total Despesas Correntes	1 882 638	3 300 903	2 672 484	(628 419)	-19,0%
Saldo Corrente	(1 862 507)	(2 298 759)	(2 641 407)	(342 648)	
Receita de Capital	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	23 567	1 155 801	397 001	(758 800)	-65,7%
Saldo Capital	(23 567)	(1 155 801)	(397 001)	758 800	
Despesa Global (Corrente e Capital)	1 906 205	4 456 704	3 069 485	(1 387 218)	-31,1%
Receita Global (Corrente e Capital)	20 132	1 002 144	31 077	(971 067)	-96,9%
Saldo Global	(1 886 074)	(3 454 560)	(3 038 408)	416 152	

Serviços Instrumentais

	(euros)				
	2022	Orç. 2023	2023	Desvio	
	(1)	(2)	(3)	Valor (4 = 3 - 2)	% (5 = 4 / 2)
71 - Vendas	1 558	-	-	-	-
72 - Prestações de Serviços	-	-	-	-	-
75 - Fundos Europeus e Programas co-financiados	135 204	303 370	22 346	(281 023)	-92,6%
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	193 239 403	192 680 386	188 587 460	(4 092 926)	-2,1%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	668 451	1 691 310	6 781 902	5 090 592	301,0%
Total Receitas Correntes	194 044 616	194 675 066	195 391 709	716 643	0,4%
61 e 62 - CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos	5 967 383	8 841 010	5 132 452	(3 708 558)	-41,9%
63 - Gastos c/Pessoal	24 295 553	27 540 471	19 378 048	(8 162 423)	-29,6%
68 - Subsídios atribuídos e outros gastos e perdas	3 579 978	3 565 965	2 972 680	(593 285)	-16,6%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	34	-	2 087	2 087	-
Total Despesas Correntes	33 842 947	39 947 446	27 485 267	(12 462 180)	-31,2%
Saldo Corrente	160 201 669	154 727 619	167 906 442	13 178 823	
Receita de Capital	1 012 000	622 634	2 382 891	1 760 257	282,7%
Despesa de Capital	19 223 127	16 108 004	15 084 808	(1 023 196)	-6,4%
Saldo Capital	(18 211 127)	(15 485 370)	(12 701 917)	2 783 453	
Despesa Global (Corrente e Capital)	53 066 073	56 055 450	42 570 074	(13 485 376)	-24,1%
Receita Global (Corrente e Capital)	195 056 616	195 297 700	197 774 600	2 476 900	1,3%
Saldo Global	141 990 542	139 242 250	155 204 525	15 962 276	

F.
Gi
MA

41. Garantias Prestadas

	(euros)	
	2023	2022
SOJOGO	1 000 000	1 000 000
SC Global	14 100 000	8 600 000
CVPSGH	13 800 000	10 550 000
LHEA	1 806 420	1 524 900
	<u>30 706 420</u>	<u>21 674 900</u>

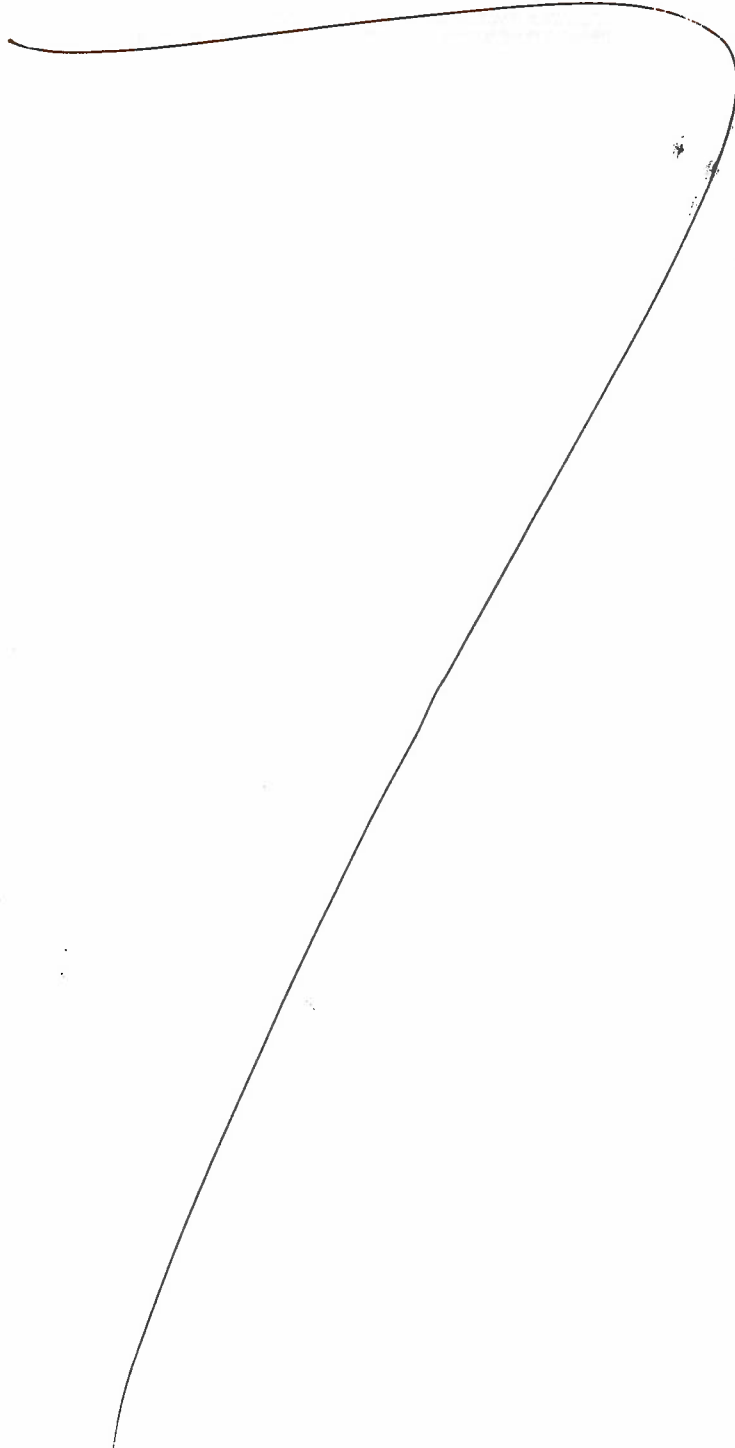
A garantia prestada à SOJOGO, no valor de 1.000.000 de euros, sob a forma de carta conforto, foi emitida, a pedido dos auditores da SOJOGO, para evitar uma reserva às contas devido ao facto dos capitais próprios da sociedade serem inferiores ao Capital Social. Por já não se verificarem as condições que deram origem à sua emissão, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa denunciou, com efeito a 31 de janeiro de 2024, a Carta de Conforto que emitiu a favor da Associação Gestora de Jogos Sociais de Moçambique (SOJOGO).

As garantias prestadas à Santa Casa Global, no valor de 14.100.000 euros, sob a forma de entrega (2.000.000 euros) e de carta conforto (12.100.000 euros), garantem a conta corrente caucionada e as duas "Stand By Letter" que servem de garantia ao empréstimo contraído pela Santa Casa Global Brasil. Foi constituída uma provisão, no valor das garantias prestadas e outras responsabilidades da Santa Casa Global, conforme se encontra referido na nota 22.

As garantias prestadas ao CVP- Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A., sob a forma de cartas conforto, garantem os empréstimos bancários efetuados por aquela participada. Por limitação da Parública que detém cerca de 45% da CVP-SGH a Santa Casa garante, sem prejuízo de exercer o direito de regresso, a totalidade das responsabilidades assumidas nesse âmbito.

A Estrutura de Gestão do financiamento IFRRU 2020, tem como condição exigível para a concessão do financiamento, quer no momento da apresentação da candidatura, quer durante a vigência do contrato a existência de garantias prestada pelo beneficiário/SCML ao Banco Santander. A SCML optou por conceder como garantias ao financiamento IFRRU a constituição de hipotecas de 1º grau sobre os imóveis, no valor global de 5.867.780,00€, as quais manter-se-ão plenamente em vigor enquanto subsistir qualquer obrigação por elas garantidas, pelo que só cabal pagamento de todas as responsabilidades da SCML ao Banco Santander conferirá àquele o direito de exigir o seu cancelamento.

P.
S. Ag
A
M



42. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que:

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa encerrou as contas relativas ao exercício de 2023 com Resultados Líquidos positivos no montante de 2.451.106 euros;

Nos termos da alínea c) do nº 11 das Resolução nº 1/93 do Tribunal de Contas deverá constar do relatório de gestão a forma como deverá ser aplicado aquele resultado.

Deverá o referido Resultado Líquido das contas do exercício de 2023 ser integrado na conta “Resultados Transitados”.

Lisboa, 29 de abril de 2024,

Contabilista Certificado 35356



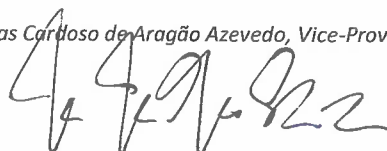
(Fernando Antunes)

A Mesa da SCML

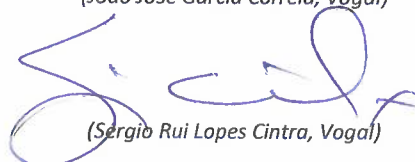


(Ana Maria Teodoro Jorge, Provedora)

(Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo, Vice-Provedora)



(João José Garcia Correia, Vogal)



(Sérgio Rui Lopes Cintra, Vogal)

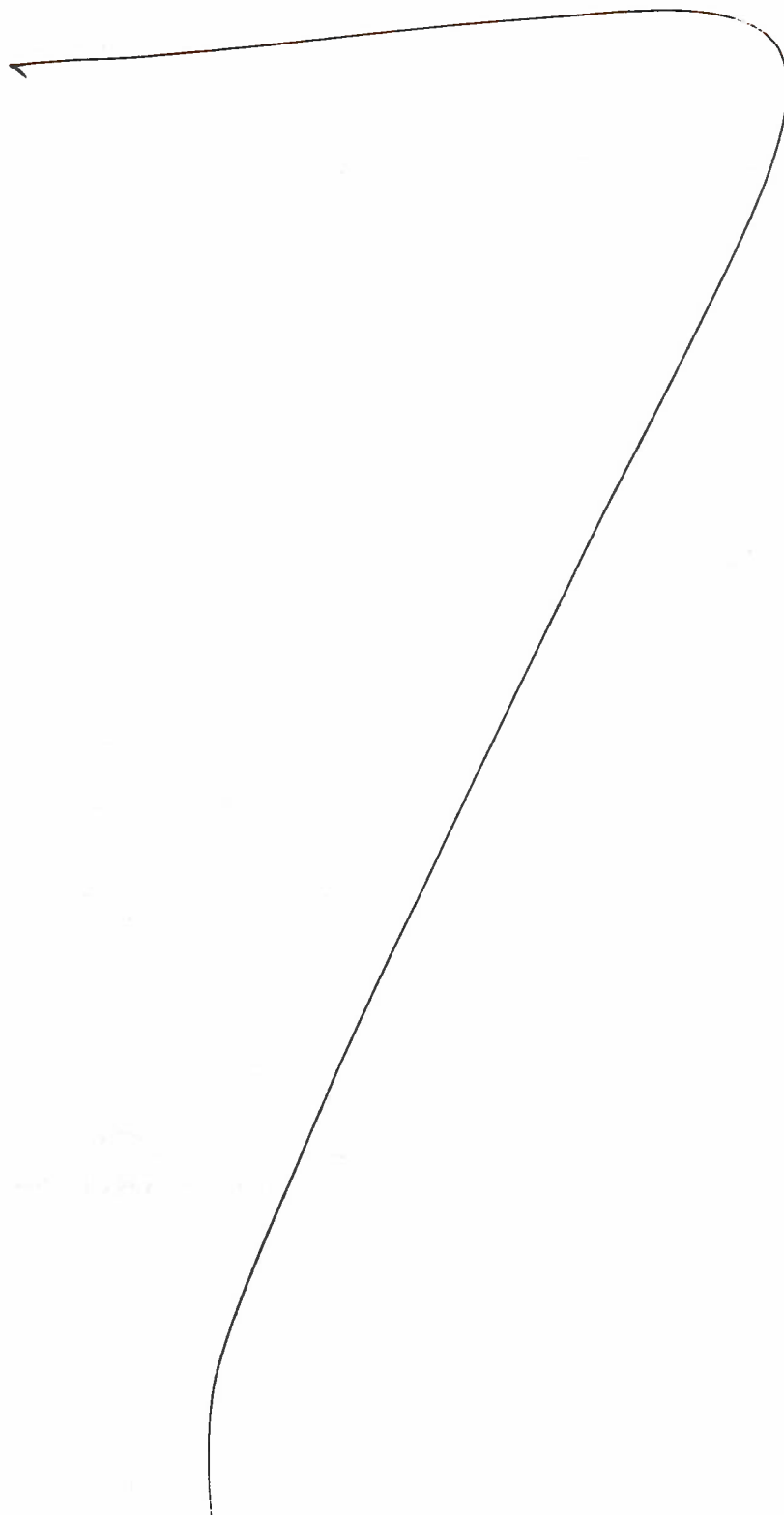


(Nuno Miguel Ribeiro da Silva Alves, Vogal)



(Teresa Mafalda Andrade do Passo de Sousa, Vogal)

R. Ag -
Lj
u
NA



Anexo 1 - Associações nas quais a SCML participa (Órgãos Sociais)

Na lista seguinte indica-se uma seleção das associações nas quais a SCML participa – através do exercício de funções em órgãos sociais, participação em projetos, grupos de trabalho ou comissões e contributo financeiro (para além das obrigações de associado).

Entidades

Assembleia Geral e Comité de Investimentos da FUTURO - Sociedade Gestora
Associação "Lisboa e-Nova" - Agência de Energia e Ambiente de Lisboa -
Associação 5 ao Dia
Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa (APCL)
Associação dos Profissionais de Proteção e de Segurança de Dados (APDPO)
Associação Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social - LCTEPS (CoLabor)
Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI)
Associação Prochild
Associação São João de Deus
Casa Pia de Lisboa, I.P.
Centro Municipal de Operações de Emergência de Proteção Civil do Município de Lisboa
Clínica Oriental de Chelas, Lda. (COC)
Comissão Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Lisboa
Comissão Técnica de Acompanhamento e Monitorização da Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças (ENDC 2021-2024)
Comissão Tripartida da Rede Social
Confederação Nacional de Associações de Família (CNAF)
Conselho Consultivo da Associação Bairro Príncipe + Real - Conselho Consultivo da Associação Príncipe + Real
Conselho Consultivo e Conselho Geral da Fundação INATEL
Conselho de Acompanhamento da 2
Conselho de Curadores da Universidade Nova de Lisboa
Conselho de Fundadores da Fundação da Juventude
Conselho Municipal de Educação de Lisboa
Conselho Municipal de Segurança de Lisboa
Conselho Nacional da Adoção
Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Coordenadores das Comissões Temáticas e dos Novos Observadores

EACHH - European Association of Care and Help at Home

ESAN - Réseau Européen d'Action Sociale (European Social Action Network)

European Social Network (ESN)

Fédération Européenne d'Associations Nationales Travillant Avec Sans-Abri (FEANTSA)

Fundação Maria do Carmo Roque Pereira, Vice-Presidência da Direção

Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (FRESS), Presidente do Conselho de Curadores

Hospital Cruz Vermelha Portuguesa - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (CVP) - Conselho de Administração: Presidente (Não Executivo)

LHEA - Association for Lifelong Health Education, Assembleia Geral

Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL) – Vogal não executivo,

Plataforma de Apoio aos Refugiados – PAR

Santa Casa Global (SCG), Presidência do Conselho de Gestão

SAS - Sociedade de Apostas Sociais, Presidente do Conselho de Administração

SOJOGO - Associação Gestora dos Jogos Sociais, Presidente da Administração

Subcomissão da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes -

R.
L. A7
A
WA

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '7.', a signature, and the letters 'IA'.

Índice de Quadros

Quadro 1 - Evolução do Saldo Global (Corrente e Capital) 15

Quadro 2 - Evolução das Despesas Correntes 16

Quadro 3 - Evolução das Receitas Correntes 16

Quadro 4 - Evolução da Despesa de Capital 17

Quadro 5 - Tipologia da Despesa (Investimento) 17

Quadro 6 - Evolução da Composição dos Resultados 18

Quadro 7 - Evolução do Saldo de Gerência de Execução Orçamental (em Contas Públicas – Ótica de Caixa) 19

Quadro 8 - Produto Interno Bruto (PIB) - Portugal 21

Quadro 9 - Evolução anual dos preços (taxa de variação, %) – Portugal 21

Quadro 10 – Dívida Pública, em % do PIB 22

Quadro 11 - Índice de Gini ⁽¹⁾ 22

Quadro 12 - Indicadores de Pobreza, Portugal, 2018-2023 23

Quadro 13 - - Indicadores de Saúde – Portugal 24

Quadro 14 – Valor económico direto e distribuído 36

Quadro 15 – Indicadores Ambientais 37

Quadro 16 – Total de colaboradores por género 37

Quadro 17 – Absentismo 39

Quadro 18 – Greve 39

Quadro 19 – Acidentes de Trabalho 40

Quadro 20 – Vínculo Contratual ^(*) 40

Quadro 21 - Distribuição e Evolução por Serviços ^(*) 41

Quadro 22 –Macro Carreiras 41

Quadro 23 – Principais Remunerações Complementares 42

Quadro 24 –Teletrabalho 42

Quadro 25 – Limitações ao Trabalho 43

Quadro 26 – Atendimentos de Enfermagem 44

Quadro 27 – Benefícios 45

Quadro 28 – Tipologia de Formação 46

Quadro 29 - Estágios Profissionais 46

Quadro 30 – Diversidade na remuneração por género e Grupo Profissional 46

Quadro 31 – Infância e Juventude 47

Quadro 32 – Crianças e Jovens em Situação de Perigo 48

Quadro 33 – Núcleos de Infância e Juventude (NIJ) 50

Quadro 34 – Pessoas +65 51

Quadro 35 – Residência Temporária de Sant’Ana 52

Quadro 36 – Públicos Vulneráveis 54

Quadro 37 – Acompanhamento Terapêutico 55

Quadro 38 – Pessoas com Deficiência 56

Quadro 39 – Família e Comunidade 58

Quadro 40 - Prestações em Espécie 63

Quadro 41 – Cuidados de Saúde Primários 64

Quadro 42 - Cuidados de Saúde Hospitalares HOSA 65

Quadro 43 - Cuidados de Saúde Hospitalares CMRA 66

Quadro 44- Cuidados Continuados Integrados 67

Quadro 45 -Ensino Superior 69

Quadro 46 -Empreendedorismo e Economia Social 70

Quadro 47 – Património 71

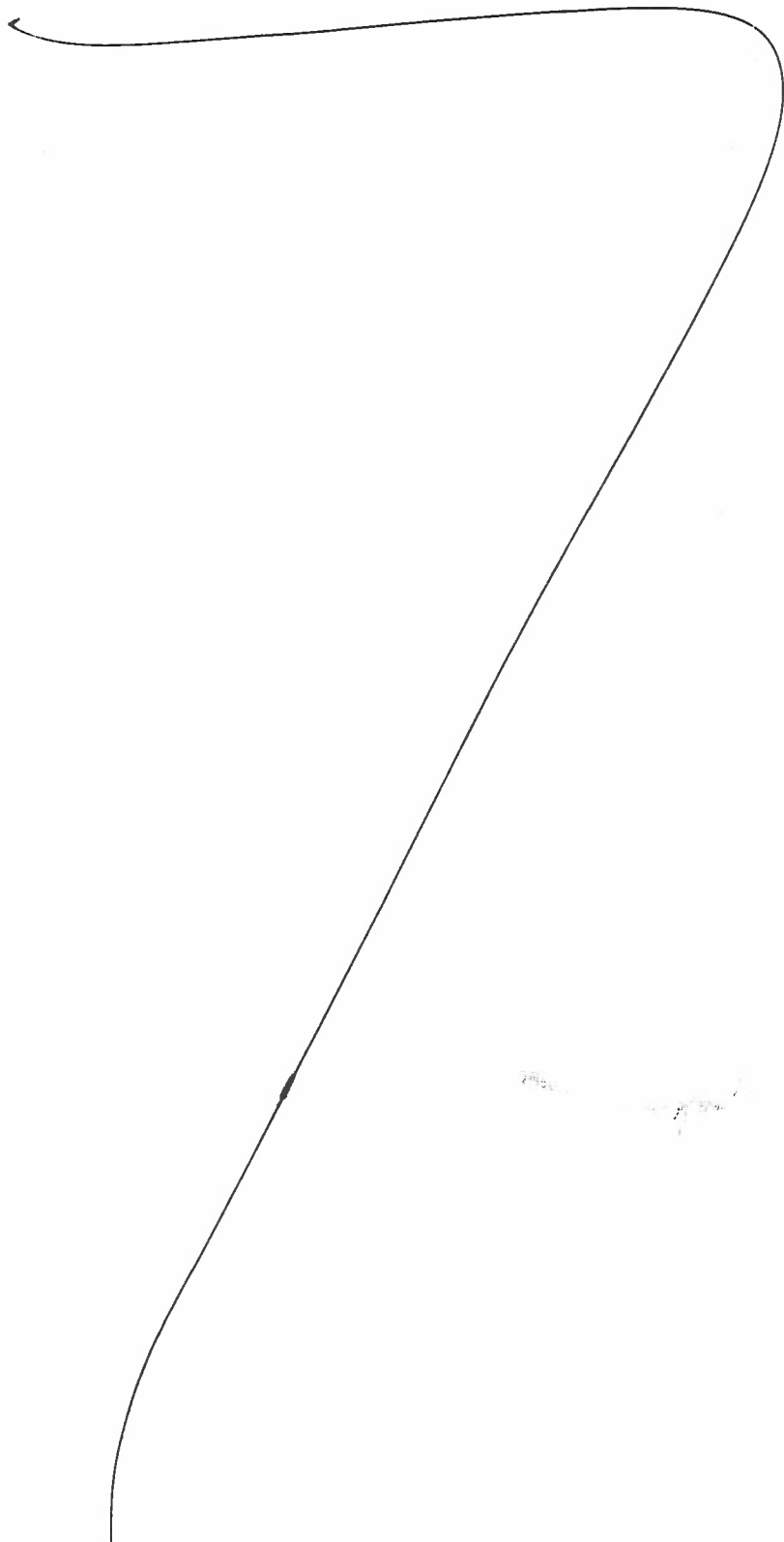
Quadro 48 – Departamento de Jogos 72

Quadro 49 – Cultura 75

Handwritten notes in blue ink:
P.
S.
Am
A
ax

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição por Escalão Etário 38
Gráfico 2 - Motivo 39
Gráfico 3 - Consultas Medicina no Trabalho..... 43



A₁

ξ_i
Z.
↓
NA

